

PLANO ESTRATÉGICO DA PAC

2023-2027

OBJETIVO ESPECÍFICO 8

PROMOVER O EMPREGO, O CRESCIMENTO,
A IGUALDADE DE GÉNERO, A INCLUSÃO SOCIAL E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL NAS ZONAS RURAIS,
NOMEADAMENTE A BIOECONOMIA
E A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL



VERSÃO: JULHO DE 2021

Disclaimer

O presente documento de trabalho em desenvolvimento tem como objetivo facilitar a elaboração do Plano Estratégico do PAC pós-2020. As fontes de informação utilizadas estão devidamente identificadas.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
ÍNDICE DE QUADROS	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS	3
ÍNDICE DE FIGURAS	5
I Demografia, emprego e crescimento económico	6
I1 Demografia	6
I2 Emprego e Igualdade de Género	12
I3 Crescimento económico	20
II Caracterização desenvolvimento local.....	26
II1 O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).....	27
III Inclusão social	40
IV Recursos endógenos	51
V A bioeconomia	53
V1 A bioeconomia na estratégia europeia	53
V2 A bioeconomia em PT	55
VI Silvicultura sustentável.....	66
VI1 Características estruturais da silvicultura (Continente/Madeira/Açores)	66
VI2 Ordenamento florestal	75
VI3 Caracterização económica do complexo florestal	90
VI4 Economia silvícola.....	96
VI5 Instrumentos de ordenamento e gestão florestal.....	103
VII Anexo - Zonas rurais	104

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: COMPARAÇÃO ENTRE O ANTIGO E NOVO PARADIGMA RURAL.....	26
QUADRO 2: FINANCIAMENTO PREVISTO NO ÂMBITO DO PRODER – ABORDAGEM LEADER	27
QUADRO 3: PROGRAMAÇÃO DA MEDIDA LEADER DO PDR 2020	27
QUADRO 4: Nº GAL / EDL E DOTAÇÕES APROVADAS - DLBC RURAIS	33
QUADRO 5: EDL - TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO FEADER.....	33
QUADRO 6: INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO LEADER NO PDR 2020 (31 DEZEMBRO 2018).....	35
QUADRO 7: PDR 2020 – EXECUÇÃO DA MEDIDA 10 – ABORDAGEM LEADER (SET.2019).....	36
QUADRO 8: PDR 2020 – DLBC RURAL	37
QUADRO 9: PORTUGAL 2020 OBJETIVO TEMÁTICO 9.....	42
QUADRO 10: QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE BIOMASSA RESIDUAL TOP 7 POR REGIÃO NUTS II, SEM COMPETIÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO HUMANA E ANIMAL	57
QUADRO 11: EMPREGO, VOLUME DE NEGÓCIO E VALOR ACRESCENTADO POR SETORES DA BIOECONOMIA EM PT E UE 27 (2017).....	58
QUADRO 13: VAB, NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS E VOLUME DE NEGÓCIOS PELOS SETORES DA BIOECONOMIA EM PT (2008 – 2017)	60
QUADRO 15: EVOLUÇÃO DA ÁREA OCUPADA PELAS PRINCIPAIS ESPÉCIES FLORESTAIS NO CONTINENTE.....	69
QUADRO 16 RECURSOS MADEIREIROS	72
QUADRO 17 TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA FLORESTA.....	74
QUADRO 18 COBERTURA ARBÓREA	74
QUADRO 19: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPFS	81
QUADRO 20: ÁREA CERTIFICADA EM PORTUGAL (2018).....	82
QUADRO 21: CATEGORIAS DE ATIVIDADE HUMANA POR ESPÉCIE	83
QUADRO 22: VAB, EMPREGO E COMÉRCIO INTERNACIONAL DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA EM 2019	90
QUADRO 23: EVOLUÇÃO DO VAB DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E PIBPM (MILHÕES DE EUROS).....	91
QUADRO 24: EMPREGO DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA (MIL PESSOAS)	92
QUADRO 25: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VABPB/EMPREGO) DAS COMPONENTES DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA.....	92
QUADRO 26: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA (MILHÕES DE EUROS).....	93
QUADRO 27: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO ¹ DE BENS FLORESTAIS ² (%)	96
QUADRO 28: TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB SILVÍCOLA E DO PIB (%).....	96
QUADRO 29: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO SILVÍCOLA 2000/2010E 2018P E RESPECTIVA VARIAÇÃO FACE A 2000 E 2010 A PREÇOS BASE (%)	97
QUADRO 30: ESTRUTURA DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS SILVÍCOLAS 2000/2010 E 2018P E RESPECTIVA VARIAÇÃO FACE A 2000 E 2010 A PREÇOS BASE (%).....	100
QUADRO 31: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, EMPREGO E PRODUTIVIDADE SILVÍCOLA.....	101
QUADRO 32: ÁREAS MÍNIMAS A PARTIR DAS QUAIS PASSA A SER OBRIGATÓRIO A ELABORAÇÃO DE PGF PARA EXPLORAÇÕES FLORESTAIS E AGRO-FLORESTAIS PRIVADAS	103

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. PIRÂMIDES ETÁRIAS PT,	6
GRÁFICO 2. PIRÂMIDE ETÁRIA PORTUGAL E RURAL 2011.....	7
GRÁFICO 3: PIRÂMIDE ETÁRIA RURAL: 2001 E 2011.....	9
GRÁFICO 4: NÍVEIS DE ESCOLARIDADE EM ÁREAS RURAIS E NÃO RURAIS (2011)	11
GRÁFICO 5: PESO DO EMPREGO PRIMÁRIO NA ECONOMIA E NAS ZONAS RURAIS EM 2000 E 2016 (%)	12
GRÁFICO 6. PESO DO EMPREGO PRIMÁRIO NA ECONOMIA EM 2016 – NUTS III (%)	13
GRÁFICO 7. TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SETORES I, II E III ENTRE 2000 E 2016 (%).....	13
GRÁFICO 8. TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO NO SETOR I ENTRE 2000 E 2016, POR NUTS III (%)	14
GRÁFICO 9. TAXA DE EMPREGO TOTAL E RURAL DE 2000 A 2017 (%).....	15

GRÁFICO 10. TAXA DE EMPREGO POR GÉNERO DE 2000 A 2017 (%).....	15
GRÁFICO 11. TAXA DE DESEMPREGO POR GÉNERO DE 2011 A 2018 (%).....	16
GRÁFICO 12. POPULAÇÃO EMPREGADA NO SETOR PRIMÁRIO POR GÉNERO DE 2011 A 2018 (Nº)	17
GRÁFICO 13. PRODUTORES AGRÍCOLAS FEMININOS (%) – NUTS III.....	17
GRÁFICO 14. PRODUTORES AGRÍCOLAS FEMININOS JOVENS (%) – NUTS III	18
GRÁFICO 15. PESO DA CLASSE ETÁRIA > 65 ANOS NAS PRODUTORAS AGRÍCOLAS EM 2009 – NUTS III (%)....	18
GRÁFICO 16. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR POR GÉNERO E ÁREA DE FORMAÇÃO LIGADA AO SETOR PRIMÁRIO (%)	19
GRÁFICO 17. PESO DO VAB PRIMÁRIO NA ECONOMIA E NAS ZONAS RURAIS EM 2000 E 2016 (%)	20
GRÁFICO 18. PESO DO VAB PRIMÁRIO NA ECONOMIA REGIONAL EM 2017 - NUTS III (%).....	21
GRÁFICO 19. PIB PER CAPITA TOTAL E RURAL – PT E UE (PPC POR HABITANTE)	21
GRÁFICO 20. PIB PER CAPITA EM 2017 - NUTS III (PT=100)	22
GRÁFICO 21. TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB PER CAPITA 2011/2017 - NUTS III (%).....	22
GRÁFICO 22. TAXA DE DESEMPREGO POR GÉNERO DE 2011 A 2018 (%).....	23
GRÁFICO 23. TAXA DE DESEMPREGO POR CLASSE ETÁRIA DE 2000 A 2017 (%).....	23
GRÁFICO 24. SALDO MIGRATÓRIO PT 2000-2018 – Nº DE PESSOAS (INCLUIR RURAL).....	24
GRÁFICO 25. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (Nº DE PESSOAS) POR ORIGEM.....	24
GRÁFICO 26. VARIAÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR NUTIII -2012-2017 ..	25
GRÁFICO 27. PESO DA ABORDAGEM LEADER NOS PDR POR EM (%)	30
GRÁFICO 28. TAXA DE RISCO DE POBREZA – PT E RURAL (%).....	41
GRÁFICO 29. COBERTURA TOTAL DE 30 MBPS EM ÁREA RURAL (NGA) NA UE E ESTADOS-MEMBROS (%)	50
GRÁFICO 31: EMPREGO (NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS) PELOS SETORES DA BIOECONOMIA EM PT 2017.	58
GRÁFICO 30: VOLUME DE NEGÓCIOS (MILHÕES DE EUROS) POR SETORES DA BIOECONOMIA EM PT 2017.....	58
GRÁFICO 32: VALOR ACRESCENTADO (MILHÕES DE EUROS) POR SETORES DA BIOECONOMIA EM PT 2017.....	59
GRÁFICO 33: PERCENTAGEM DE FLORESTA PÚBLICA E PRIVADA	66
GRÁFICO 34: – EVOLUÇÃO DOS USOS DO SOLO (1995-2015)	68
GRÁFICO 35: PRINCIPAIS FORMAÇÕES FLORESTAIS (1995-2015).....	68
GRÁFICO 36: ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS CONTINENTE (%)	69
GRÁFICO 37: CARBONO TOTAL ARMAZENADO NAS ÁRVORES, POR ESPÉCIE FLORESTAL (% E VALOR) NO CONTINENTE	71
GRÁFICO 38: USOS DO SOLO (ESQ.) E ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS DA RA MADEIRA (% E HA) (CENTRO E DTA.)	71
GRÁFICO 39: ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS NA RAA E % DE ARBORIZAÇÃO DAS ILHAS	72
GRÁFICO 40: OCUPAÇÃO FLORESTAL (HA) (ESQUERDA) E REPRESENTATIVIDADE DAS ESPÉCIES FLORESTAIS DA RA AÇORES (%) (DIREITA)	72
GRÁFICO 41: EVOLUÇÃO DAS ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL (ZIF)	75
GRÁFICO 42: INDÍCIOS DE ATIVIDADE HUMANA POR ESPÉCIE	83
GRÁFICO 43: INCÊNDIOS RURAIS EM PORTUGAL CONTINENTAL:	85
GRÁFICO 44: PROPORÇÃO ENTRE POVOAMENTOS FLORESTAIS ARDIDOS FACE ÀS ÁREAS DE MATOS E AGRÍCOLAS ARDIDAS.....	85
GRÁFICO 45: EVOLUÇÃO DO VAB DA SILVICULTURA, IF E ECONOMIA, EM VOLUME (2000=100)	90
GRÁFICO 46: EVOLUÇÃO DO EMPREGO DA SILVICULTURA, IF E ECONOMIA (2000=100).....	91
GRÁFICO 47: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VABPB A PREÇOS CONSTANTES 2016/EMPREGO), 2000-2017 (2000=100)	92
GRÁFICO 48: SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO FLORESTAL (MILHÕES DE EUROS).....	93
GRÁFICO 49 SALDO COMERCIAL DOS SETORES DE ATIVIDADE – OS 10 MAIORES SUPERAVITS E DEFICITS EM 2017 (MILHÕES DE EUROS).....	94
GRÁFICO 50: EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS FLORESTAIS POR PRODUTO - MILHÕES DE EUROS E 2000=100.....	94
GRÁFICO 51: IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS FLORESTAIS POR PRODUTO - MILHÕES DE EUROS E 2000=100.....	95
GRÁFICO 52: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PB, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VABPB SILVÍCOLA E PIBPM, VOLUME E PREÇOS (2000=100)	97

GRÁFICO 53: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MADEIRA (RESINOSAS PARA SERRAR E FOLHOSAS PARA TRITURAR), CORTIÇA E SERVIÇOS SILVÍCOLAS, VOLUME E PREÇOS (2000=100)	98
GRÁFICO 54: EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS SILVÍCOLAS SERVIÇOS E ENERGIA, VOLUME E PREÇOS (2000=100)	100
GRÁFICO 55: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA SILVICULTURA (%)	101

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA	7
FIGURA 2: POPULAÇÃO JOVEM RELATIVAMENTE AOS IDOSOS, POR CONCELHO	8
FIGURA 3. SUBSTITUIÇÃO E GERAÇÕES EM IDADE ATIVA, 2001 E 2011.....	9
FIGURA 4. PERCENTAGEM DO TOTAL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS SINGULARES NA POPULAÇÃO RESIDENTE.....	10
FIGURA 5. PERCENTAGEM DO TOTAL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS SINGULARES (2009).....	11
FIGURA 6. EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM LEADER EM MONTANTE DE FINANCIAMENTO	29
FIGURA 7. GAL DO CONTINENTE.....	32
FIGURA 8. GAL DO CONTINENTE.....	32
FIGURA 9. SISTEMATIZAÇÃO TERRITORIAL DA OFERTA DE CONDIÇÕES E OPORTUNIDADES DE VIDA	48
FIGURA 10. PERFIS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	48
FIGURA 11. SÍNTESE DAS ACESSIBILIDADES AOS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL.....	49
FIGURA 12. ACESSIBILIDADES INFRAESTRUTURAL	49
FIGURA 13. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA PENETRAÇÃO DE ACESSOS RESIDENCIAIS À INTERNET EM BANDA LARGA POR CONCELHO (2016)	50
FIGURA 14. COBERTURA DE REDES DE NOVA GERAÇÃO EM LOCAL FIXO POR CONCELHO (2016)	50
FIGURA 15 – PRINCIPAIS CATEGORIAS DE BIOMASSA RESIDUAL PRODUZIDAS POR NUT II.....	56
FIGURA 16 – CLASSES DE DIMENSÃO DA PROPRIEDADE NO CONTINENTE	67
FIGURA 17– ZIF CONSTITUÍDAS (JUNHO DE 2019).....	75
FIGURA 18: TERRITÓRIOS OCUPADOS COM FLORESTA E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS SUJEITAS A REGIME FLORESTAL E INTEGRADOS EM ZIF	77
FIGURA 19: MACROZONAGEM DAS FUNÇÕES DOMINANTES DO ESPAÇO FLORESTAL ESTABELECIDAS EM FUNÇÃO DAS PRODUTIVIDADES POTENCIAIS LENHOSAS E DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO CONTINENTAL DAS TRÊS ESPÉCIES FLORESTAIS – PINHEIRO BRAVO, EUCALIPTO E SOBREIRO – QUE ESTÃO INTEGRADAS EM FILEIRAS FLORESTAIS, EM PORTUGAL CONTINENTAL.....	79
FIGURA 20: PRESENÇA DE INVASORAS LENHOSAS	84
FIGURA 21: CARTA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO	86
FIGURA 22: MAPA DOS CONCELHOS ONDE SE REALIZOU PROSPEÇÃO NO ÂMBITO DO COFINANCIAMENTO COMUNITÁRIO.....	87
FIGURA 23: MAPA DOS CONCELHOS ONDE SE REALIZOU PROSPEÇÃO DE AGENTES BIÓTICOS NOCIVOS NÃO COFINANCIADOS	88
FIGURA 24: DESTINO DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS NACIONAIS E IMPORTADOS	95
FIGURA 25: NOVA TIPOLOGIA URBANO-RURAL EUROSTAT (NUT3)	104
FIGURA 26: CLASSIFICAÇÃO DAS FREGUESIAS A PARTIR DO MAPA EUROSTAT.....	105
FIGURA 27: FREGUESIAS RURAIS PDR2020 (DIVISÃO ADMINISTRATIVA FREGUESIAS 2012).....	106
FIGURA 28 FREGUESIAS RURAIS PDR2020 (NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA FREGUESIAS 2013)FREGUESIAS 2012)	106

I DEMOGRAFIA, EMPREGO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

I1 DEMOGRAFIA

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO EM PT

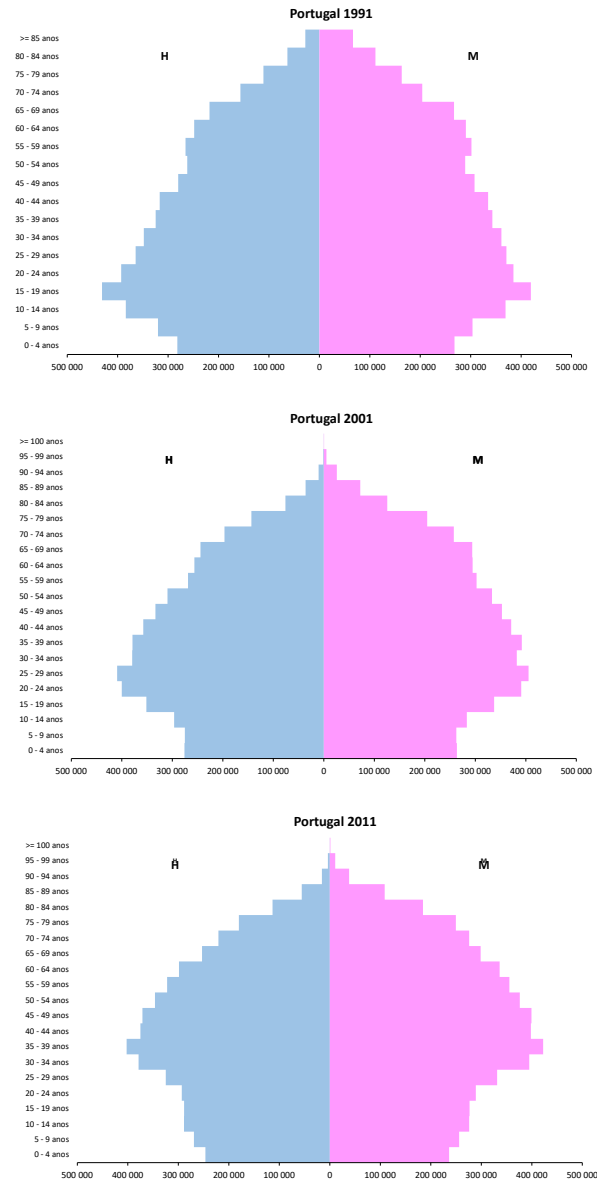
A evolução das pirâmides etárias em Portugal, em 1991, 2001 e 2011, permite constatar um claro envelhecimento populacional no país¹

Em 1991, já era notória uma baixa natalidade, como se pode verificar pela base da pirâmide, em que os valores das classes até aos 15 anos são inferiores aos da classe etária seguinte. Contudo, retrata uma população ainda jovem.

Em 2001, as classes etárias até aos 15 anos apresentam uma representatividade menor do que a verificada em 1991, o que reflete uma natalidade mais reduzida e, conseqüentemente, um acentuar do processo de envelhecimento populacional. O alargamento das classes etárias entre os 20 e os 39 anos, que se tornam predominantes, fica representado numa pirâmide adulta que reflete uma natalidade baixa e o aumento da esperança média de vida.

No último recenseamento populacional, realizado em 2011, verifica-se claramente que Portugal apresenta uma pirâmide populacional envelhecida.

GRÁFICO 1. PIRÂMIDES ETÁRIAS PT, 1991, 2001 E 2011



FONTE: GPP, PUBLICAÇÃO "CULTIVAR" Nº 11

¹ Tendência que se tem mantido no período mais recente (a população com 65 ou mais anos tem vindo a crescer a uma média anual de 1,7% entre 2010 e 2020, enquanto a população com menos de 15 anos tem registado um decréscimo de 1,5% ao ano). De facto, o índice de envelhecimento tem vindo a aumentar neste período (em 2010 assumiu o valor de 119 e em 2020 de 163, ou seja, por cada 100 pessoas com menos de 15 anos existem 163 pessoas com pelo menos 65 anos).

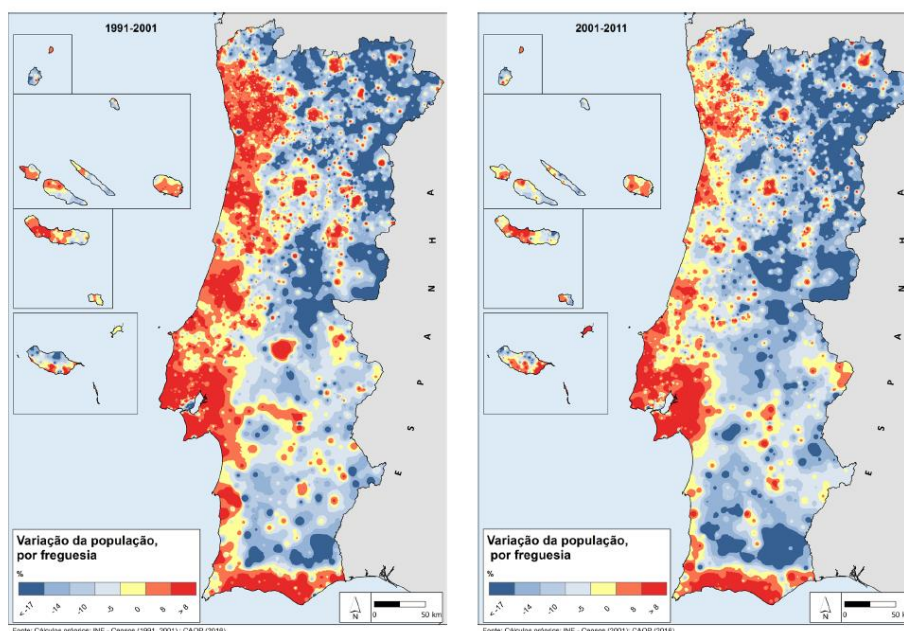
A natalidade é substancialmente reduzida face aos censos anteriores, havendo por isso uma baixa proporção de jovens, e dada a esperança média de vida alta, traduz-se uma alta proporção de idosos.

DESPOVOAMENTO DO INTERIOR/ZONAS RURAIS DE PORTUGAL

A variação da população residente intercensitário denota o fenómeno de despovoamento que tem existido em particular nas zonas rurais².

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL É SUPERIOR NA ZONAS RURAIS

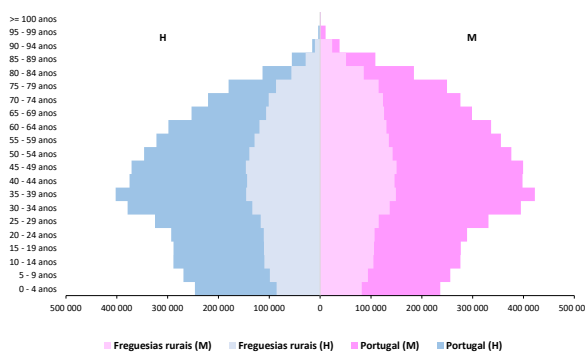
FIGURA 1. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA (1991-2001 E 2001-2011)



FONTE: GPP A PARTIR DE PNPOT

Se compararmos para o ano de 2011 a pirâmide etária do total nacional com a pirâmide etária da população nas freguesias rurais, verifica-se uma diferença substancial, apresentando as freguesias rurais uma pirâmide quase tubular. Esta situação traduz o maior envelhecimento da população

GRÁFICO 2. PIRÂMIDE ETÁRIA PORTUGAL E RURAL 2011



FONTE: GPP PUBLICAÇÃO “CULTIVAR”, Nº11

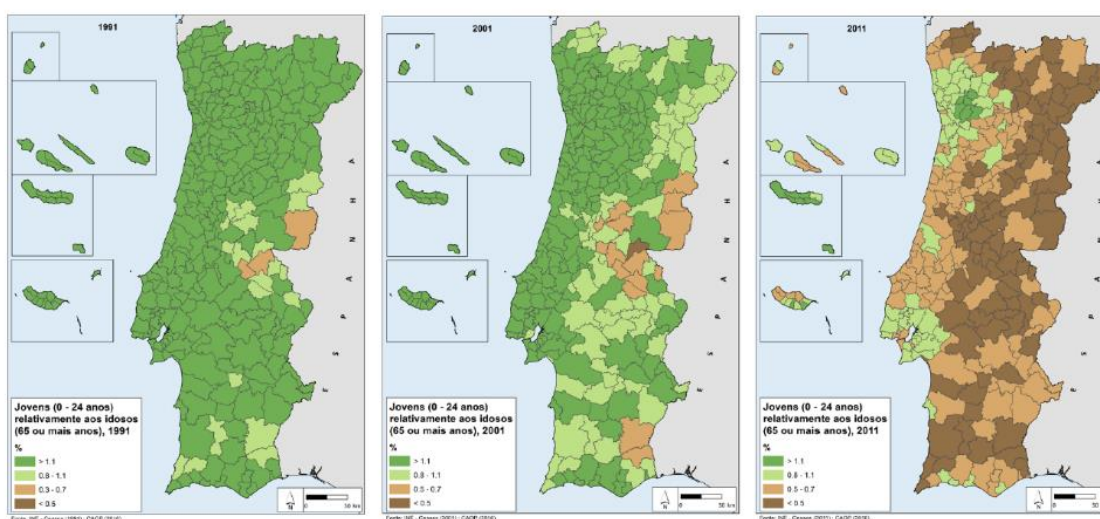
² No período 2010-2020, tem-se verificado uma diminuição da população rural (-0,7% ao ano) e uma estabilização da população urbana (0% ao ano).

acompanhado de uma população ativa reduzida e de uma ainda menor população jovem das freguesias rurais³.

Constata-se assim o forte envelhecimento da população portuguesa em particular nas áreas rurais, 568 freguesias têm cinco vezes mais velhos que jovens nas regiões de interior do nordeste transmontano até ao Algarve.

Esta marcada tendência caracteriza as zonas rurais sendo promotora de condições que favorecem o risco de abandono dos territórios, perda de produtividade, de biodiversidade, com todas as demais restantes implicações que daí decorrem a nível económico, ambiental e social.

FIGURA 2: POPULAÇÃO JOVEM RELATIVAMENTE AOS IDOSOS, POR CONCELHO (1991,2001, 2011)



FONTE: GPP, PARTIR DE PNPOT

³ A população rural com menos de 15 anos tem vindo a decrescer nos últimos 5 anos (-2,2% ano entre 2015 e 2020) enquanto a população rural com pelo menos 65 anos tem crescido ligeiramente (0,5% ao ano), assumindo o índice de envelhecimento valores superiores nestas regiões (em 2020, o indicador registava 218 nas zonas rurais e 145 nas zonas urbanas).

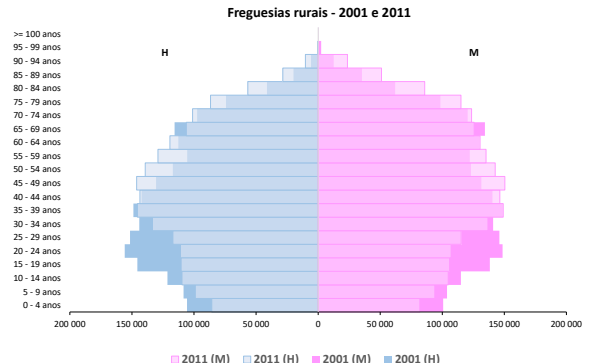
DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE GERAÇÕES EM IDADE ATIVA EM PARTICULAR NAS ZONAS RURAIS.

Na comparação das pirâmides etárias específica da população das freguesias rurais de 2001 e 2011 verifica-se uma redução da população, com uma ainda menor base da pirâmide, que traduz uma redução da população jovem e aumento a população idosa.

Esta evolução, evidenciada pelo estreitamento da base da pirâmide, reflete o facto de não existir renovação da população da rural.

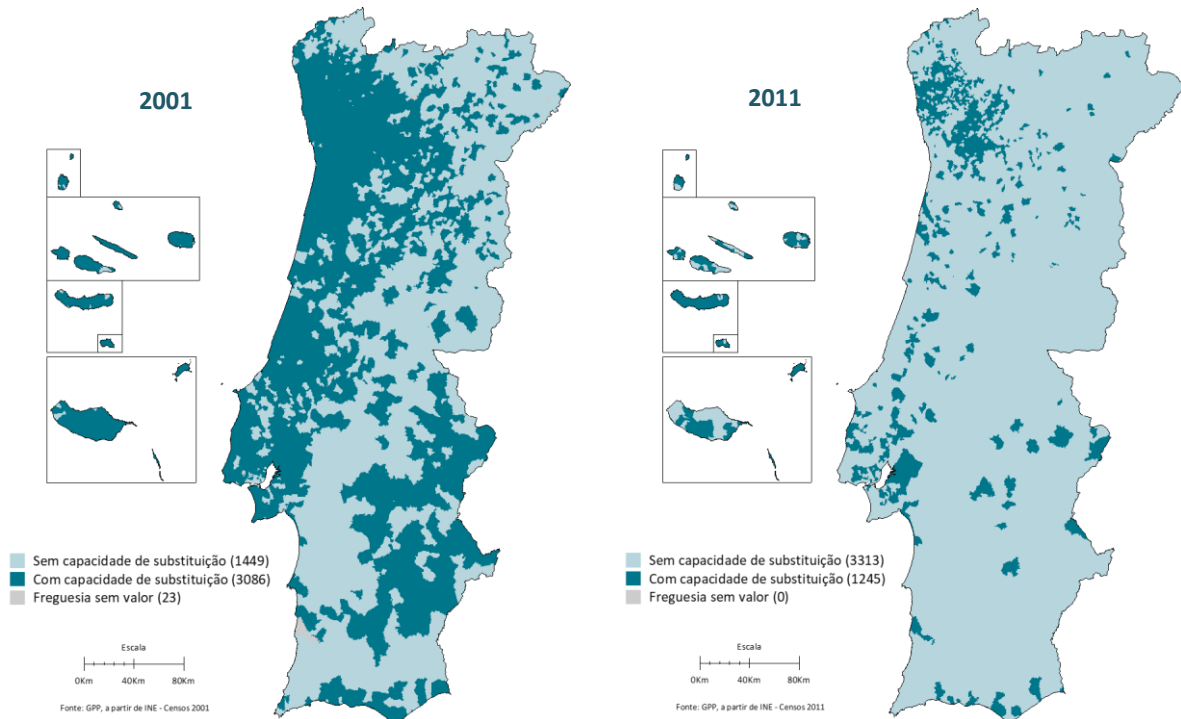
O êxodo que se acentua das freguesias rurais quer para o litoral quer para as cidades intermédias associado ao envelhecimento da população, cria uma situação crítica de incapacidade de substituição geracional na grande maioria do Continente.

GRÁFICO 3: PIRÂMIDE ETÁRIA RURAL: 2001 E 2011



FONTE: GPP PUBLICAÇÃO “CULTIVAR”, Nº11

FIGURA 3. SUBSTITUIÇÃO E GERAÇÕES EM IDADE ATIVA, 2001 E 2011



FONTE: GPP, A PARTIR DE INE – CENSOS 2011 (PUBLICAÇÃO “CULTIVAR”, Nº11)

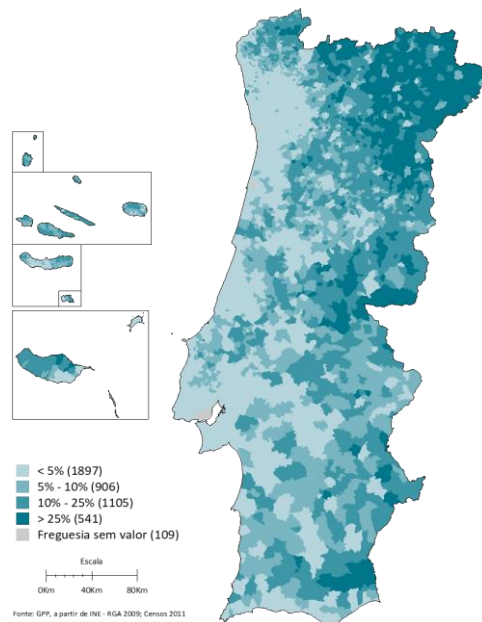
PRODUTORES AGRÍCOLAS COM IMPORTÂNCIA NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, NO ENTANTO ENVELHECIDOS

Os produtores agrícolas apresentam representatividade na população, em particular nas zonas rurais onde chegam a representar mais 25% da população residente, caso do nordeste transmontano.

Os jovens produtores agrícolas têm alguma representatividade em algumas freguesias no Alentejo e Oeste e a norte, no Cávado, Ave e Alto Tâmega.

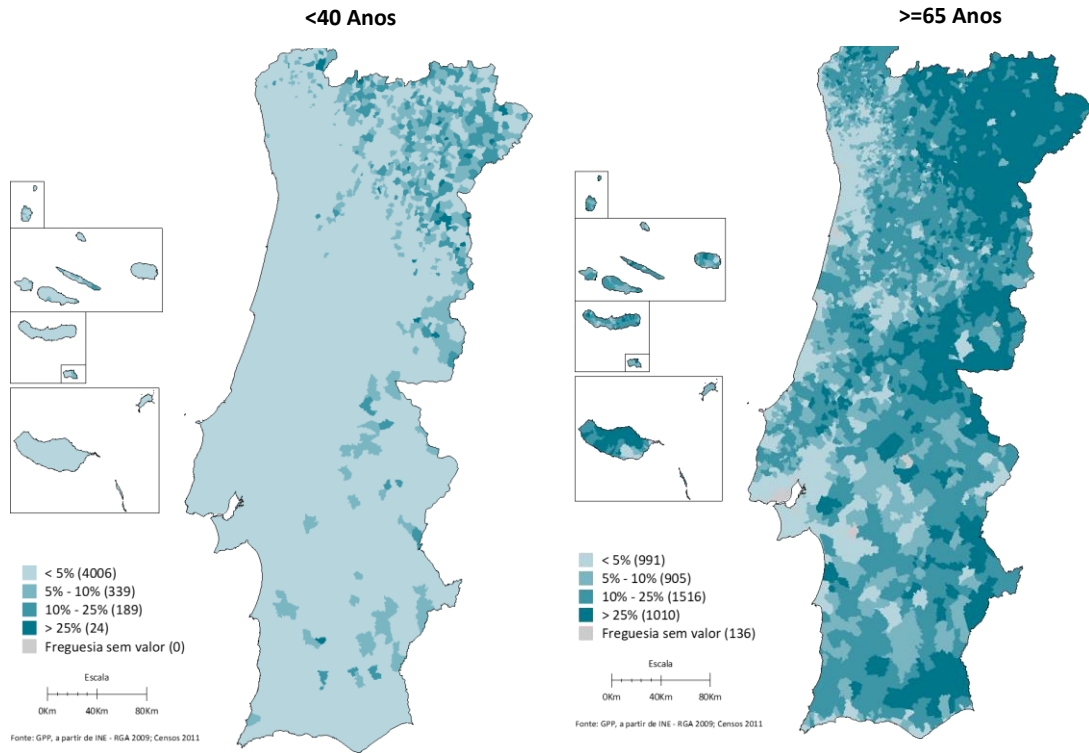
No entanto, constata-se que os produtores agrícolas singulares são na generalidade idosos (> 64 anos).

FIGURA 4. PERCENTAGEM DO TOTAL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS SINGULARES NA POPULAÇÃO RESIDENTE



FONTE: GPP, A PARTIR DE INE – RGA2009, CENSOS 2011

FIGURA 5. PERCENTAGEM DO TOTAL DE PRODUTORES AGRÍCOLAS SINGULARES (2009)

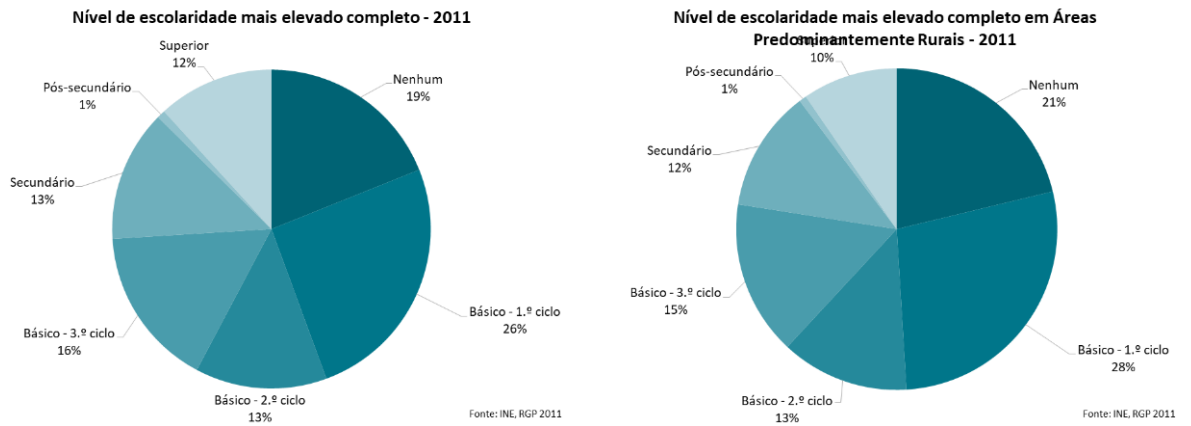


NOTA: NA R.A.M. E R.A.A. O ESCALÃO DOS JOVENS CORRESPONDE <35 ANOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE INE – RGA2009, CENSOS 2011 (PUBLICAÇÃO “CULTIVAR” Nº11)

A ESCOLARIDADE NÃO É UM FATOR DIFERENCIADOR DAS ZONAS RURAIS

GRÁFICO 4: NÍVEIS DE ESCOLARIDADE EM ÁREAS RURAIS E NÃO RURAIS (2011)



Fonte: GPP, a partir de RGP 2011

12 EMPREGO E IGUALDADE DE GÉNERO

O SETOR PRIMÁRIO TEM UM PAPEL IMPORTANTE NA CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS ZONAS RURAIS, EMBORA REVELE UMA TENDÊNCIA DE PERDA NOS ÚLTIMOS ANOS

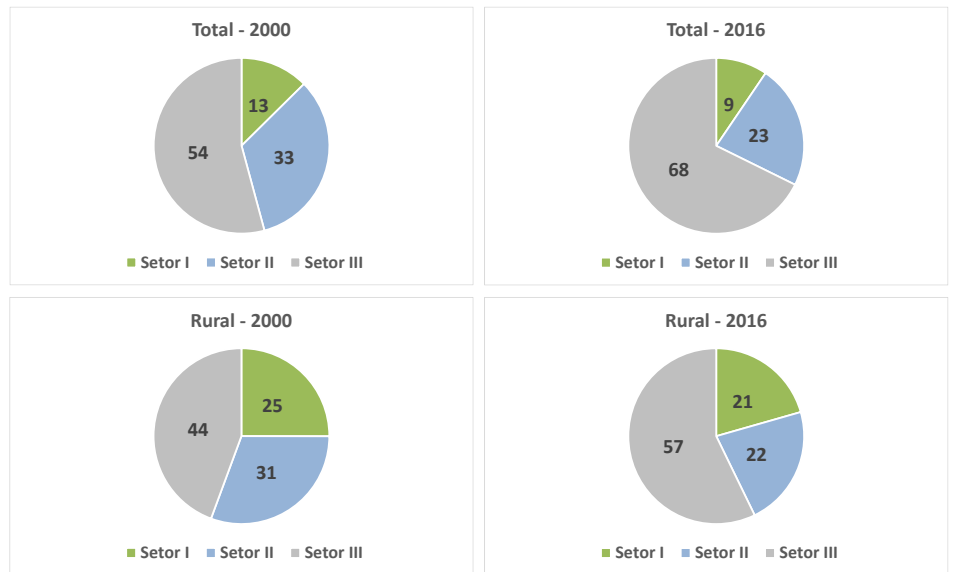
A importância do setor primário no emprego das zonas rurais, medido em número de pessoas, corresponde atualmente a 21%, mais do que a média nacional (9%), tendo vindo no entanto a perder peso desde o ano 2000. Note-se que nesse ano mais de metade do emprego rural provinha dos setores primário

(25%) e secundário (31%) e em 2016 a tendência constatada

demonstra uma inversão com o setor terciário a perfazer 57% do emprego das zonas rurais.

Esta tendência é mais acentuada no conjunto da economia a nível nacional, com o setor terciário a ocupar uma maior expressão no emprego nacional (68%). Saliente-se que, de acordo com o Inquérito ao Emprego (INE/Eurostat), 71,2% das pessoas empregadas⁴ trabalham no setor terciário (das quais 58,2% são mulheres), 25,6% do setor secundário (das quais 31,2% são mulheres) e 3,2% do primário (das quais 33% são mulheres).

GRÁFICO 5: PESO DO EMPREGO PRIMÁRIO NA ECONOMIA E NAS ZONAS RURAIS EM 2000 E 2016 (%)



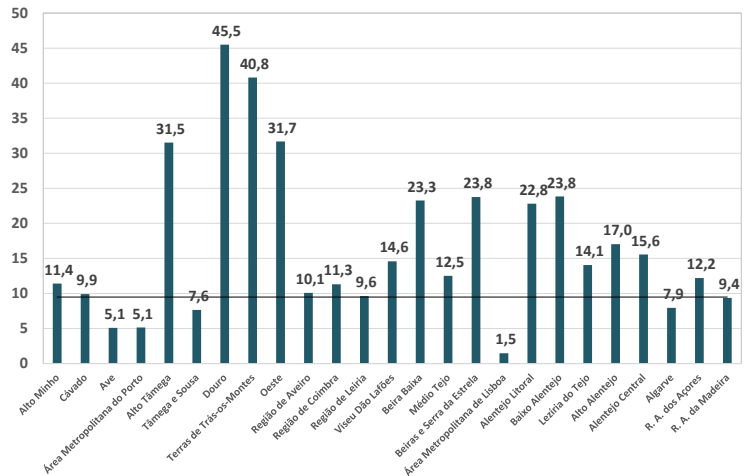
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

⁴ Considerando pessoas empregadas entre os 15 e os 64 anos em 2020

IMPORTÂNCIA DO SETOR PRIMÁRIO NA CRIAÇÃO DE EMPREGO NO INTERIOR NORTE DE PORTUGAL

O emprego ao nível do sector primário é determinante para algumas sub-regiões do país, nomeadamente para as sub-regiões do **Douro** (46%) e **Terras de Trás-os-Montes** (41%), Alto Tâmega, e Oeste (32%). Nas regiões urbanas das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o peso do setor primário no emprego residual com valores de 1,5% e 5,1% na população empregada.

GRÁFICO 6. PESO DO EMPREGO PRIMÁRIO NA ECONOMIA EM 2016 – NUTS III (%)

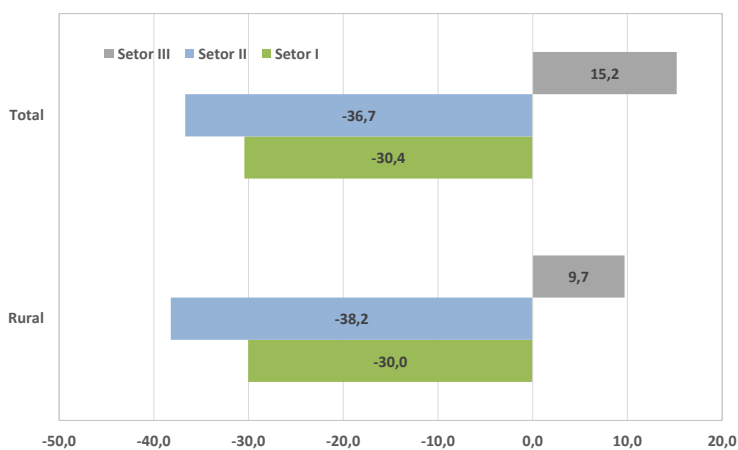


FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

As zonas localizadas no **interior norte de Portugal** são as que revelam uma maior importância do emprego do sector primário fruto da relevância das atividades ligadas ao sector primário. Consta-se um segundo grupo de regiões onde o setor primário apresenta ainda um peso importante no emprego as quais se situam no Centro interior e Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.

DECRÉSCIMO ACENTUADO DO EMPREGO NOS SETORES PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO

GRÁFICO 7. TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SETORES I, II E III ENTRE 2000 E 2016 (%)

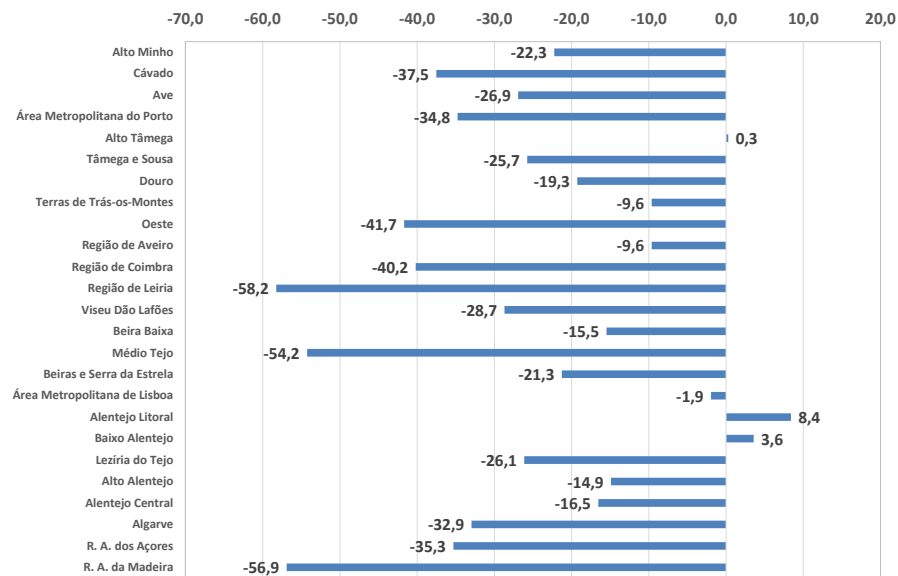


FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

No período 2000-2016 verificou-se um decréscimo acentuado do emprego ao nível dos setores primário (-30%) e secundário (-37%) em contraste com uma tendência de crescimento do emprego no setor terciário (15%), que foi inferior nas zonas rurais.

DECRÉSCIMO DO EMPREGO NO SETOR PRIMÁRIO FOI TENDÊNCIA MARCADA, COM ESPECIAL INTENSIDADE NO LITORAL CENTRO, MÉDIO TEJO E A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA CONSTITUEM EXCEÇÃO A ESTA TENDÊNCIA O ALENTEJO LITORAL E O BAIXO ALENTEJO E O ALTO TÂMEGA.

GRÁFICO 8. TAXA DE VARIAÇÃO DO EMPREGO NO SETOR I ENTRE 2000 E 2016, POR NUTS III (%)



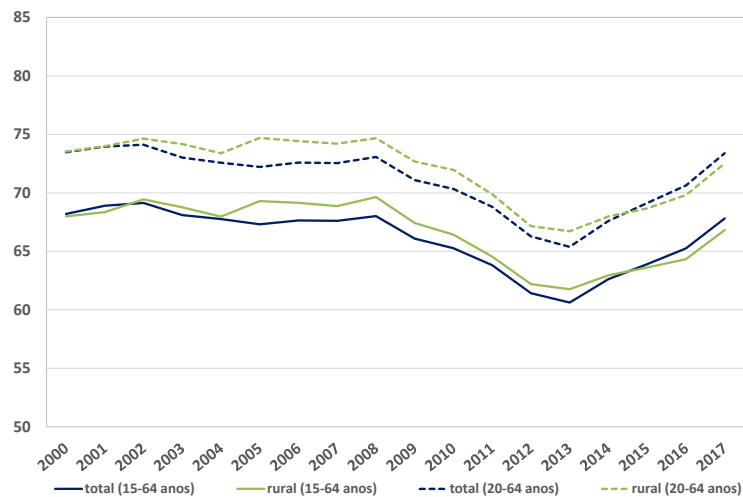
FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

O decréscimo verificado no emprego do setor primário foi generalizado a todo o país com exceção das sub-regiões do Alentejo Litoral (8,4%), Baixo Alentejo (3,6%), em resultado nomeadamente do crescimento das produções de frutos de baga, de uva de mesa e de hortícolas, e Alto Tâmega (0,3%). **As sub-regiões do Oeste, área metropolitana do Porto e Douro foram as que mais contribuíram para o decréscimo do emprego (-30,4%).**

A CAPACIDADE DA RECUPERAÇÃO DE EMPREGO NAS ZONAS RURAIS, APÓS A CRISE ECONÓMICO-FINANCEIRA FOI INFERIOR AO CONJUNTO DO PAÍS

A taxa de emprego nas zonas rurais tem vindo a apresentar uma evolução similar ao conjunto do País, podendo distinguir-se três subperíodos: de 2000 a 2008, período pré-crise, a taxa de emprego manteve-se relativamente estável (média de 68%); de 2009 a 2013, durante o período de crise económico-financeira, assistiu-se a uma quebra na taxa de emprego (média de 63%); de 2014 a 2017, período pós-crise, o indicador voltou a crescer (média de 65%), no entanto com menos intensidade nas **zonas rurais** (gráfico I2-4).

GRÁFICO 9. TAXA DE EMPREGO TOTAL E RURAL DE 2000 A 2017 (%)

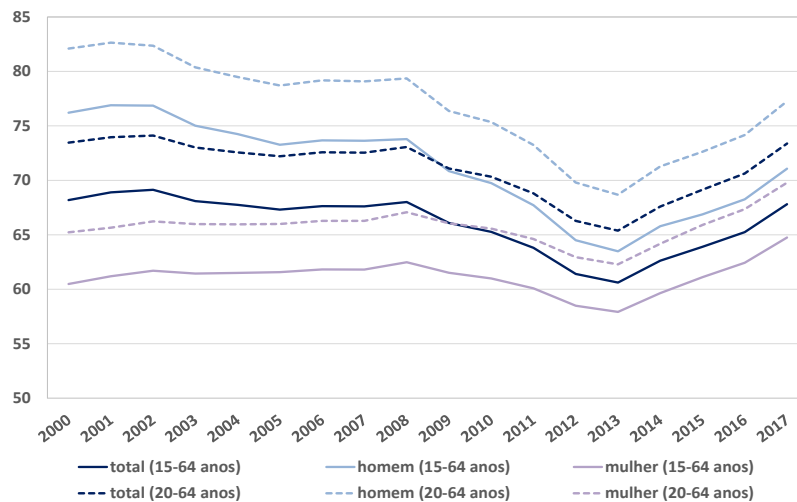


FONTE: GPP, A PARTIR DE INQUÉRITO AO EMPREGO, INE.

EVOLUÇÃO POSITIVA NA IGUALDADE DE GÉNERO EM TERMOS DE EMPREGABILIDADE, NO ENTANTO A TAXA DE EMPREGO NAS MULHERES É INFERIOR À DOS HOMENS

Destaque-se que **as taxas de emprego nas mulheres são sempre inferiores às dos homens**, notando-se a partir de 2013 uma aproximação destas taxas. Em particular a taxa de emprego feminino nas zonas rurais situa-se perto dos 70% em 2017.

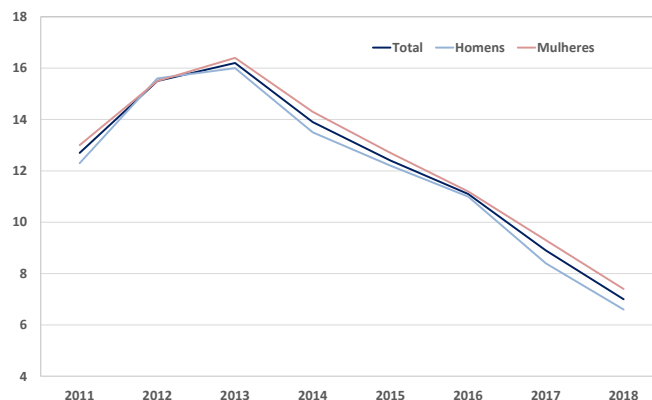
GRÁFICO 10. TAXA DE EMPREGO POR GÉNERO DE 2000 A 2017 (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE INQUÉRITO AO EMPREGO, INE.

DIMINUIÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO A PARTIR DE 2013.

Entre 2011 e 2018, a taxa de desemprego, que corresponde ao rácio entre a população desempregada e a população ativa, não se manteve constante, com um crescimento até 2013 seguido de uma diminuição até 2018. Em 2020, a taxa de desemprego correspondeu a 6,9%, assumindo valor superior nas zonas urbanas (7,8%)⁵ face às zonas rurais (5,6%). Em particular a taxa de desemprego jovem⁶ registou 22,6%, também compreendendo um valor superior nas zonas urbanas (24,3%) em relação às zonas rurais (19,8%).

GRÁFICO 11. TAXA DE DESEMPREGO POR GÉNERO DE 2011 A 2018 (%)

FORNTE: GPP, A PARTIR DE INQUÉRITO AO EMPREGO, INE.

As diferenças entre homens e mulheres em relação a este indicador não são significativas, contudo as mulheres apresentam níveis de taxa de desemprego superiores aos homens. Em 2020, a taxa de desemprego feminino correspondeu a 7,1% (6,5% nas zonas rurais) e masculino a 6,6% (4,8% nas zonas rurais). Já a taxa de desemprego jovem registou 21% nos homens (16,1% nas zonas rurais) e 24,4% nas mulheres (25,6% nas zonas rurais).

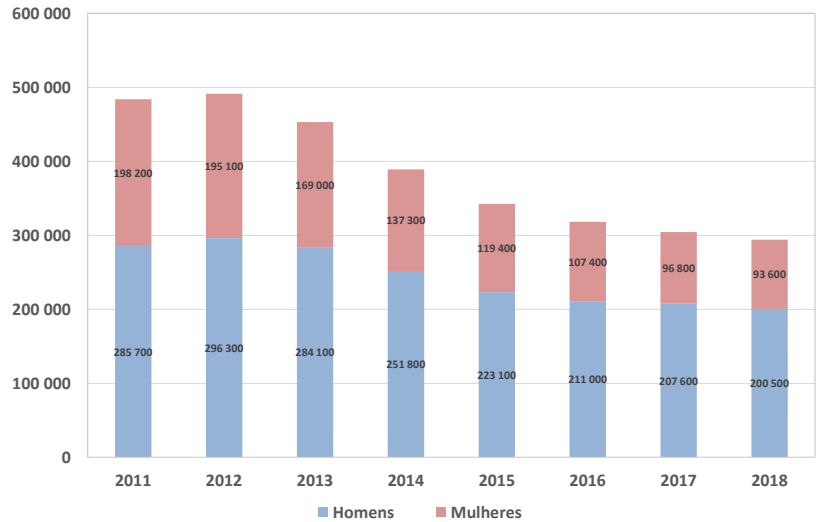
⁵ Saliente-se que a definição de “pessoas desempregadas” compreende pessoas simultaneamente sem trabalhar durante a semana de referência, disponíveis para trabalhar a qualquer altura e ativamente a procurar emprego.

⁶ Entre os 15 e os 24 anos.

CERCA DE 1/3 DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SETOR PRIMÁRIO SÃO MULHERES; AS MULHERES PERDERAM PESO NA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SETOR PRIMÁRIO

Em 2017, as mulheres constituíam pouco mais de metade da população residente nas zonas rurais (52,1%), valor ligeiramente inferior à média nacional (52,7%), 48,7% da população empregada da economia, representando **31,8% da população empregada no setor primário**, tendo vindo a perder expressão neste sector (em 2011 correspondia a 41%).

GRÁFICO 12. POPULAÇÃO EMPREGADA NO SETOR PRIMÁRIO POR GÉNERO DE 2011 A 2018 (Nº)



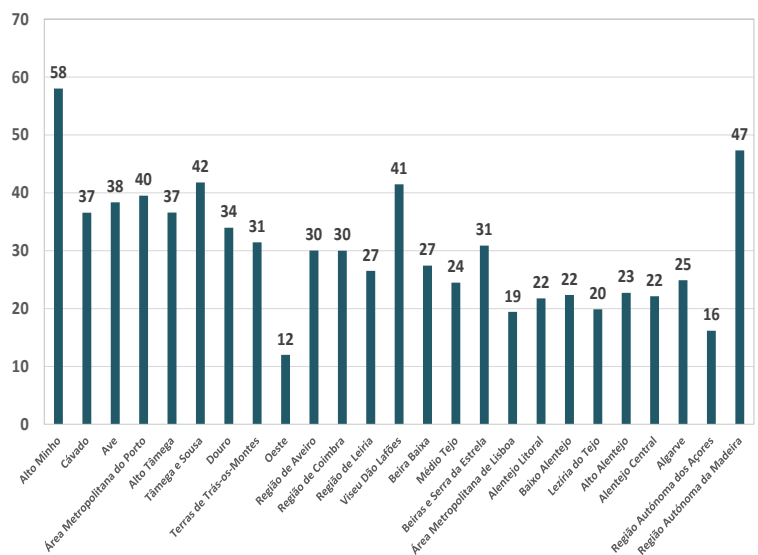
FONTE: GPP, A PARTIR DE INQUÉRITO AO EMPREGO, INE.

CERCA DE 1/3 DOS PRODUTORES

AGRÍCOLAS SÃO MULHERES; IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NO NÚMERO DE PRODUTORES É MAIOR A NORTE DO PAÍS

Em 2009, as mulheres constituíam 31% dos produtores agrícolas portugueses (menos que em 2013, 31,7%, e 2016, 33,8%), não existindo diferenças significativas entre a média nacional e as zonas rurais. Contudo, ao nível NUTS III é possível notar algumas variações, nomeadamente a região do Alto Minho é a única em que o peso das mulheres supera o dos homens nos produtores agrícolas (58%), nas regiões da Área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa, Viseu Dão Lafões e Região Autónoma Madeira, o peso das mulheres supera os 40% e as regiões onde o peso é inferior são o Oeste com 12 %, e a Região Autónoma dos Açores com 16%.

GRÁFICO 13. PRODUTORES AGRÍCOLAS FEMININOS (%) – NUTS III

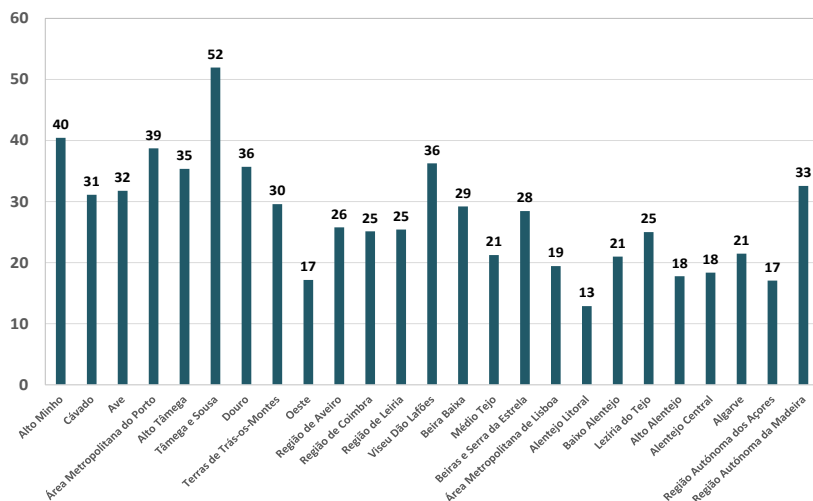


FONTE: GPP, A PARTIR DE RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2009, INE.

28% DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS COM MENOS DE 35 ANOS SÃO MULHERES

Cerca de 28% dos produtores agrícolas jovens são mulheres. Destaque-se a região norte com os pesos mais elevados das mulheres nos produtores jovens, nomeadamente na região do Tâmega e Sousa, mais de metade dos jovens produtores são mulheres (52%).

GRÁFICO 14. PRODUTORES AGRÍCOLAS FEMININOS JOVENS (%) – NUTS III

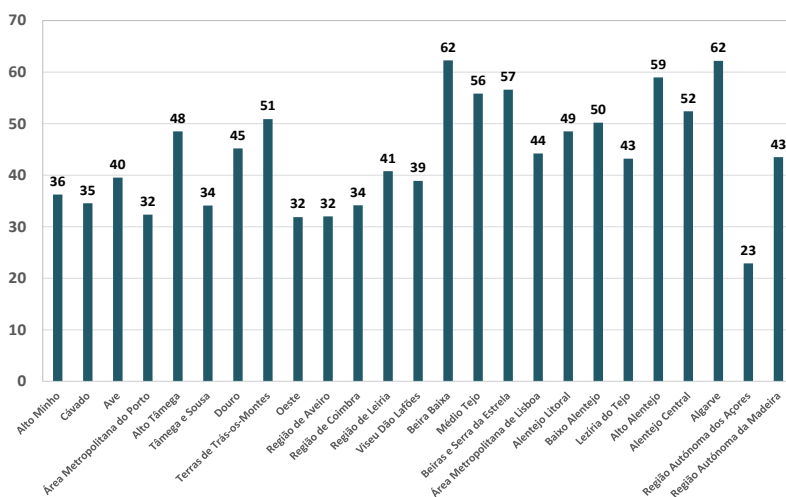


FONTE: GPP, A PARTIR DE RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2009, INE.

2,0% DAS PRODUTORAS AGRÍCOLAS TÊM MENOS DE 35 ANOS

Em 2009, 2,0% das produtoras agrícolas tinham menos de 35 anos (1,8% nas zonas rurais). A nível regional nota-se uma maior importância desta classe na R.A. dos Açores, seguida da região Oeste. Os pesos mais baixos encontram-se na Região de Leiria (0,7%) e Médio Tejo (0,8%).

GRÁFICO 15. PESO DA CLASSE ETÁRIA > 65 ANOS NAS PRODUTORAS AGRÍCOLAS EM 2009 – NUTS III (%)



FONTE: GPP, A PARTIR DE RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2009, INE.

**TAXA DE ESCOLARIDADE DO NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR ASSUME VALORES MAIS ELEVADOS NAS MULHERES;
CERCA DE 60% DOS DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR LIGADO AO SETOR PRIMÁRIO SÃO MULHERES,**

A taxa de escolaridade do nível de ensino superior assume valores mais elevados nas mulheres (mulheres: 44% 25-34 anos e 26% 35-64 anos; homens: 25% 25-34 anos e 18% 35-64 anos). Saliente-se que **mais de metade dos diplomados no ensino superior são mulheres (58%), nomeadamente na área da “Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias”**

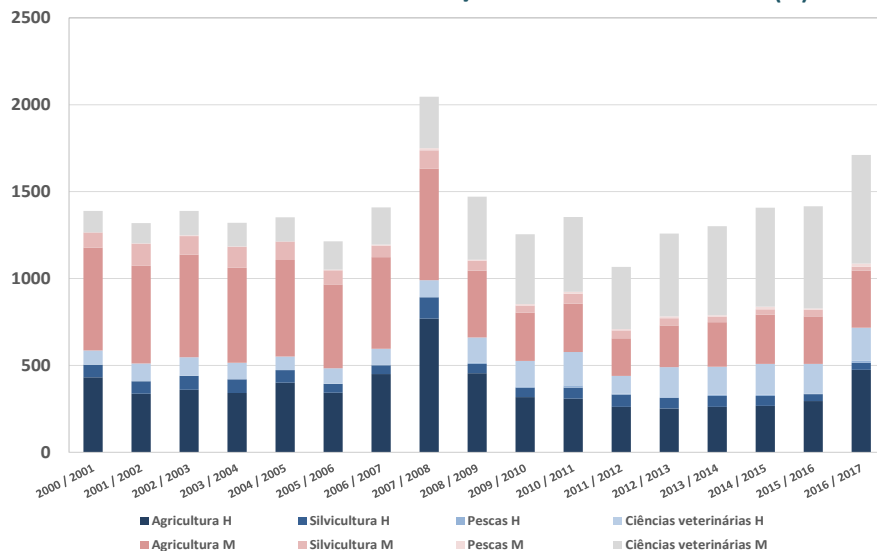
(77% nas ciências veterinárias, 60% nas pescas, 35% na

silvicultura e 41% na agricultura). Em relação aos diplomados na área da “agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias” é de destacar a diminuição de mulheres diplomadas na agricultura em contraste com o crescimento de diplomadas em ciências veterinárias, sobretudo a partir de 2008/2009.

A Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 aprovada recentemente pelo Governo que pretende dar uma orientação e contributo decisivo para uma futura Agricultura moderna e inovadora e para dar resposta aos grandes desafios que Portugal enfrentará nos próximos 10 anos em matéria de agricultura e alimentação, tem como preocupações a saúde e o bem-estar da sociedade, a valorização dos seus recursos endógenos tendo em conta as especificidades de todo o território nacional e das diferentes tipologias de agricultores, desde a pequena agricultura familiar à agricultura empresarial, apresentando várias 15 iniciativas emblemáticas nas quais se inclui:

- **Iniciativa Rede de Inovação** que para além de mobilizar os recursos do Ministério da Agricultura, integrará todos os *stakeholders* com responsabilidade na execução da estratégia de investigação e inovação, reforçando, significativamente, o ecossistema de investigação e inovação agrícola e agroalimentar englobará linhas de ação para a promoção do empreendedorismo agroalimentar e a rede de incubadoras de base rural

GRÁFICO 16. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR POR GÉNERO E ÁREA DE FORMAÇÃO LIGADA AO SETOR PRIMÁRIO (%)



FORNTE: GPP, A PARTIR DE INE (DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA).
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: SETEMBRO DE 2018

nomeadamente incentivando a participação de grupos sub-representados, designadamente das mulheres.

- **Iniciativa Revitalização das zonas rurais**, nomeadamente na linha de ação relativa aos territórios **rurais inteligentes** tendo em vista desenvolver territórios rurais mais inovadores, através do **envolvimento dos vários atores locais, dos recursos endógenos**, do conhecimento, num **processo participado e igualitário**, adaptado à realidade local, capaz de contextualizar as diferentes soluções tecnológicas e com ações integradas que contribuam para a adoção de diferentes ferramentas disponíveis, nomeadamente digitais.

I3 CRESCIMENTO ECONÓMICO

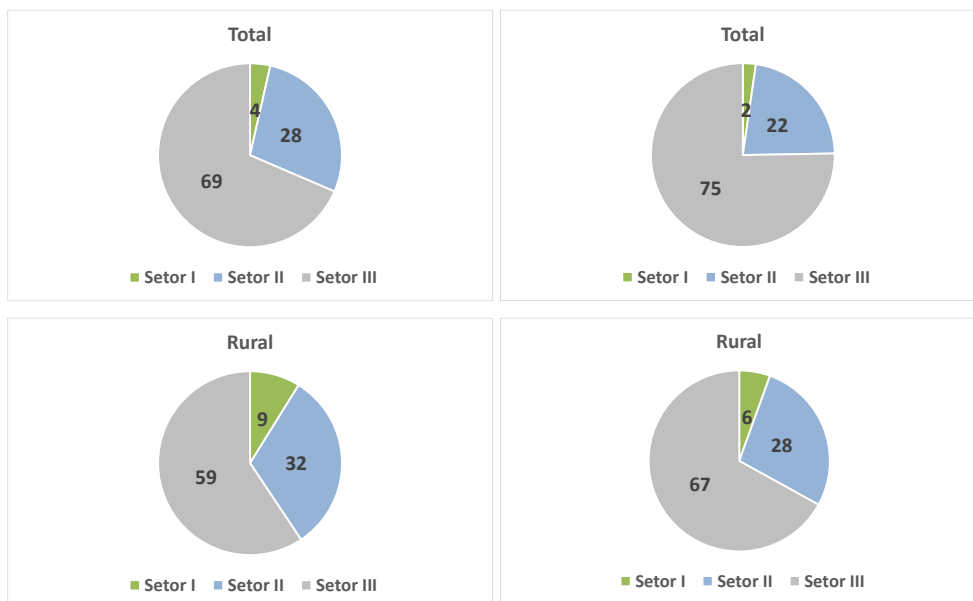
PERDA DE IMPORTÂNCIA DO VAB DO SETOR PRIMÁRIO NAS ZONAS RURAIS

Analisando o peso dos setores de atividade no VAB, verifica-se, ao longo dos anos, uma perda de importância na economia dos setores primário (de 3,5% em 2000 para 2,3% em 2017) e secundário (de 27% em 2000 para 22% em 2017) em favor de uma crescente terciarização da economia, representado 75% do VAB nacional em

2017. Quando nos restringimos aos territórios rurais o sector

primário tem um peso superior ao da economia nacional (6%), o mesmo se aplicando ao sector secundário (28%). Relativamente ao sector terciário, os territórios rurais registam um peso inferior ao da média nacional (67% face a 75%).

GRÁFICO 17. PESO DO VAB PRIMÁRIO NA ECONOMIA E NAS ZONAS RURAIS EM 2000 E 2016 (%)



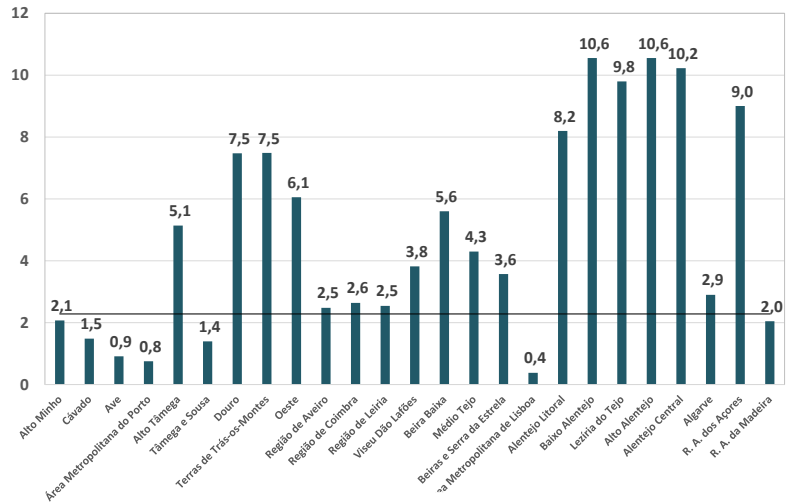
FORNTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

MAIOR IMPORTÂNCIA DO SETOR PRIMÁRIO NA ECONOMIA DA REGIÃO DO ALENTEJO E REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

É nas zonas do Alentejo, Lezíria do Tejo e R.A. dos Açores que o VAB do sector primário tem uma maior expressão na respetiva economia perto ou acima dos 10%.

Nas regiões do Douro e Trás-os-Montes, o sector primário, também apresenta alguma relevância na geração de produto.

GRÁFICO 18. PESO DO VAB PRIMÁRIO NA ECONOMIA REGIONAL EM 2017 - NUTS III (%)



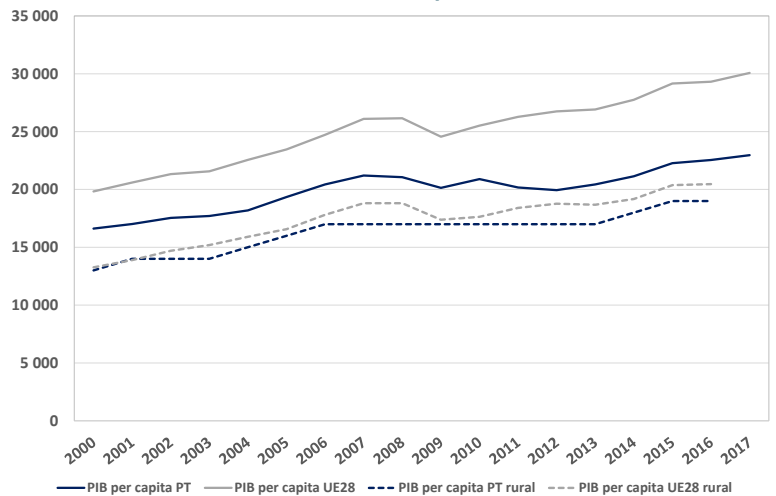
FORNTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

ZONAS RURAIS COM PIB PER CAPITA INFERIOR À MÉDIA PORTUGAL E UE28

O PIB *per capita* em Portugal, medido em PPC, é inferior ao PIB per capita UE (23 mil ppc/hab face a 30 mil ppc/hab, em 2017) representando, em 2007, 76% do PIBpc da UE.

As zonas rurais apresentam um PIB *per capita* inferior à média nacional, representando, em 2016, 84% do valor médio nacional e 92% do PIBpc médio das zonas rurais UE.

GRÁFICO 19. PIB PER CAPITA TOTAL E RURAL – PT E UE (PPC POR HABITANTE)

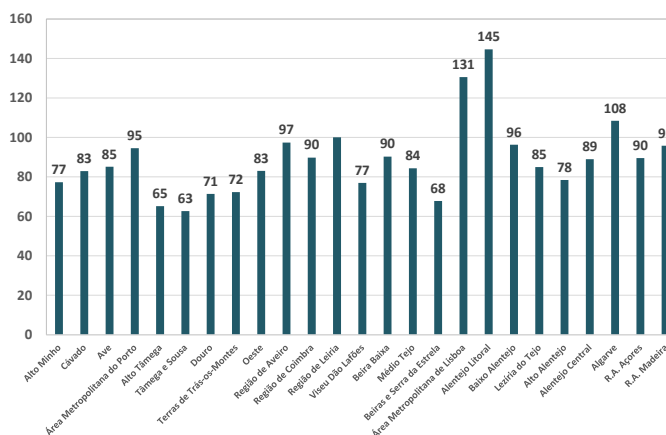


FORNTE: GPP, A PARTIR DE EUROSTAT.

AS REGIÕES DO INTERIOR NORTE E CENTRO APRESENTAM O MENOR PIB PER CAPITA

Saliente-se a diferenciação regional do PIB *per capita*, nomeadamente as sub-regiões da Área metropolitana de Lisboa, Alentejo Litoral e Algarve assumem valores superiores à média nacional, respetivamente 131%, 145% e 108% da média de Portugal. Do lado oposto, as sub-regiões do Alto Tâmega, Tâmega e Sousa e Beiras e Serra da Estrela representam, respetivamente, 65%, 63% e 68% do PIB *per capita* nacional. Em geral, as regiões localizadas no **interior norte e centro do país** apresentam um PIB *per capita* inferior à média.

GRÁFICO 20. PIB PER CAPITA EM 2017 - NUTS III (PT=100)



FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

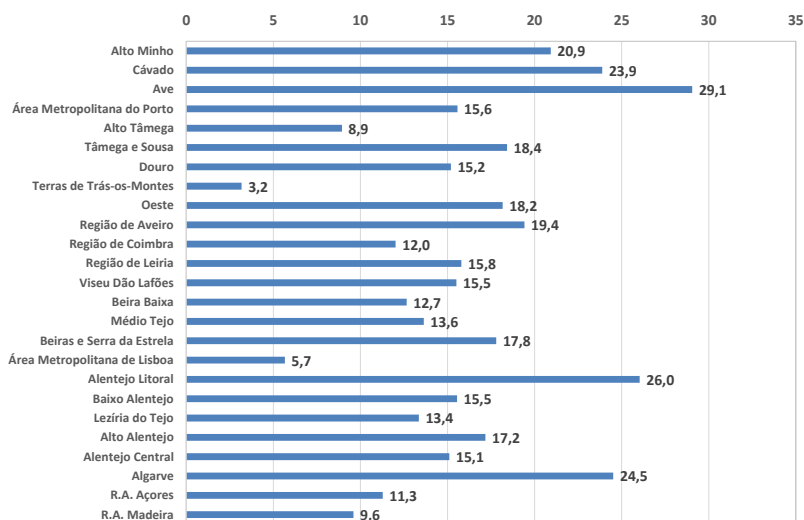
CRESCIMENTO POSITIVO DO PIB PER CAPITA TRANSVERSAL A TODO O PAÍS EMBORA COM DIMENSÕES

DIFERENTES ENTRE REGIÕES

O crescimento do PIB *per capita* entre 2011 e 2017 denota taxas de crescimento positivas mas diferenciadas entre as várias sub-regiões do país, destacando-se os menores crescimentos: Terras de Trás-os-Montes (3,2%), Alto Tâmega (8,9%), a área metropolitana de Lisboa (5,7%) e a R.A. da Madeira (9,6%).

Já as regiões do Ave (29%), Alentejo litoral (26%) e Algarve (25%) foram as que mais cresceram, com um nível de crescimento do PIB regional.

GRÁFICO 21. TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB PER CAPITA 2011/2017 - NUTS III (%)

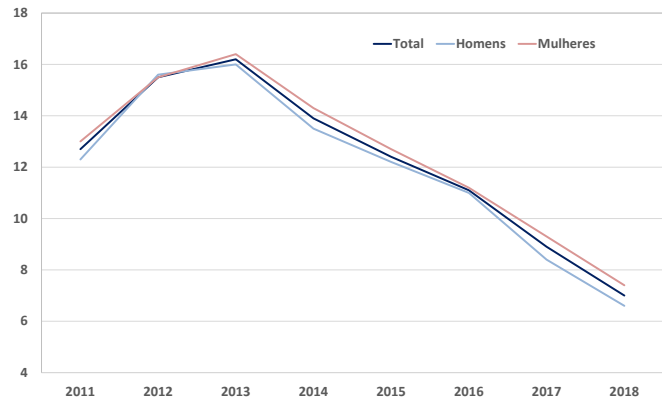


FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS REGIONAIS INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: DEZEMBRO DE 2018

TENDÊNCIA DE DIMINUIÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO A PARTIR DE 2013

Entre 2011 e 2018, a taxa de desemprego, que corresponde ao rácio entre a população desempregada e a população ativa, não se manteve constante, com um crescimento até 2013 seguido de tendência de diminuição até à data.

GRÁFICO 22. TAXA DE DESEMPREGO POR GÉNERO DE 2011 A 2018 (%)



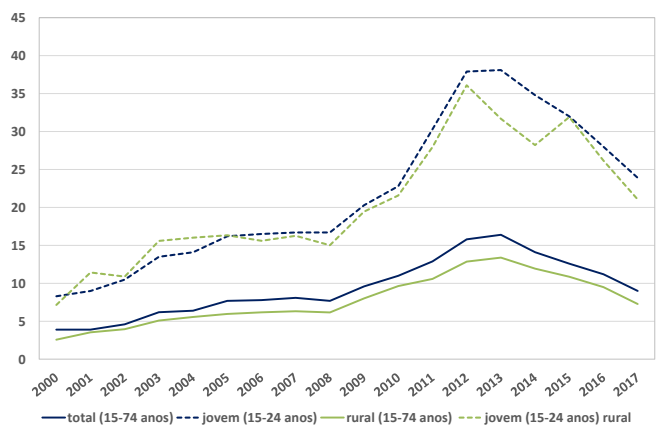
Fonte: GPP, a partir de Inquérito ao emprego, INE

A TAXA DE DESEMPREGO RURAL É LIGEIRAMENTE

INFERIOR À MÉDIA PORTUGAL, INCLUINDO NO QUE SE REFERE AOS JOVENS

A taxa de desemprego jovem (15-24 anos) é mais elevada face à média da economia, tendo divergido da média no momento de crise económico-financeira, quase atingindo os 40% em 2013. Em 2017, as taxas de desemprego variam entre os 9% para a média Portugal e os 24% nos jovens. Em particular nas zonas rurais, a taxa de desemprego é, em geral, ligeiramente mais baixa tendo registado em 2017 uma média de 7% e de 21% nos jovens.

GRÁFICO 23. TAXA DE DESEMPREGO POR CLASSE ETÁRIA DE 2000 A 2017 (%)



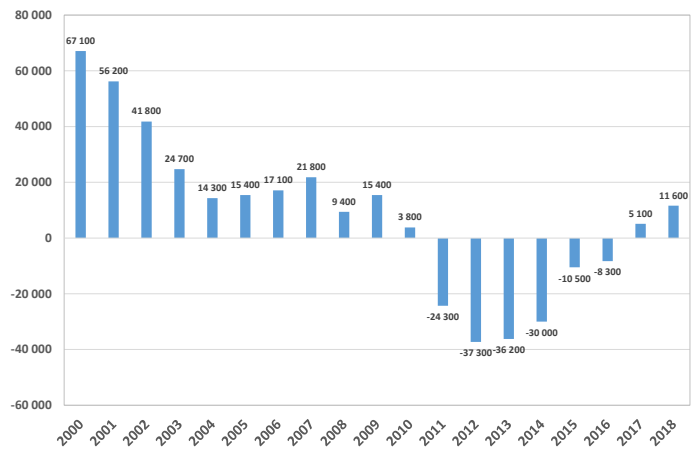
Fonte: GPP, a partir de Inquérito ao Emprego, INE

PERSISTÊNCIA DE SAÍDA DE POPULAÇÃO NAS ZONAS RURAIS, EM PARTICULAR NO CENTRO DO PAÍS

O saldo migratório⁷ PT tem sido positivo, com exceção do período associados à crise onde o saldo migratório registou valores negativos, com a **saída de população** a superar a **entrada de população**, atingindo o valor mais baixo em 2012. Nos anos 2017 e 2018 já se constatou valores positivos para o saldo migratório.

No entanto, nas zonas rurais ainda se mantem negativo, destacando-se as regiões rurais do **Viseu Dão-Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Região de Leiria**, o que indicia uma persistência de despovoamento destas regiões.

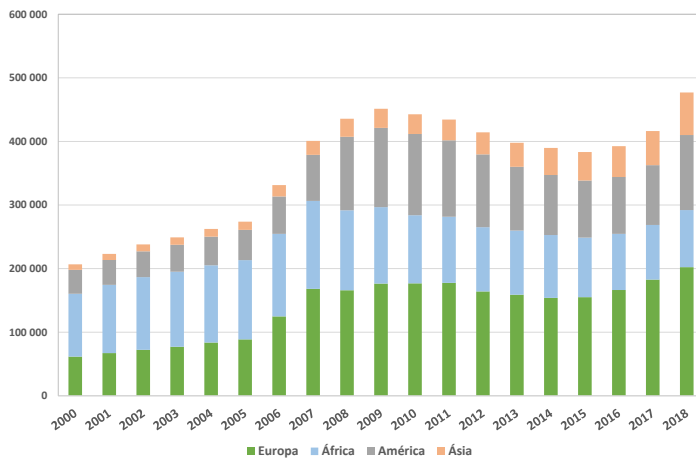
GRÁFICO 24. SALDO MIGRATÓRIO PT 2000-2018 – Nº DE PESSOAS (INCLUIR RURAL)



Fonte: GPP, a partir de Estimativas anuais da população residente, INE

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA A PARTIR DE 2015

GRÁFICO 25. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (Nº DE PESSOAS) POR ORIGEM



Fonte: GPP, a partir de Recenseamento da População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, INE

Em particular a população estrangeira corresponde atualmente a **480 mil pessoas** (4,6% da população em 2018), mais 63 mil pessoas que em 2012, das quais 42% são europeus, 25% americanos, 19% africanos e 14% asiáticos.

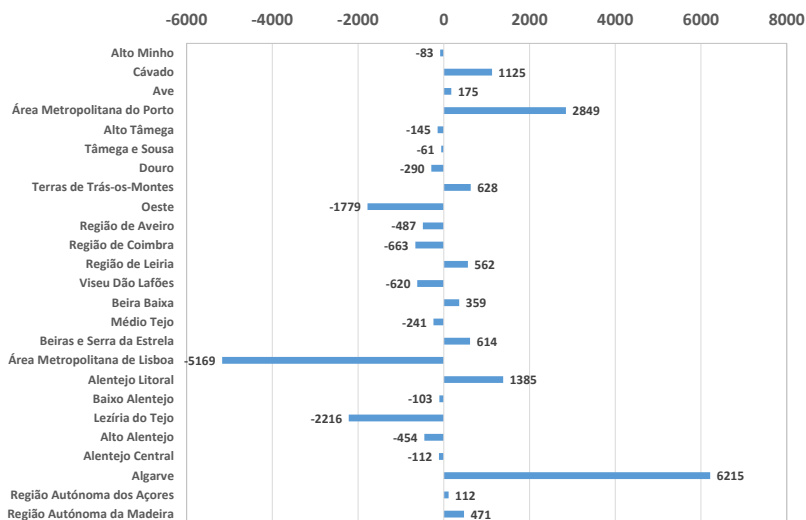
⁷ Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. (Fonte: INE)

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA CRESCEU EM ALGUMAS ZONAS RURAIS, NOMEADAMENTE NO ALENTEJO LITORAL

Relativamente à população estrangeira com estatuto legal de residente⁸, constata-se uma tendência de crescimento, entre 2012 e 2017, no Algarve (+ 6 mil pessoas) e na área metropolitana do Porto (+2,8 mil pessoas).

Em particular nas zonas rurais é de salientar as zonas rurais onde se verificam os maiores acréscimos: **Alentejo litoral** (+1,4 mil pessoas), as **Terras de Trás-os-Montes, Beiras e Serra da Estrela e Região de Leiria**.

GRÁFICO 26. VARIAÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR NUTIII -2012-2017



Fonte: GPP, a partir de Recenseamento da População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente, INE

CONTRATAÇÃO DE POPULAÇÃO ESTRANGEIRA, EM ALGUMAS ZONAS RURAIS, PARA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

São conhecidas as relações entre a mão-de-obra estrangeira e algumas das atividades agrícolas desenvolvidas no país, que se comprovam com o **acréscimo de população estrangeira residente** em regiões tão diversas como o litoral alentejano ligadas a atividades mais exigentes em mão de obra como a apanha de fruta, produção em estufa e vinhas, de que é exemplo o concelho de Odemira⁹.

⁸ “Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.” (fonte: INE)

⁹ “O concelho [de Odemira] especializou-se numa agricultura intensiva de culturas hortofrutícolas, atividade para a qual são necessários grandes quantitativos de trabalhadores devido à difícil mecanização dos procedimentos. A reduzida população local, os baixos valores salariais praticados, as duras condições de trabalho e o pouco prestígio social do trabalho assalariado na agricultura em Portugal, têm levado as empresas do ramo a contratar temporária, ou permanentemente, trabalhadores estrangeiros, quer de Estados da UE28 (Roménia, Bulgária, por exemplo), quer de países terceiros, designadamente asiáticos. Segundo o Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Odemira (Município de Odemira, 2015) o concelho passou por quatro vagas de imigração. Numa **primeira vaga**, que decorreu na década de 1980, foram os cidadãos estrangeiros provenientes do Norte da Europa que se instalaram no concelho, muitos deles proprietários das atuais empresas hortícolas que contratam trabalhadores estrangeiros. Num **segundo período**, foram essencialmente estudantes dos PALOP que se deslocaram para o concelho para frequentar o ensino profissional na Escola Profissional de Odemira. A **terceira vaga** deu-se com a chegada de imigrantes laborais, essencialmente, provenientes do Brasil e de países do Leste da Europa. Num **período mais recente**, ressalta-se a chegada de cidadãos asiáticos, provenientes nomeadamente da Índia, da Tailândia, do Nepal e do Bangladesh.” (Fonte: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/177157/Estudo_OM+60.pdf/f06d4a45-02b7-408b-a8b8-e273ff41cf6e)

II CARACTERIZAÇÃO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A importância do desenvolvimento local no âmbito da política de desenvolvimento rural decorre das reflexões que levaram ao “Novo Paradigma Rural”, aprovado em 2006 pelos países membros da OCDE, onde foi proposto um novo quadro conceptual que direcionou a política rural como uma estratégia de investimento para promover a competitividade dos territórios rurais. Como se pode observar no quadro seguinte este novo conceito representou uma mudança radical relativamente aos programas de medidas de política de subsídios típico do passado, destinados a sectores específicos, nomeadamente ao sector agrícola:

QUADRO 1: COMPARAÇÃO ENTRE O ANTIGO E NOVO PARADIGMA RURAL

	Antigo paradigma	Novo paradigma
Objetivos	Uniformização, o rendimento agrícola, a competitividade agrícola	Competitividade das zonas rurais, a valorização dos recursos locais, a exploração dos recursos não utilizados
Setores chave alvo	Agricultura	Vários sectores da economia rural (ex: turismo rural, produção não agrícola, indústria de TIC, etc...)
Ferramentas principais	Subsídios	Investimentos
Atores chave	Os governos nacionais, os agricultores	Todos os níveis de governo (supranacional, nacional, regional e local), várias partes interessadas locais (pública, privada, ONG)
Abordagem	Top-down	Bottom-up

A abordagem da OCDE evoluiu desde 2006 passando do Novo Paradigma Rural para o que se considera atualmente ao nível da OCDE uma Nova Política Rural. Assim, enquanto o *Novo Paradigma Rural* forneceu um quadro conceptual, a *Nova Política Rural* proposta pela OCDE incide sobre os mecanismos para a implementação de práticas eficazes que permitam abordagem integradas de natureza local e *bottom-up* com objetivos não especificamente setoriais ligados à valorização dos recursos endógenos locais das zonas rurais e caminhando hoje as preocupações das políticas rurais cada vez mais para as infraestruturas e serviços que assegurem o bem estar das populações, a preservação do ambiente e a resposta às alterações climáticas num cenário de diferentes diagnósticos e diferentes desafios e oportunidades consoante o tipo de zonas rurais que implicam respostas diferenciadas.

III O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) surgiu na regulamentação comunitária do período de programação 2014-2020 e representa um reforço do método LEADER que já tem quase 30 anos, ao permitir o financiamento deste tipo de abordagem de desenvolvimento local também pelos Fundos da política de Coesão comunitária FEDER e FSE, de forma integrada com o financiamento do FEADER dos programas de desenvolvimento rural.

O atual DLBC rural no Continente surge após a Abordagem LEADER 2007-2013 que ficou integrada nos PDR tendo sido reconhecidos no âmbito daquele período de programação 2304 GAL em toda a UE com um financiamento total na ordem dos 5,5 mil milhões de euros correspondentes a 6 % do financiamento do FEADER a nível dos PDR, sendo que em Portugal a abordagem LEADER representou cerca de 10% do FEADER.

QUADRO 2: FINANCIAMENTO PREVISTO NO ÂMBITO DO PRODER – ABORDAGEM LEADER

LEADER 2007-2013		Programação 2007-2013	
		DP	FEADER
		mil euros	mil euros
311	Diversificação de atividades na exploração agrícola	33 389	28 217
312	Criação e desenvolvimento de microempresas	103 508	86 932
313	Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer	70 119	58 999
321	Conservação e valorização do património rural	60 101	50 773
322	Serviços básicos para a população rural	66 779	56 086
34	Cooperação LEADER para o desenvolvimento (cooperação interterritorial e transnacional)	11 902	10 000
35	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação [6]	83 577	69 600
LEADER	LEADER (311, 312, 313, 321, 322, 34, 35)	429 375	360 607

Fonte: PRODER

QUADRO 3: PROGRAMAÇÃO DA MEDIDA LEADER DO PDR 2020

Programação financeira 2014-2020 (€)		
PDR 2020	FEADER	DP
	3 512 530 915	4 088 392 357
M10. LEADER		
10.1 Apoio preparatório	2 000 000	2 233 333
10.2 Implementação das estratégias	136 982 630	152 963 937
10.3 Atividades de cooperação dos GAL	9 784 470	10 925 992
10.4 Funcionamento e animação	48 922 370	54 629 980
Total LEADER	197 689 470	220 753 242

Fonte: AG PDR2020

Nos períodos de programação de Fundos comunitários anteriores e desde 1991 existiam as Iniciativas Comunitárias LEADER com gestão fora dos Programas de Desenvolvimento Rural.

O reconhecimento dos méritos deste tipo de instrumento de política territorial levou à proposta inovadora de prever este tipo de abordagem a ser financiada pelos restantes Fundos no âmbito da denominada abordagem de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e abrindo a possibilidade para o financiamento plurifundos.

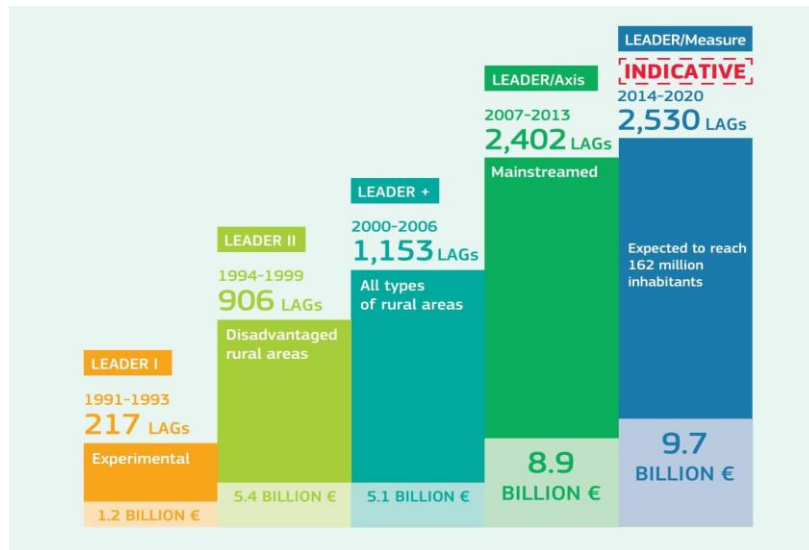
No âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) - conhecido como abordagem LEADER no caso do FEADER - foi identificada a oportunidade e ficou prevista no Acordo de Parceria 2014-2020 a possibilidade de potenciar o impacto das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), através da complementaridade dos apoios dos vários fundos comunitários disponíveis (FEADER, FEAMP, FEDER e FSE) através dos Programas financiadores. No âmbito do PORTUGAL 2020 foram implementadas estratégias DLBC rurais (cofinanciamento FEADER, FEDER e FSE), urbanas (cofinanciamento FEDER e FSE) e costeiras (cofinanciamento FEDER, FSE e FEAMP).

No caso do Continente o DLBC visa especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho.

Em termos de número de Grupos de Ação Local (GAL) a nível europeu passámos de 217 GAL no período 1991-1993 (LEADER 1) para cerca de 2500 no período 2014-2020.

EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM LEADER

FIGURA 6. EVOLUÇÃO DA ABORDAGEM LEADER EM MONTANTE DE FINANCIAMENTO



Fonte: CE-DGAGRI

É neste contexto que a Comissão Europeia considera que o DLBC representa uma forma eficaz de desenvolvimento de ligações e sinergias entre as várias partes interessadas e os vários aspetos do desenvolvimento local, **proporcionando o denominado DLBC rural plurifundos uma oportunidade única para um desenvolvimento rural de forma inclusiva, sustentável e integrada**, em parceria com as partes interessadas a nível local, permitindo um maior impacto, pela disponibilização de mais meios financeiros como se verifica no atual período de programação 2014-2020, permitindo um **reforço da capacidade local e regional de desenvolvimento integrado**.

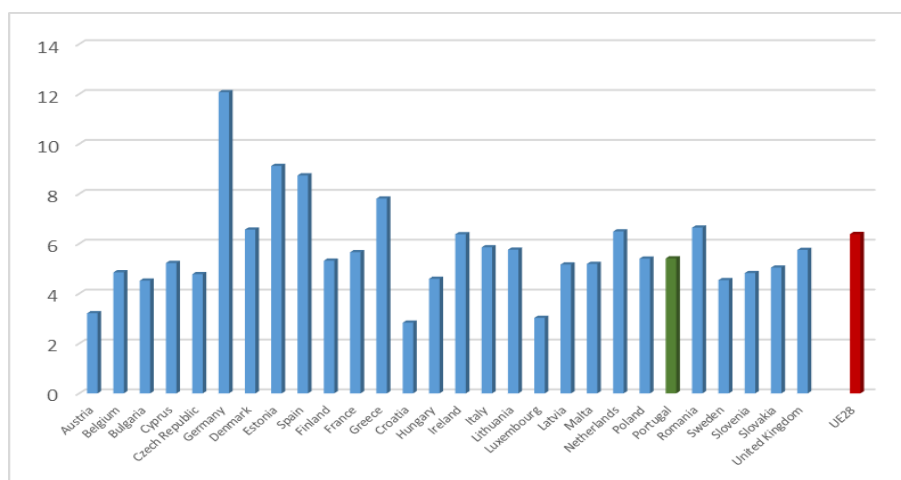
A prática da abordagem LEADER tem demonstrado que o desenvolvimento local integrado influencia um amplo espetro de atividades e impacto significativo nas economias locais e na criação de emprego muito para além apenas do setor primário. Em Portugal e a nível da programação do Continente no caso dos DLBC rurais (apoio LEADER e POR), esta **abordagem bottom-up** passou a incorporar prioridades estratégicas muito concretas e significativas relativamente ao setor agroalimentar a nível local concretizadas no caso dos apoios LEADER via PDR 2020 na sua maioria com ligação ao setor ao contrário do que se verificou em quadros comunitários anteriores e complementados com os apoios dos Fundos Estruturais FEDER e FSE através dos POR do Continente.

Segundo dados da Comissão Europeia, **19 Estados-Membros adotaram a abordagem plurifundos neste período de programação de 2014-2020**: Áustria, Bulgária, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia. Os restantes oito Estados-Membros (Bélgica, Croácia, Chipre, Estónia, Irlanda, Luxemburgo, Malta e Países Baixos) decidiram não o fazer no período de programação em curso, verificando-se o mesmo no caso da abordagem LEADER da Madeira e dos Açores.

No âmbito dos Acordos de Parceria aprovados (2014-2020) a contribuição dos outros Fundos para o DLBC rural para além do FEADER, representou quase 50% em alguns Estados-Membros: Eslováquia, Hungria, Portugal e República Checa.

Em termos comparativos ao nível da UE28 há que destacar que Estados-Membros como a **Alemanha (12,1%)**, a **Estónia (9,1%)**, a Espanha (8,7%) e a Grécia (7,8%) alocaram à abordagem LEADER nos seus PDR fundos FEADER a um nível significativamente superior ao **mínimo obrigatório (5%)**, tendo **Portugal alocado 5,4% do FEADER**, e sendo a média da UE28 6,4%.

GRÁFICO 27. PESO DA ABORDAGEM LEADER NOS PDR POR EM (%)



Fonte: CE-DGAGRI

LEADER E DLBC RURAL PLURIFUNDOS – A NOVA ABORDAGEM LEADER NO CASO DO CONTINENTE

No período de programação 2014-2020 verificou-se um reconhecimento particular da **importância da atuação dos GAL no desenvolvimento local** e no desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais, que se traduziu na **opção de implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) plurifundos**, tendo centrado o apoio do PDR2020 (com uma dotação de 5,5% do montante total do FEADER), no contributo da agricultura, das atividades

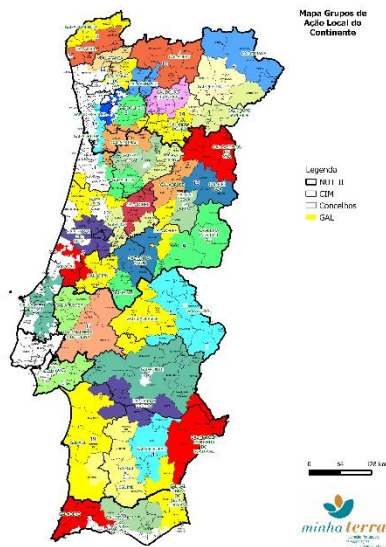
conexas e da diversificação de base agrícola no desenvolvimento dos territórios rurais, complementado pela intervenção dos Fundos Estruturais ao nível de apoio às microempresas e criação de emprego local (FEDER e FSE). **A opção plurifundos** considerou-se um passo importante na aplicação da abordagem LEADER para a prossecução das EDL, que permitiu uma melhor demarcação entre fundos e assegurando complementaridade nos apoios ao nível financeiro e ao nível das elegibilidades disponíveis., sem prejuízo, naturalmente, de melhorias que se possam introduzir.

Com o DLBC rural plurifundos para além de se potenciar ou complementar o impacto da implementação das EDL através do tipo de abordagem LEADER *bottom-up* pretendeu-se **dar uma especial ênfase ao papel do setor agrícola e à criação de emprego**. No caso do Continente o DLBC visa especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho. **A operacionalização dos DLBC** foi concretizada através de duas fases distintas:

- **1ª fase** - que se consubstanciaria na pré-qualificação das parcerias e respetivas linhas estratégias macro e territórios, que reúnam as condições adequadas à submissão de uma EDL e à constituição de um GAL com representatividade e capacidades adequadas;
- **2ª fase** - objeto de um convite posterior dirigido apenas às parcerias pré-qualificadas, que se consubstanciaria na submissão de EDL completas e finais ao financiamento por parte dos Programas financiadores, com a consequente aprovação da EDL e reconhecimento do GAL respetivo consubstanciado numa contratualização entre as Autoridades de Gestão e os GAL.

Foram aprovados 54 GAL no âmbito do DLBC rural do Continente (ver figuras seguintes com mapa dos GAL atuais e anteriores)

**FIGURA 7. GAL DO CONTINENTE
2014-2020**



**FIGURA 8. GAL DO CONTINENTE
2007-2013**



Fonte: Federação Minha Terra

GAL RURAIS 2014-2020

Em relação ao período de programação anterior não desapareceu nenhum GAL, tendo sido constituídos mais 7 GAL: LITORAL RURAL (Norte) Aveiro Norte, Aveiro Sul, Coimbra Mais Futuro, Pinhais do Zêzere, Alto Oeste e Baixo Oeste (divisão do GAL LEADER OESTE), todos no Centro, e A2S (Lisboa). GAL Pinhais do Zêzere resultou da divisão do GAL ELOZ em Dueceira e Pinhais do Zêzere

DLBC RURAL PLURIFUNDOS - ÁREAS DE INTERVENÇÃO APOIADAS NAS EDL:

FEADER (PDR 2020)

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização (mínimo 40% da DP FEADER da EDL);
- Diversificação de atividades na exploração;
- Cadeias curtas e mercados locais;
- Promoção de produtos de qualidade locais;
- Renovação de aldeias (em territórios rurais) (máximo 10% da DP FEADER da EDL)

FEDER (PO Regionais)

- Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas;
- Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;

FSE (PO Regionais)

- Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
- Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.

QUADRO 4: Nº GAL / EDL E DOTAÇÕES APROVADAS - DLBC RURAIS

	Nº GAL	FEADER	OE	FEDER	FSE	TOTAL
NORTE	16	42 944 194	4 771 577	12 990 184	21 552 264	82 258 219
CENTRO	23	48 917 543	5 435 283	15 095 050	21 236 769	90 684 644
LISBOA	2	4 077 152	1 019 288	1 766 220	939 328	7 801 988
ALENTEJO	10	28 003 989	3 111 554	23 108 384	11 351 517	65 575 445
ALGARVE	3	6 057 121	673 013	2 077 093	2 145 316	10 952 544
TOTAL	54	130 000 000	15 010 716	55 036 931	57 225 194	257 272 840

Fonte: Federação Minha Terra

QUADRO 5: EDL - TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO DO FEADER

	DP (€)	%	Postos Trabalho a criar previstos	%
Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	39 139 384	27%	317	20%
Pequenos investimentos de transformação e comercialização	30 780 558	21%	536	34%
Diversificação de atividades na exploração	31 894 095	22%	458	29%
Cadeias curtas e mercados locais	15 577 810	11%	166	10%
Promoção de produtos de qualidade locais	14 902 716	10%	87	5%
Renovação de aldeias	12 716 151	9%	35	2%
TOTAL EDL	145 010 714	100%	1599	100%

Fonte: AG PDR 2020

A contribuição dos Fundos Estruturais para as EDL do DLBC Rural representa cerca de 46,2% do total dos FEEL ficando bem patente o impacto do financiamento plurifundos na abordagem LEADER.

Ao nível da programação do FEADER o referido enfoque estratégico no setor está expresso no peso de cerca de 40% nas tipologias de pequenos investimentos nas explorações e na transformação e comercialização de produtos agrícolas.

IMPLEMENTAÇÃO DO DLBC 2014-2020

PDR 2020

No ano de 2016 os Grupos de Ação Local iniciaram a operacionalização desta Operação abrindo concursos referentes às diferentes tipologias desta Operação. No âmbito desta ação transitaram 19 projetos do PRODER com uma despesa pública associada de 673 mil €.

As EDL incorporaram as seguintes tipologias de apoios no caso do PDR 2020: Operação 10.2.1.1 “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, 10.2.1.2 “Pequenos investimentos na transformação e comercialização”, 10.2.1.3 “Diversificação de atividades na exploração”, 10.2.1.4 “Cadeias curtas e mercados locais”. 10.2.1.5 “Promoção de produtos de qualidade locais” e 10.2.1.6 “Renovação de aldeias”, cuja execução será apresentada nos pontos seguintes.

Até ao final de 2018, no âmbito da implementação das EDL foram abertos 538 avisos de candidaturas nas diferentes tipologias com uma dotação associada de 161 milhões €. Concorreram 6.001 candidaturas, das quais foram aprovadas 32%, encontrando-se contratadas 87% daquelas (1.652 candidaturas). A medida 10 do PDR2020 apresentava no final de 2018 uma taxa compromisso de 44% e 16% de execução.

A Operação 10.2.1.1 “Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas” foi a que mais contribuiu para a implementação das EDL representando 74% quer das candidaturas apresentadas quer das contratadas.

QUADRO 6: INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO LEADER NO PDR 2020 (31 DEZEMBRO 2018)

Indicador de realização	Domínio de intervenção		
	P6B		
	Acumulado	Meta	% Meta
Despesa pública comprometida (mil euros)	43 988	153 690	29%
Despesa pública realizada (projetos c/execução) (mil euros)	8 125	153 690	5%
Projetos apoiados (nº)	645	5 569	12%
Explorações/beneficiários apoiados (nº)	638	4 853	13%
População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas (nº)	4 874 295	3 734 564	131%

Indicador de resultado	Domínio de intervenção
	P6B
Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	510
Meta - (2)	1 594
% da meta - (1)/(2)	32%

Fonte: GPP, a partir de AG PDR2020

QUADRO 7: PDR 2020 – EXECUÇÃO DA MEDIDA 10 – ABORDAGEM LEADER (SET.2019)

PDR 2020 / OPERAÇÕES da Abordagem LEADER	Programação Despesa pública	Compromissos Nº candidaturas aprovadas	Compromissos Despesa pública	Pagamentos Despesa pública	Taxa de compromissos	Taxa de execução	
	mil euros		mil euros	mil euros	Despesa pública	Despesa pública	
PDR2020	4 315 748	274 437	3 894 614	2 373 730	90%	55%	
Medida 10. LEADER	220 596	2 942	118 462	48 671	54%	22%	
10.1.1	Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	1 350	54	1 350	1 350	100%	100%
10.2.1	Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)	153 690	2 736	62 634	18 043	41%	12%
10.2.1.1	<i>Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas</i>	39 139	1 992	21 877	7 376	56%	19%
10.2.1.2	<i>Pequenos investimentos na transformação e comercialização</i>	30 781	344	19 288	6 530	63%	21%
10.2.1.3	<i>Diversificação de atividades na exploração</i>	31 894	207	14 694	2 816	46%	9%
10.2.1.4	<i>Cadeias curtas e mercados locais</i>	15 578	49	1 934	243	12%	2%
10.2.1.5	<i>Promoção de produtos de qualidade locais</i>	14 903	8	110	5	1%	0%
10.2.1.6	<i>Renovação de aldeias</i>	12 716	136	4 731	1 072	37%	8%
10.3.1	Cooperação interterritorial e transnacional dos GAL	10 926	97	2 476	165	23%	2%
10.4.1	Custos de funcionamento e animação	54 630	55	52 002	29 113	95%	53%

Fonte: AG PDR2020

Em termos de tipologia de operações as maiores preocupações, ao nível da implementação prevista nas EDL aprovadas, residem essencialmente nas operações relativas à “Promoção de produtos de qualidade locais” pelas dificuldades de enquadramento nas elegibilidades regulamentares previstas e no caso das “Cadeias curtas e mercados locais” onde se verificou uma significativa melhoria na implementação desde há um ano – aumento do nível de compromisso de 2% em novembro de 2018 para 15% em setembro de 2019.

Considera-se ainda que deverá ser promovido e aprofundado o intercâmbio de cariz técnico, nos domínios dos processos de análise e acompanhamento de projetos de investimento, entre os diversos GAL e as Direções Regionais de Agricultura dos seus territórios, face à similitude e complementaridade de intervenções que se verificam, nomeadamente, entre as operações 3.2.1 – Investimentos na exploração agrícola e operação 10.2.1.1 – Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas e entre a operação 3.3.1 – Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas e a operação 10.2.1.2 – Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas.

QUADRO 8: PDR 2020 – DLBC RURAL

DLBC RURAL PONTO DE SITUAÇÃO por Fundo Comunitário (Setembro 2019)					<i>mil euros</i>
DLBC Rural	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo Pago	Taxa de compromissos	Taxa de execução
Implementação das EDL do DLBC Rural Continente	242 630	113 099	27 484	47%	11%
FEADER	130 368	55 447	15 711	43%	12%
FEDER	55 037	48 284	11 289	88%	21%
FSE	57 225	9 368	484	16%	1%

Fonte: AG PDR2020 E ADC

Ao nível do DLBC Rural o FEADER é o principal Fundo comunitário financiador, verificando-se que o apoio do FEDER através dos Programas operacionais Regionais do continente apresentam um nível de compromisso muito satisfatório ao contrário dos apoios do FSE.

A implementação das EDL no caso do DLBC Rural do Continente mereceu nos últimos anos uma atenção particular ao nível da monitorização por parte da tutela da Agricultura no que respeita aos apoios via PDR 2020 (FEADER), tendo-se conseguido, no caso das operações financiadas pelo PDR 2020, passar no último ano de um nível de compromissos de 21% em novembro de 2018 para 41% em setembro de 2019, prevendo-se que o nível de compromissos cresça ainda mais a curto prazo e que seja acompanhado por um aumento do nível de execução correspondente (a execução das EDL passou de 3% em novembro de 2018 para 12% em setembro de 2019).

Para a melhoria verificada contribuíram todos os envolvidos na implementação do DLBC Rural do continente desde a Autoridade de Gestão do PDR 2020 aos GAL e as alterações levadas a cabo no PDR 2020 tendo em vista uma maior procura por parte dos potenciais beneficiários em algumas das operações, nomeadamente através da alteração de elegibilidades, taxas de apoio, bem como simplificação de procedimentos.

Relativamente ao ponto de situação da implementação da abordagem LEADER 2014-2020, verificou-se em geral algum atraso natural relativamente a outro tipo de medidas de política apoiadas no âmbito do PDR 2020, tendo em conta que se trata de um instrumento de política que implica fases prévias de preparação das estratégias e de constituição das parcerias territoriais (GAL) cuja organização prévia é essencial para a implementação das EDL.

DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO DLBC RURAL (CONTINENTE)

Segundo a Autoridade de Gestão do PDR 2020 os principais problemas a evitar no futuro estão relacionados com:

- Atraso na operacionalização efetiva das estratégias de desenvolvimento local devido ao período necessário para a seleção das DLBC e aprovação das respetivas estratégias (~1 ano de atraso face às restantes medidas do PDR2020);
- Fraca complementaridade efetiva entre fundos;
- Complexidade da gestão para as entidades gestoras das DLBC, na medida em que têm que trabalhar nas várias plataformas dos diferentes fundos e assegurar o cumprimento de regulamentação distinta;
- Prioridades definidas a nível nacional dissonantes das estratégias a nível local impondo um DLBC rural plurifundos com limitações obrigatórias ao nível de tipologias de intervenção e sua dotação contrariando as diferentes necessidades locais e abordagem bottom-up
- Modelo atual de governação do DLBC muito desadequado à lógica da abordagem bottom-up e existência de entropia derivada da intervenção de diferentes autoridades de gestão e diferentes autoridades pagadoras correspondentes aos diferentes Fundos que não permitiram uma implementação harmoniosa do DLBC rural plurifundos sendo necessária uma menor complexidade e diferenças de interpretação por diferentes Fundos e POs, uma maior aplicação dos CUSTOS SIMPLIFICADOS e uma desejável maior autonomia dos GAL/EDL nomeadamente no caso dos projetos de cooperação cuja tipologia deve ficar incluída na dotação de cada

Nova regulamentação comunitária relativa ao DLBC prevê a possibilidade de gestão única na implementação integrada das EDL de DLBC multifundos (exceto os pagamentos) de forma a se assegurar uma mobilização integrada e coordenada dos Fundos financiadores.

REGIÕES AUTÓNOMAS

As Regiões Autónomas não optaram pelo DLBC plurifundos tendo o PRODERAM2020 aprovado 2 EDL e o PRORURAL+ 4 EDL no âmbito da Medida LEADER com apoio apenas pelo Fundo FEADER dos PDRs.

Os dois GAL da Madeira foram responsáveis pela abertura de 11 avisos no apoio à realização das estratégias, com uma dotação orçamental de 8.455.176,92€ (FEADER). Tendo sido aprovadas 18

candidaturas da ação 19.2.1 (apoio às atividades não agrícolas em zonas rurais), que representam 2.720.035,44€ de Despesa Pública aprovada e 37 candidaturas da ação 19.2.2 (apoio aos serviços básicos para a população rural) com um valor aprovado de 1.830.964,28€ (DP). O conjunto da medida 19 (LEADER) apresentou, até 31 de dezembro de 2018, uma taxa de compromisso de 47% e uma taxa de execução de 11%.

A submedida 19.3 - cooperação, foi apenas operacionalizada em 2018. Foi aberto um aviso com uma dotação de 400.000€, o qual não registou entrada de candidaturas.

No caso dos Açores, no PRORURAL+ até 31 de dezembro de 2018, foram apresentadas 715 candidaturas aos 4 GAL, das quais 240 foram comprometidas e 141 pagas, 73,7% do FEADER programado encontrava-se comprometido (14 milhões de euros) e 31,2% pago (6 milhões de euros).

ABORDAGEM LEADER NO PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027 (o PDL 2030)

A Minha Terra Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) apresentou em julho de 2019 o denominado PACTO DESENVOLVIMENTO LOCAL 2030 (PDL 2030) subscrito pelas ADL enquanto protagonistas da operacionalização do instrumento de política de base territorial DLBC Rural ou DLBC/LEADER. Neste âmbito foram apresentadas várias reivindicações ao nível político e operacional para o futuro DLBC Rural nas quais se destacam:

- O reforço do instrumento territorial DLBC garantindo que se baseia em estratégias territoriais e de desenvolvimento local e na clara assunção dos sete princípios da Abordagem LEADER através da implementação das estratégias de desenvolvimento local com mobilização integrada e coordenada dos Fundos;
- A definição de requisitos mínimos para o conteúdo das estratégias territoriais de forma a permitir considerar as necessidades e as potencialidades locais, as características socioculturais relevantes, criando respostas para as mudanças estruturais, para reforçar as capacidades das comunidades e incentivar a inovação;
- A atribuição de uma dotação significativa ao instrumento para a cabal concretização dos objetivos preconizados para o DLBC, e o reconhecimento dos Grupos de Ação Local enquanto parcerias ativas qualificadas e protagonistas representativos dos interesses das comunidades com um papel fundamental para o futuro dos respetivos territórios, com responsabilidades próprias no desenvolvimento local e na conceção e implementação das respetivas EDL;

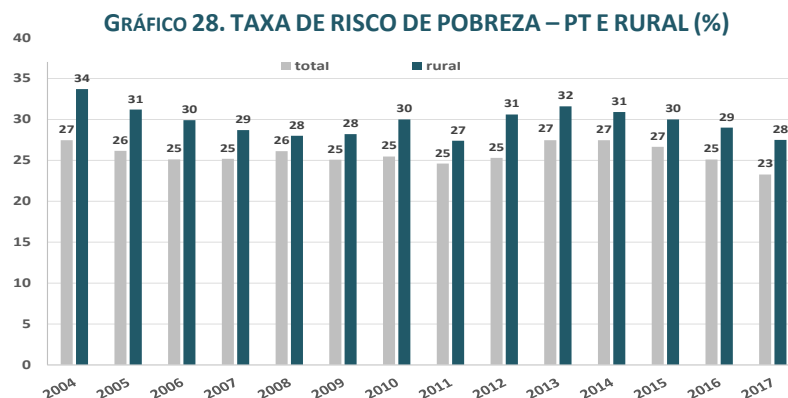
- Que o instrumento DLBC, seja suficientemente flexível, adaptável aos fenómenos emergentes, permitindo acomodar estratégias de desenvolvimento local diversas, construídas em função das necessidades e as especificidades das diferentes comunidades e dos respetivos territórios;
- Que o instrumento DLBC continue a incluir cooperação interterritorial e transnacional entre territórios com problemáticas semelhantes e/ou potencial de complementaridade, de forma a construir soluções partilhadas, maximizar recursos e criar a necessária massa crítica, assegurando a participação e o envolvimento dos diferentes atores locais (autarquias locais, das comunidades intermunicipais, das empresas e da sociedade civil);
- Que na definição do modelo de governação do instrumento DLBC sejam implementadas mudanças estruturais, designadamente, a definição clara das responsabilidades de cada organismo interveniente, evitando redundâncias, reduzindo a burocracia, respeitando os princípios LEADER, e garantindo a gestão por um único órgão de coordenação;
- Que a regulamentação do instrumento DLBC seja simples, inequívoca e com flexibilidade suficiente para fazer corresponder as tipologias de intervenção às necessidades e especificidades territoriais e que sejam adotadas em grande extensão Opções de Custos Simplificados (como lumpsum, custos unitários, taxas fixas ou outros), em particular em pequenos projetos de investimento, e no funcionamento dos GAL (incluindo animação e cooperação).

III INCLUSÃO SOCIAL

Portugal é, hoje, um país menos desigual, em que têm sido eliminadas ou reduzidas as desigualdades de direitos mas em que persistem níveis significativos de diferentes desigualdades económicas e sociais. Por exemplo, continuamos a ter assimetrias graves na distribuição dos rendimentos e da riqueza, das mais elevadas da União Europeia, e assimetrias na coesão territorial, bem como práticas discriminatórias assentes em preconceitos e estereótipos. Após a implementação de várias políticas de correção estrutural e refletindo também uma conjuntura internacional positiva, Portugal tem vindo a registar uma evolução favorável do crescimento económico e do emprego.

Importa sublinhar que existe um reconhecimento generalizado de que os fenómenos de pobreza e/ou exclusão social assumem manifestações territoriais também elas diversas, tendo-se verificado um maior risco de pobreza nas zonas rurais.

ZONAS RURAIS APRESENTAM MAIOR RISCO DE POBREZA



Fonte: GPP, a partir de Eurostat

No âmbito da Estratégia Europa 2020 ficou previsto no Acordo de Parceria Portugal 2020 o objetivo de ‘Reduzir o nº de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 200 mil pessoas tendo como ano de referência 2008’. Depois de um afastamento da meta no período da crise, os indicadores de desigualdade, pobreza monetária e privação material têm vindo a registar progressos desde 2014, tendo a meta sido superada desde 2017 (-358 mil em 2017 e -557 mil em 2018), refletindo as melhorias introduzidas nos mínimos sociais e a evolução positiva do mercado de trabalho.

Não estando a evolução da situação em matéria de risco de pobreza e/ou exclusão social exclusivamente dependente das dinâmicas do mercado de trabalho e, em particular, do desemprego, não deixa de ser reconhecida a importância chave que as mesmas detêm para esse efeito. Assim, não obstante a importância do aumento do rendimento das famílias pela via do aumento do emprego e redução do emprego, mas também pelo aumento das prestações sociais, destaca-se o contributo dos FEEI no âmbito do Portugal 2020, nomeadamente através do financiamento de instrumentos territorializados como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), fomentando o trabalho em parceria. Destacam-se ainda as medidas de reabilitação profissional das pessoas com deficiência e/ou incapacidade e as medidas que visam a inclusão social pela via do emprego, como os Contratos Emprego-Inserção (CEI) e os CEI+.

A luta contra todas as formas de discriminação e promoção de igualdade de oportunidades encontra-se entre as prioridades do Portugal 2020 e com impacto significativo no âmbito da política pública. Além das ações de sensibilização e campanhas e do apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, tem vindo a ser concretizada através de políticas de formação de públicos estratégicos com ações de formação financiadas pelo PO ISE. O apoio a instrumentos específicos de proteção que abrangeram cerca de 2 milhares de vítimas contribuiu para combater a violência de género e doméstica. Ainda no âmbito do Portugal 2020 a melhoria do acesso a serviços sustentáveis, nomeadamente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral envolveu mais de uma centena de projetos apoiados de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais que contribuíram para a prossecução desta prioridade de investimento.

Na prioridade de investimento Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego, estão em curso vários projetos de Capacitação institucional dos parceiros da economia social membros do CNES e já foram abertos concursos nas áreas de ‘Parcerias para o impacto’, ‘Títulos de impacto social’, ‘Programa de capacitação para o investimento social’ e ‘Programa de parcerias para o impacto’.

QUADRO 9: PORTUGAL 2020 OBJETIVO TEMÁTICO 9

PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL E COMBATER A POBREZA E QUALQUER DISCRIMINAÇÃO (APOIOS DOS POs DA POLÍTICA DE COESÃO)

PROJETOS APOIADOS POR PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

PI	Tipologia de Intervenção da Operação	Fundo	Nº	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Despesa Pública Aprovada	Apoio Aprovado	Peso da Tipologia na DP (%)
01	29 - Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade	FSE	304	369 177 105	368 784 801	368 784 801	305 965 009	19%
01	30 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis	FSE	514	554 625 442	554 625 442	554 625 442	467 540 287	28%
01	31 - Integração de desempregados de longa duração no mercado laboral	FSE	488	140 570 407	140 570 407	140 570 407	119 484 846	7%
01	32 - Intervenções integradas em territórios vulneráveis	FSE	171	72 721 372	72 719 872	72 719 872	59 257 860	4%
01	33 - Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas	FSE	42	44 539 924	44 539 924	44 539 924	32 843 646	2%
01	34 - Projetos inovadores/experimentais na área social	FSE	29	13 966 658	12 848 813	12 848 813	10 794 119	1%
01	35 - Promoção do voluntariado	FSE	1	3 062 234	3 062 234	3 062 234	2 602 899	0%
03	36 - Combate às discriminações e aos estereótipos	FSE	221	14 436 463	14 436 386	14 432 619	12 267 726	1%

03	37 - Combate à violência de género/doméstica	FSE	6	999 353	999 353	999 353	600 605	0,1%
03	37 - Combate à violência de género/doméstica	FSE	70	12 999 402	12 999 402	12 999 402	11 049 492	1%
04	38 - Serviços e redes de intervenção social e de saúde	FSE	236	107 131 744	107 131 643	107 131 643	85 252 693	5%
05	39 - Empreendedorismo e Inovação Social	FSE	338	47 933 233	35 308 850	34 699 244	29 494 357	2%
06	40 - Desenvolvimento socioeconómico de base local	FSE	1 451	16 520 650	16 520 650	16 520 650	12 856 065	1%
07	42 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	FEDER	538	542 110 730	429 148 557	411 028 622	320 443 868	21%
08	43 - Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	FEDER	257	166 223 103	144 293 182	140 214 120	106 645 702	7%
10	41 - Desenvolvimento socioeconómico de base local	FEDER	1 736	129 643 128	114 071 738	55 633 891	55 471 040	3%
TOTAL Objetivo Temático 9			6 402	2 236 660 947	2 072 061 251	1 990 811 034	1 632 570 215	100%

Fonte: Sistema de Monitorização Portugal 2020

De forma específica e integrando o Portugal 2020, também os PDR terão contribuído para a redução do risco de pobreza ou exclusão social através do contributo específico de algumas das suas intervenções para responder ao desafio da debilidade económica e social das zonas rurais, viabilizando o tecido produtivo e social desses territórios, sobretudo por via das intervenções integradas na prioridade 6 do FEADER relativa à promoção da inclusão social, à redução da pobreza e ao desenvolvimento económico das áreas rurais tendo os contributos das intervenções do PDR passado nomeadamente pelo apoio a:

- Incremento dos mercados locais e cadeias de abastecimento curtas;
- Maior proximidade, na disponibilização de apoio a pequenos investimentos de modernização, transformação e comercialização;
- Promoção de produtos de qualidade de base local;
- Promoção da diversificação da atividade nas explorações agrícolas, nomeadamente através de atividades turísticas;
- Contribuição para reduzir o abandono da atividade agrícola (particularmente na pequena agricultura) em zonas com desvantagens naturais.

As abordagens territoriais correspondentes ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária, prosseguidas pelos Grupos de Ação Local, desempenharam neste âmbito certamente um papel importante tendo em conta as tipologias apoiadas, não só através dos apoios referidos atrás do

PDR 2020, mas também dos Programas Operacionais Regionais (criação de microempresas, emprego por conta própria, inclusão ativa) no âmbito do já referido DLBC rural plurifundos.

O objetivo de combate à pobreza está integrado de forma num dos desafios estratégicos (reduzir as desigualdades) que constam do Programa do XXII Governo Constitucional:

- Combater as alterações climáticas;
- Responder ao desafio demográfico;
- Construir a sociedade digital;
- Reduzir as desigualdades.

Neste âmbito a política de reposição de rendimentos prosseguida ao longo dos últimos quatro anos, a par da evolução positiva do mercado de trabalho, conduziu a uma melhoria generalizada dos rendimentos das famílias portuguesas, contribuindo para reduzir de forma significativa o número de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social e para mitigar as desigualdades.

Ainda assim, é considerado no Programa do Governo que o país tem ainda um longo caminho a percorrer na garantia de condições de vida dignas para todos, tendo de se dar continuidade à aposta na recuperação do emprego e na promoção de condições de trabalho dignas que são fundamentais para combater a pobreza e a exclusão social, sendo igualmente fundamental repensar o sistema, reforçando os apoios do Estado aos grupos mais desfavorecidos e dando um novo impulso à economia social, em nome da igualdade de oportunidades. Para este efeito, o Governo propõe no seu Programa para 2019-2023, entre várias outras medidas, nomeadamente:

- Lançar uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que integre medidas concretas, cruzando diferentes instrumentos e dimensões de política pública, integrando transversalmente todos os públicos, da infância à velhice, incluindo os grupos e públicos mais vulneráveis, e criando, em particular, um quadro de monitorização único da evolução dos indicadores;
- Aumentar a cobertura das prestações de desemprego, em particular do subsídio social de desemprego, articulada com respostas de formação numa lógica de melhoria das oportunidades;
- Reforçar, em particular, os instrumentos de combate à pobreza infantil, nomeadamente aumentando o abono de família até aos 6 anos;

- Renovar os instrumentos territoriais integrados de combate à pobreza, articulando melhor as respostas sociais com políticas de habitação, formação e emprego e outras áreas relevantes;
- Elaborar os instrumentos que se revelem necessários, no âmbito da descentralização das competências para os municípios na área da ação social, a fim de garantir um padrão de respostas sociais que assegure a igualdade dos cidadãos no acesso a esses serviços em todo o território nacional;

AGRICULTURA FAMILIAR E PEQUENA AGRICULTURA COMO ATIVIDADE INCLUSIVA

PREDOMINA UMA AGRICULTURA ASSENTE NA PLURIATIVIDADE E PLURIRRENDIMENTO DOS AGRICULTORES E SUAS FAMÍLIAS

A pluriatividade dos agricultores (acumulação da atividade agrícola com outras atividades remuneradas, quer nos sectores industrial e de serviços quer no próprio sector agrícola) e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos rendimentos dos agregados familiares dos agricultores. Embora esta não especialização reflita um menor profissionalismo, contribui para a sustentabilidade das explorações de menor dimensão e para a redução das dificuldades das famílias em situações de crise, assim como para a fixação de população nas zonas rurais. A agricultura familiar tem papel fundamental na formação do produto e geração de emprego de algumas economias regionais

Verifica-se que 80,2% das pessoas que compõem a mão-de-obra agrícola desenvolvem a sua atividade a tempo parcial e apenas 19,8% dedicam a totalidade do seu tempo à exploração. No IEAA 2016 verificou-se também que havia 58,1 mil produtores singulares com outras atividades lucrativas não relacionadas com a agricultura, correspondendo a 23,6%.

Diretamente relacionado com a pluriatividade verifica-se o correspondente plurirrendimento que provém, quer das outras atividades remuneradas, de remessas de emigrantes, quer de reformas e outros rendimentos sociais.

A dependência do exterior da exploração é evidente quando se considera a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular. O IEAA refere que apenas 6,1% (15,2 mil) dos produtores tem como origem do seu rendimento exclusivamente a exploração agrícola, enquanto em 81,1% (199,6 mil) a origem é principalmente do exterior da exploração.

O IEEA 2016 identifica 143,2 mil produtores cujo rendimento principal provém de pensões e reformas, o que corresponde a mais de 58% do total de produtores singulares e a cerca de 72% do total de explorações cujo rendimento é principalmente de origem exterior à exploração. Refere ainda que 10,1% dos produtores tem o seu rendimento principal em atividade do setor secundário e 18,9% do setor terciário. Com a origem do rendimento a vir principalmente da exploração agrícola, o IEEA apresentou 34,5 mil produtores singulares, que representam 12,8% do total. Juntando estes aos que têm na exploração a exclusividade do rendimento, há 46,6 mil explorações que correspondem a 18,9%.

A Agricultura familiar, que recorre numa maior proporção à mão-de-obra familiar e que tende a ser realizada em explorações de pequena e média dimensão física e de Pequena e Muito Pequena Dimensão Económica tem apresentado indicadores de menor resiliência. Composta por explorações que tendem a ser pouco especializadas ou não especializadas, com frequente recurso ao plurirrendimento e à pluriatividade. Está mais presente nas regiões Norte, Centro e Algarve. Corresponde à grande maioria dos agricultores mas é minoritária em termos de valor da produção e proporção da SAU. Em termos de representatividade, a proporção de explorações de agricultura familiar é elevada em todas as regiões (acima dos 80%), mas por outro lado SAU gerida por estas explorações é muito variável entre regiões, apresentando valores a variarem dos 32% no Alentejo aos 77% nos Açores e 90% na Madeira.

AGRICULTURA FAMILIAR COM IMPORTANTE PAPEL MAS COM ELEMENTOS DE PRESSÃO ACENTUADOS

No âmbito da criação do Estatuto da Agricultura Familiar, o Governo definiu como objetivos desse instrumento, entre outros, reconhecer e conferir à Agricultura Familiar um valor estratégico, a ter em conta, designadamente nas prioridades das políticas agrícolas nacional e europeia e promover maior equidade na concessão de incentivos e condições de produção às explorações agrícolas familiares. Para além disso definiu como direito aos detentores do estatuto o acesso a medidas específicas de políticas públicas de apoio às atividades de exploração agrícola e florestal, nomeadamente no âmbito dos programas de desenvolvimento rural, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

A recente criação dos instrumentos de política facilitadores para os agricultores familiares e jovens em zonas rurais em resultado da criação dos Estatutos da "Agricultura Familiar" e "Jovem Empresário Rural", têm como objetivo a maior capacidade de resiliência económica e coesão social e territorial.

A Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 aprovada recentemente pelo Governo que pretende dar uma orientação e contributo decisivo para uma futura Agricultura moderna e inovadora e para dar resposta aos grandes desafios que Portugal enfrentará nos próximos 10 anos em matéria de agricultura e alimentação, tem como preocupações a saúde e o bem-estar da sociedade, a valorização dos seus recursos endógenos tendo em conta as especificidades de todo o território nacional e das diferentes tipologias de agricultores, desde a pequena agricultura familiar à agricultura empresarial, apresentando várias 15 iniciativas emblemáticas nas quais se inclui:

- Iniciativa Revitalização das zonas rurais - visa atrair e fixar pessoas nos meios rurais, sobretudo jovens, em atividades agrícolas, da indústria agroalimentar ou de prestação de serviços a todo o setor e atividades conexas. Desenvolverá uma nova abordagem dirigida à população residente nestes territórios, com atividade relacionada com o setor agroalimentar, nomeadamente a agricultura familiar, aos jovens agricultores e jovens empresários rurais, às mulheres agricultoras, criando e promovendo novos incentivos e benefícios de contexto para que mais pessoas se possam envolver no setor agroalimentar e atividades conexas promovendo a conservação e valorização dos recursos dos territórios associados à atividade agrícola.
- Iniciativa Excelência da organização da produção - terá como objetivo contribuir para uma melhor coordenação e organização da produção, apoiando o ganho de escala, a valorização dos produtos agroalimentares nacionais e o aumento do rendimento dos produtores, nomeadamente a linha de ação ligada ao reconhecimento de modelos inovadores de organizações de produtores ou cooperativas, adaptados à pequena agricultura familiar e multiprodutos.
- Iniciativa Transição Agro energética – nomeadamente a linha de ação relativa à agricultura familiar que prevê a consagração de direitos relativos aos consumos de energia, previstos pelo Estatuto da Agricultura Familiar, como sejam a gestão eficiente de custos e redução dos custos de energia e a utilização de energias com base em fontes de produção renováveis.

VULNERABILIDADE SOCIAL EM PARTICULAR NAS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE

FIGURA 9. SISTEMATIZAÇÃO TERRITORIAL DA OFERTA

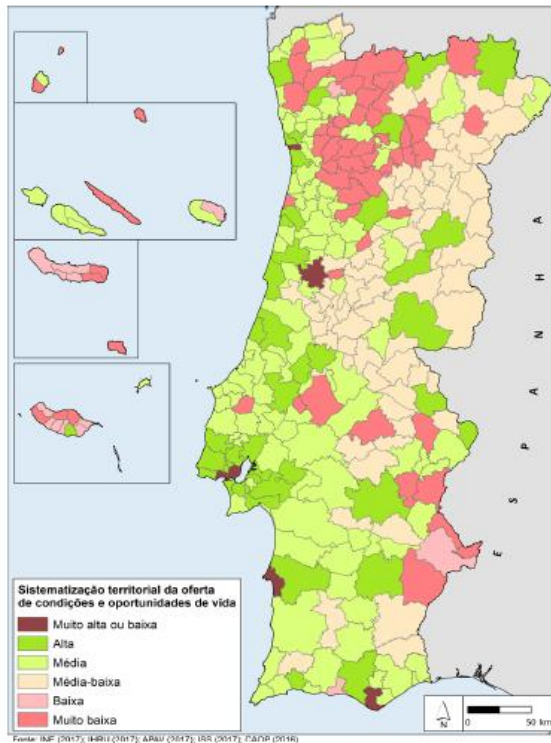
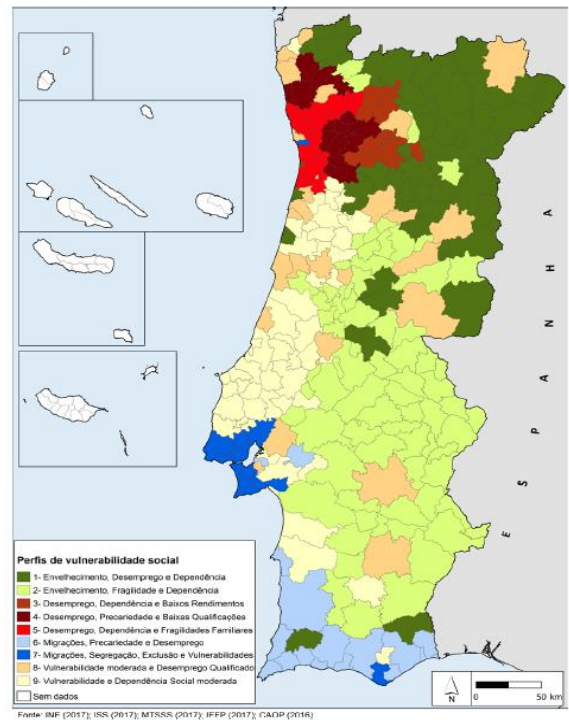


FIGURA 10. PERFIS DE VULNERABILIDADE SOCIAL



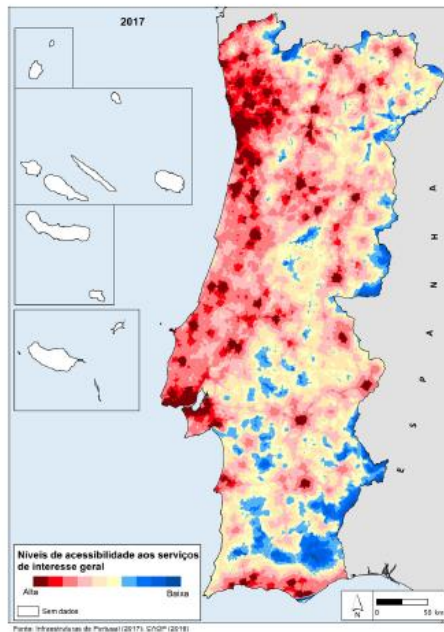
Fonte: DGTerritório, PNPOT/Alteração-Diagnóstico, 6 de julho de 2018

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL E INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

A distribuição geográfica dos serviços evidencia que no geral Portugal possui uma boa acessibilidade populacional aos serviços de interesses geral. Assim, mais de 95% da população tem acesso a serviços de nível básico (como por exemplo Escolas Básicas e Farmácias), em menos de cinco minutos e a serviços de nível intermédio (como por exemplo Centros de Saúde, Jardins de Infância e Ensino Secundário) em menos de 10 minutos, e 85% da população tem acesso a serviços de nível superior (como por exemplo Tribunais, Ensino Superior e Hospitais) em 15 minutos.

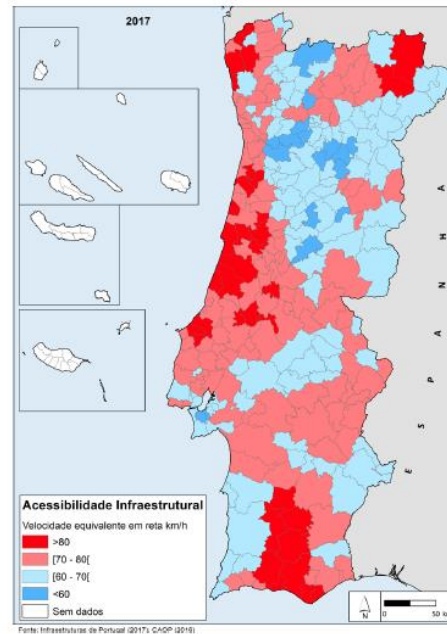
Contudo, estes valores estão associados ao desequilíbrio territorial existente, quase 80 % da população do país vive nas áreas de alta densidade que ocupam apenas um quarto do território. Os restantes três quartos do território onde reside 20% da população a situação é mais crítica.

FIGURA 11. SÍNTESE DAS ACESSIBILIDADES AOS SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL



Fonte: PNPOT.

FIGURA 12. ACESSIBILIDADES INFRAESTRUTURAL



Fonte: PNPOT.

As áreas do interior centro e sul do país, e ao longo da fronteira com Espanha, com particular incidência no sul do Alentejo, possuem baixos níveis de acessibilidade, densidade e especialização funcional. São precisos 15 minutos de tempo de viagem para que toda a população da baixa densidade/zonas rurais aceda a serviços básicos; 25 minutos a serviços intermédios; e 50 minutos a serviços superiores. Cerca de metade da população que vive em zonas de baixa densidade (cerca de 1 milhão de habitantes) tem tempos de acesso mais críticos aos serviços intermédios e superiores.

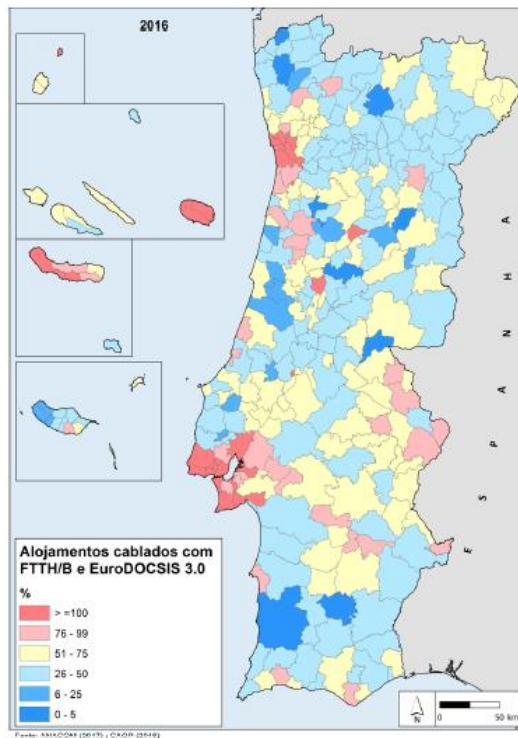
Salienta-se o impacto do policentrismo no aumento da acessibilidade, principalmente aos serviços intermédios e superiores, nomeadamente no norte do continente, o que corresponde a falta de infraestruturas e serviços em vários dos territórios rurais.

Em sentido inverso há a destacar a crescente tendência de perceção da população ao associar as áreas rurais a qualidade de vida, quer em termos de ambiente (e.g. mais qualidade do ar, menos ruído), quer em tempo (e saúde e dinheiro) gasto em transportes para percurso casa-

trabalho-casa, logo mais *stress* e menos tempo com a família, a uma maior ligação às origens e à natureza, a preços mais baixos com a habitação e benefícios fiscais em algumas regiões.

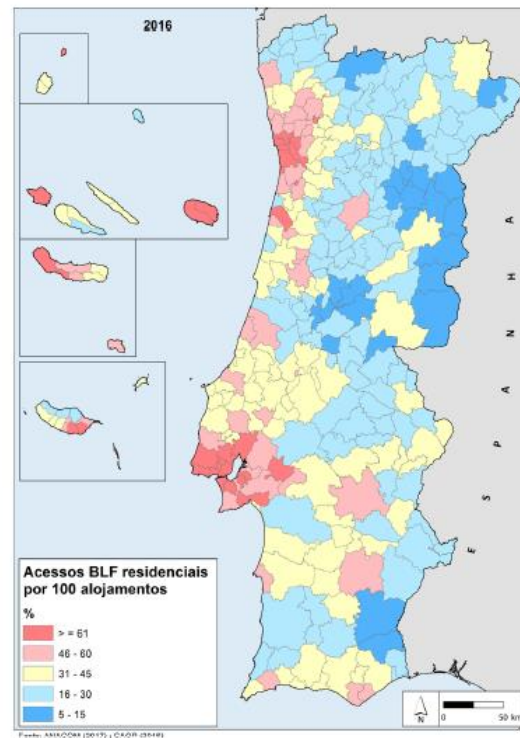
COBERTURA DE REDES E INTERNET DE BANDA LARGA

FIGURA 14. COBERTURA DE REDES DE NOVA GERAÇÃO



Fonte: PNPOT

FIGURA 13. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA PENETRAÇÃO DE ACESSOS RESIDENCIAIS À INTERNET EM BANDA LARGA



Fonte: PNPOT

GRÁFICO 29. COBERTURA TOTAL DE 30 MBPS EM ÁREA RURAL (NGA) NA UE E ESTADOS-MEMBROS (%)



Fonte: Baseado em dados da Comissão Europeia “Digital Scoreboard”

“Em termos de inclusão social, é essencial garantir o acesso generalizado à habitação condigna e a serviços de interesse geral, de acordo com os diferentes padrões de povoamento, desenvolvendo o capital social e melhorando as condições de bem-estar da população. Em Portugal, é particularmente relevante que nas regiões pouco povoadas e menos desenvolvidas

*sejam implementadas políticas que garantam equidade territorial no acesso aos serviços, considerando as complementaridades potenciadas pelo sistema urbano. As diferentes soluções de acessibilidade (física e digital) e de mobilidade (deslocação das pessoas aos serviços ou dos serviços às pessoas) devem procurar garantir aos distintos grupos populacionais o acesso efetivo às funções urbanas. **Rentabilizar recursos e afirmar os ativos e as especializações sub-regionais contribuem para a qualidade de vida e o bem-estar das populações e para a sustentabilidade do sistema social, nomeadamente nas áreas rurais ou de baixa densidade**" (Fonte: PNPOT).*

IV RECURSOS ENDÓGENOS

O paradigma mais recente do desenvolvimento rural tem vindo a valorizar o papel do espaço e as características endógenas do território, que surgem como determinantes do desenvolvimento das regiões, onde os atores locais desempenham um papel essencial e são chamados a identificar novas formas de organização da produção e de relacionamento. Neste contexto, exemplos como a agricultura biológica e o desenvolvimento das atividades artesanais características e património das regiões assumem-se como uma oportunidade de exploração futura para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, permitindo-lhes interromper o seu ciclo de declínio.

O novo paradigma rural traz novas funções para a atividade agrícola ligadas à preservação da biodiversidade e multifuncionalidade mas também a necessidade de se assegurar localmente a sustentabilidade e coesão dos territórios rurais que deve ser baseada nos recursos endógenos sendo a riqueza da diversidade existente na região encarada como uma mais-valia. Neste sentido deverá ser prioritário enveredar pelo desenvolvimento de uma agricultura com base em produtos com proveniência geográfica (DOP e outros produtos locais de qualidade) e o incentivo às cadeias curtas (aumento da procura mercados locais e compra direta do consumidor ao produtor, incluindo o comércio eletrónico) e mercados locais que permitam um maior valor acrescentado para as produções locais.

Para além desta abordagem será também essencial o desenvolvimento de outros produtos endógenos complementares às atividades agrícolas que permitam a diversificação de

rendimentos como sejam o turismo rural¹⁰, a produção de energia renovável, a cinegética, o artesanato e pesca em águas interiores.

ASSIM, OS FUTUROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DEVEM PREVER O APOIO À VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS AGRÍCOLAS E ATRAVÉS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES COMO O TURISMO NAS ZONAS RURAIS, O ARTESANATO, A PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL, A CINEGÉTICA E A PESCA EM ÁGUAS INTERIORES.

A Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 aprovada recentemente pelo Governo que pretende dar uma orientação e contributo decisivo para uma futura Agricultura moderna e inovadora e para dar resposta aos grandes desafios que Portugal enfrentará nos próximos 10 anos em matéria de agricultura e alimentação, tem como preocupações a saúde e o bem-estar da sociedade, a valorização dos seus recursos endógenos tendo em conta as especificidades de todo o território nacional e das diferentes tipologias de agricultores, desde a pequena agricultura familiar à agricultura empresarial, apresentando várias iniciativas emblemáticas nas quais se inclui:

- Iniciativa Territórios sustentáveis - pretende promover o desenvolvimento sustentável, uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e a biodiversidade, e a valorização dos recursos endógenos dos territórios nacionais, procurando ainda consolidar a utilização sustentável dos recursos naturais, nomeadamente do solo, da água e da biodiversidade, numa abordagem integrada do agroecossistema.
- Iniciativa Revitalização das zonas rurais, nomeadamente na linha de ação relativa aos territórios rurais inteligentes tendo em vista desenvolver territórios rurais mais inovadores, através do envolvimento dos vários atores locais, dos recursos endógenos, do conhecimento, num processo participado e igualitário, adaptado à realidade local, capaz de contextualizar as diferentes soluções tecnológicas e com ações integradas que contribuam para a adoção de diferentes ferramentas disponíveis, nomeadamente digitais.

¹⁰ Note-se que em 2019 (indicador de contexto C31) existiam 7.196 estabelecimentos turísticos, dos quais 38,1% localizam-se em zonas rurais sobretudo das regiões Norte (755) e Centro (806). Quando ao nº de camas no mesmo ano existiam cerca de 672 mil camas, das quais 29,4% situadas em zonas rurais com destaque para as regiões Centro (73 mil) e Algarve (40 mil). Saliente-se o crescimento significativo quer do nº de estabelecimentos quer de nº de camas desde 2012 (+ 4.647 estabelecimentos, dos quais 2.053 em zonas rurais; +185 mil camas, das quais 70,5 mil em zonas rurais).

V A BIOECONOMIA

V1 A BIOECONOMIA NA ESTRATÉGIA EUROPEIA

De acordo com a Comissão Europeia a “bioeconomia abrange a produção de recursos biológicos renováveis e a conversão destes recursos e fluxos de resíduos em produtos de valor acrescentado, como alimentos para consumo humano e animal, produtos de base biológica e bioenergia”¹¹.

A nível europeu, a Estratégia Europeia de Bioeconomia foi publicada em 2012 e atualizada em 2018 sendo composta por **14 ações-chave**¹². A estratégia revista propõe-se reforçar as ligações entre a economia, a sociedade e o ambiente, orientando as estratégias nacionais para a Bioeconomia através de "roteiro europeu" baseado nos conceitos de sustentabilidade e circularidade¹³ que visa contribuir para os seguintes **objetivos**: 1) garantir a segurança alimentar e nutricional; 2) gerir recursos naturais de forma sustentável; 3) reduzir a dependência de recursos não renováveis; 4) mitigação e adaptação às alterações climáticas; 5) reforçar a competitividade europeia e criar emprego.

A estratégia veio destacar que bioeconomia abrange um amplo leque de domínios políticos estabelecidos e emergentes a nível mundial, da UE, nacional e regional que partilham e aderem aos seus objetivos, mas que todavia resultam num quadro político complexo e por vezes fragmentado.

No contexto da revisão da estratégia e para apoiar os cinco objetivos no âmbito das novas prioridades políticas, foram propostos **três grandes domínios de ação**: 1. Reforçar e assegurar a expansão dos setores de base biológica, libertar investimentos e abrir mercados; 2. Implantar rapidamente bioeconomias locais em toda a Europa; e 3. Compreender os limites ecológicos da bioeconomia.

¹¹ COM/2012/060final <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012DC0060&from=EN>

¹² "Uma Bioeconomia sustentável para a Europa: reforçar a conexão entre economia, sociedade e ambiente" (COM(2018) 673 final): abrange todos os setores e sistemas que dependem de recursos biológicos: os ecossistemas terrestres e marinhos e os serviços que podem proporcionar; setores da produção primária que utilizam e produzem recursos biológicos (agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura); setores económicos e industriais que utilizam recursos e processos biológicos para produzir alimentos para consumo humano e animal, produtos de base biológica, energia e serviços (exceto biomedicina e as biotecnologias da saúde). Fonte: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52018DC0673&from=EN>

¹³ Todos os *inputs* da bioeconomia são de base biológica (agrícola, florestal ou do mar) e os *outputs* são resultantes da criação de novos produtos mais sustentáveis (inovação) ou da reintrodução de subprodutos não aproveitados na cadeia de valor (circularidade).

Neste conjunto de domínios de atuação há a destacar, no âmbito do **domínio de atuação 2.**, o desenvolvimento de ações piloto para apoiar bioeconomias inclusivas nas zonas rurais cujo objetivo é estabelecer uma melhor ligação entre as estratégias nacionais no domínio da bioeconomia e os planos estratégicos nacionais no âmbito da política agrícola comum. A difusão das boas práticas para promover a implantação da bioeconomia permitirá que os produtores primários possam beneficiar das oportunidades oferecidas pelas novas abordagens sistémicas nesse domínio.

De acordo com a Estratégia Europeia para uma Bioeconomia Sustentável, este modelo económico tem um elevado potencial em 4 temáticas fundamentais:

1. Criação de Emprego – a Bioeconomia representa 8% da mão-de-obra da UE e, até 2030, poderão ser criados 1 milhão de empregos em indústrias de base biológica, principalmente em zonas rurais e costeiras;
2. Mitigação do clima e neutralidade carbónica – a Bioeconomia contribui para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e da dependência de recursos fósseis;
3. Modernização, renovação e reforço do setor primário industrial – o desenvolvimento da Bioeconomia e da inovação associada permitirá modernizar os setores da agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura e permitirá renovar as indústrias associadas;
4. Recuperação dos ecossistemas e promoção da biodiversidade – a Bioeconomia contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e para o objetivo europeu de recuperação dos ecossistemas em degradação.

A aposta numa Bioeconomia que se pretende circular, eficiente e sustentável assume-se como mais um contributo essencial para atingir a maioria dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas. Numa análise global, a Bioeconomia tem o potencial de contribuir diretamente para, pelo menos, 14 dos 17 ODS.

A Estratégia Europeia para a Bioeconomia é complementada por outros documentos de referência e estratégias políticas da iniciativa da Comissão Europeia, que se cruzam nos vários domínios abrangidos pela Bioeconomia, nomeadamente, a agricultura, a silvicultura, a pesca, a aquicultura, a energia, os biorresíduos, as indústrias alimentares e as indústrias de base biológica.

V2 A BIOECONOMIA EM PT

O Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável, alinhado com a Estratégia Europeia “Uma Bioeconomia Sustentável na Europa: Reforçar as Ligações entre a Economia, a Sociedade e o Ambiente”, assenta na preservação e utilização mais eficiente dos recursos biológicos, que permita fazer face aos desafios atuais, globais e locais, designadamente a segurança alimentar e nutricional, as alterações climáticas, a dependência dos recursos fósseis e o desenvolvimento sustentável. Simultaneamente, o plano deve contribuir para o aumento do emprego, o crescimento económico e o investimento em Portugal.

A complexidade e a interdisciplinaridade da Bioeconomia exigem uma resposta global e coordenada com os diversos setores de base biológica, bem como com os setores que possibilitam aumentar a eficiência do metabolismo bioeconómico, como a indústria 4.0 e a inovação. A transição para novos sistemas, processos produtivos e atividades económicas de base biológica, assentes na valorização do capital natural biológico, tem ainda por objetivo contribuir para revitalizar o tecido empresarial local e dar um novo impulso às comunidades locais e rurais.

O presente Plano de Ação é destinado aos diversos *Stakeholders* relevantes para a Bioeconomia, nomeadamente os da agricultura, da silvicultura, da pesca, da aquicultura, da gestão de águas e resíduos, do processamento e, em especial, os consumidores, que, para além de serem dos principais beneficiários das vantagens dos produtos de base biológica, têm um papel impulsionador para a transição para a Bioeconomia.

Os eixos de atuação previstos no presente plano de ação têm como pilar essencial a promoção da utilização sustentável dos recursos biológicos em todos os setores e, em simultâneo, o reforço das respetivas cadeias de valor.

No conjunto dos setores de produção primária e dos setores industriais a jusante deve dar-se especial atenção à investigação e ao desenvolvimento, por forma a retirar o maior benefício de novas possibilidades de produção mais eficazes e de novas ideias de produtos. Não obstante, o potencial de inovação e o conseqüente desenvolvimento da Bioeconomia e da utilização sustentável de matérias-primas, representa um serviço de relevo face ao ambiente e à proteção climática.

Nesse sentido, foram definidos os seguintes eixos de atuação:

E1: Promover a **Investigação, Desenvolvimento & Inovação** e valorizar a capacidade científica e tecnológica nacional de excelência

E2: Incentivar a produção sustentável e utilização inteligente de **recursos biológicos de base regional**

E3: Desenvolver a **bioindústria circular e sustentável**: Inovação na cadeia de valor e nos processos

E4: Sociedade: Promover o **conhecimento**, a educação e as competências

E5: **Monitorizar a Bioeconomia**: avaliar a evolução, compreender os limites dos ecossistemas e promover a certificação

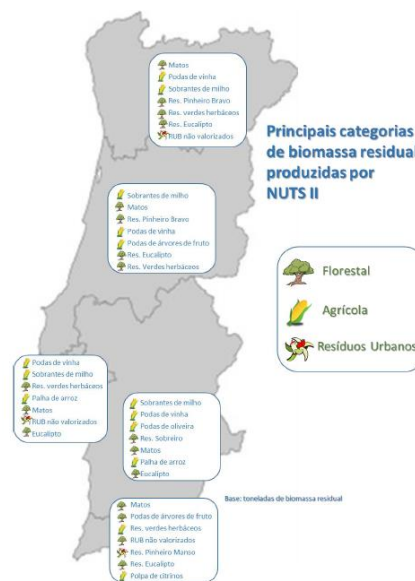
Portugal apresentou em 2017 o **Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias** coordenado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia ¹⁴.

No Plano Nacional é referida a existência de um potencial considerável de biomassas residuais (florestal, agrícola e agroindustrial, resíduos urbanos biodegradáveis) bem como biomassas de origem natural (matos e incultos) que podem ser valorizadas num contexto de Biorrefinarias, com benefícios de ordem ambiental, económica e social.

No que refere especificamente à agricultura é salientado que a utilização da biomassa residual resultante desta atividade para valorização económica encontra-se ainda pouco desenvolvida e o potencial de valorização agrícola de subprodutos agrícolas, ambientalmente seguros, com o objetivo de aumentar o teor de matéria orgânica e a retenção de água no solo e consequentemente promover a sua fertilidade.

Foram identificados como potencial biomássico as lamas e estrumes da agropecuária que possuem aptidão para a produção de biogás ¹⁵.

FIGURA 15 – PRINCIPAIS CATEGORIAS DE BIOMASSA RESIDUAL PRODUZIDAS POR NUTS II



Fonte: ICNF

¹⁴ <https://www.lneg.pt/download/13177/i015160.pdf>

¹⁵ Segundo um estudo recente do LNEG, a produção de biogás a partir de resíduos (RU's, agropecuária e outros) em Portugal representa cerca de 10% do potencial identificado (1,7 GNm³/ano, os quais equivalem a 1.738 Ktep/ano). Estudo LNEG (2015): "Avaliação do Potencial e Impacto do Biometano em Portugal".

Quanto à agroindústria salientam-se pela sua relevância em termos de quantidades de sub-produtos a palha de arroz (NUTS II-AML), o bagaço de uvas (NUTS II-Centro) e o bagaço de azeitona extratado (NUTS II-Alentejo).

No quadro são identificadas estimativas de biomassa residual (top 7) das fontes de biomassa com maior potencial de utilização e que não apresentam competição com a alimentação humana ou animal.

Em relação aos indicadores de contexto da Comissão Europeia, o único relacionado a essa questão, embora parcialmente, é o ICC 43 “produção de energia renovável do setor agrícola e florestal” que é detalhado no objetivo específico 4.

QUADRO 10: QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE BIOMASSA RESIDUAL TOP 7 POR REGIÃO NUTS II, SEM COMPETIÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO HUMANA E ANIMAL

Região NUTS II	Fonte de Biomassa	Quantidade (ton/ano)
NORTE	Matos	373 979
	Podas de vinha	332 879
	Sobrantes de milho	174 055
	Res. Pinheiro Bravo	168 548
	Res. verdes herbáceos	100 000
	Res. Eucalipto	82 401
	RUB não valorizados	79 818
CENTRO	Sobrantes de milho	408 086
	Matos	342 613
	Res. Pinheiro Bravo	331 474
	Podas de vinha	259 819
	Podas de árvores de fruto	254 972
	Res. Eucalipto	216 733
	Res. verdes herbáceos	100 000
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	Podas de vinha	79 337
	Sobrantes de milho	62 979
	Res. verdes herbáceos	52 000
	Palha de arroz	34 005
	Matos	24 041
	RUB não valorizados	9 985
	Res. Eucalipto	9 108
ALENTEJO	Sobrantes de milho	768 791
	Podas de vinha	296 102
	Podas de oliveira	188 063
	Res. Sobreiro	130 442
	Matos	129 611
	Palha de arroz	128 955
	Res. Eucalipto	124 432
ALGARVE	Matos	155 126
	Podas de árvores de fruto	148 710
	Res. verdes herbáceos	100 000
	RUB não valorizados	24 476
	Res. Pinheiro Manso	17 820
	Res. Eucalipto	15 246
	Polpa de citrinos	12 317

Fonte: LNEG

Face à ausência de um indicador próprio e tendo em conta que a bioeconomia inclui vários setores económicos são sinalizados dados de bioeconomia publicados pelo Joint Research Center (JRC) da Comissão Europeia ¹⁶ segundo os quais, em 2017, os setores que compõem a bioeconomia geraram um volume de negócios de € 41.000 milhões em PT (**2% do total da UE-27**), 12.000 milhões de euros em valor acrescentado e 685 milhares de empregos (**4% do total da UE-27**). Em PT, o setor da agricultura é o que mais contribui para o número de pessoas empregadas no contexto da bioeconomia, destacando-se o setor dos alimentos, bebidas e tabaco ao nível do volume de negócios e em valor acrescentado. Destaca-se o setor agroalimentar (agricultura e pecuária e indústrias conexas) que gera 60% do volume de negócios e 75% do emprego na bioeconomia. Já o setor florestal contribui para 24% do volume de negócios da bioeconomia e 11% do emprego.

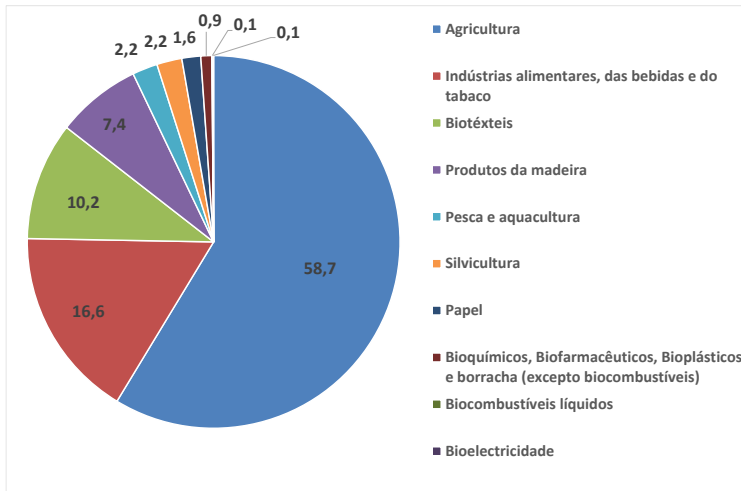
¹⁶ Dados do JRC: <https://datam.jrc.ec.europa.eu/datam/mashup/BIOECONOMICS>

QUADRO 11: EMPREGO, VOLUME DE NEGÓCIO E VALOR ACRESCENTADO POR SETORES DA BIOECONOMIA EM PT E UE 27 (2017)

Setores da economia	VAB					Pessoas empregadas					Volume de negócios				
	PT			UE27		PT			UE27		PT			UE27	
	M€	%	%UE27	M€	%	nº	%	%UE27	nº	%	M€	%	%UE27	M€	%
<i>Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco</i>	3 682	31,6	1,7	215 311	35,1	113 712	16,6	2,6	4 398 761	25,1	17 506	42,6	1,6	1 115 128	50,0
<i>Agricultura</i>	2 877	24,7	1,5	188 519	30,7	401 760	58,7	4,3	9 273 470	53,0	7 074	17,2	1,7	417 125	18,7
<i>Biotéxteis</i>	1 211	10,4	5,7	21 103	3,4	70 109	10,2	10,1	692 906	4,0	4 030	9,8	5,3	76 029	3,4
<i>Produtos da madeira</i>	1 144	9,8	2,4	47 268	7,7	50 425	7,4	3,5	1 424 540	8,1	4 341	10,6	2,5	173 242	7,8
<i>Silvicultura</i>	896	7,7	3,5	25 301	4,1	14 920	2,2	2,9	517 480	3,0	1 265	3,1	2,6	49 012	2,2
<i>Papel</i>	866	7,4	2,1	41 702	6,8	11 194	1,6	1,9	590 456	3,4	4 175	10,2	2,4	175 199	7,9
<i>Bioquímicos, Biofarmacêuticos, Bioplásticos e borracha (excepto biocombustíveis)</i>	496	4,3	0,8	60 312	9,8	6 461	0,9	1,6	396 712	2,3	1 362	3,3	0,8	180 342	8,1
<i>Pesca e aquacultura</i>	334	2,9	5,0	6 698	1,1	14 990	2,2	9,0	166 610	1,0	612	1,5	4,6	13 182	0,6
<i>Bioelectricidade</i>	111	0,9	2,6	4 208	0,7	405	0,1	1,8	22 550	0,1	239	0,6	1,3	18 619	0,8
<i>Biocombustíveis líquidos</i>	45	0,4	1,4	3 216	0,5	684	0,1	3,3	20 506	0,1	444	1,1	3,2	13 716	0,6
Total	11 660	100,0	1,9	613 637	100,0	684 659	100,0	3,9	17 503 992	100,0	41 049	100,0	1,8	2 231 594	100,0

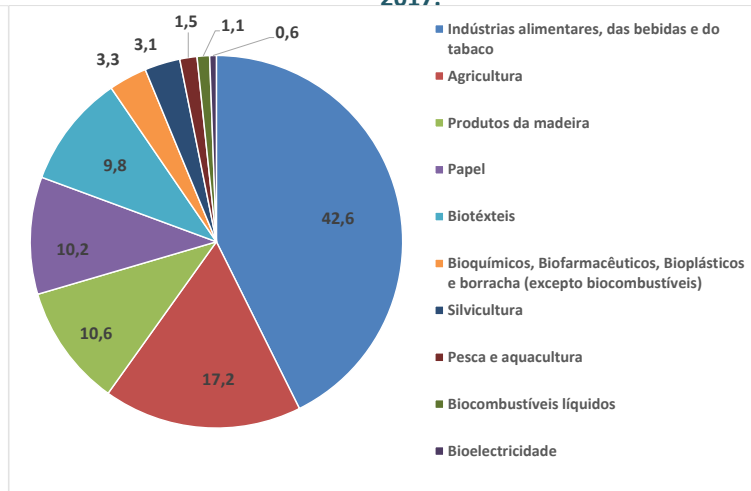
Fonte: JRC

GRÁFICO 30: EMPREGO (NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS) PELOS SETORES DA BIOECONOMIA EM PT 2017.



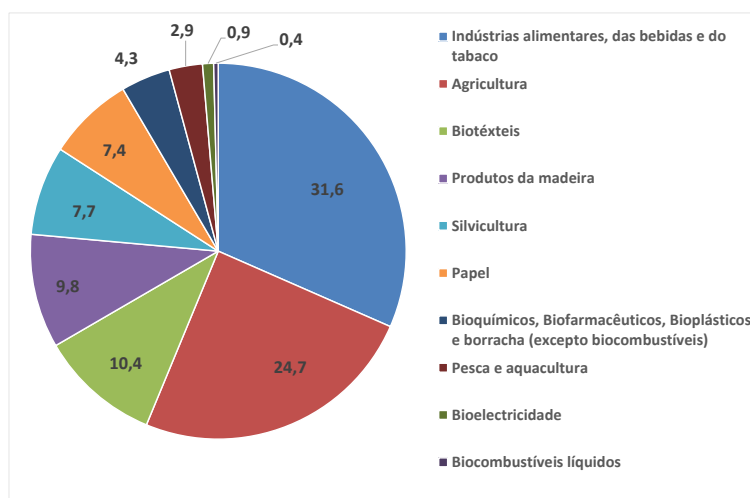
Fonte: JRC

GRÁFICO 31: VOLUME DE NEGÓCIOS (MILHÕES DE EUROS) POR SETORES DA BIOECONOMIA EM PT 2017.



Fonte: JRC

GRÁFICO 32: VALOR ACRESCENTADO (MILHÕES DE EUROS) POR SETORES DA BIOECONOMIA EM PT 2017.



Fonte: JRC

Também do JRC, foram obtidos para PT os dados agregados por setores da bioeconomia no período de 2008 a 2017.

Assim, em termos absolutos nesse período, no total:

- O emprego nesses setores diminuiu 180.309 pessoas, devido à redução generalizada nos setores sobretudo na agricultura, exceto nos setores dos químicos e eletricidade de base biológica;
- Em termos de volume de negócio, assistiu-se a um incremento de 17,6% neste período principalmente devido ao setor do papel e indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco;
- No que se refere ao valor acrescentado assistiu-se a uma subida de 19,1% neste período, especialmente devido à subida dos setores dos alimentos bebidas e tabaco e agricultura.

Há ainda a destacar dois setores cuja tendência é positiva e que aumentaram os seus indicadores entre 2008 e 2015:

- O setor de biocombustíveis líquidos aumento de 127,5% na faturação e 166,2% no valor acrescentado);
- O setor da eletricidade de base biológica (aumentou 42,6% na faturação, 121,2% no emprego e 34,6% no valor acrescentado).

Destaque ainda para a tendência atual de eliminação do plástico e maior utilização do papel.

QUADRO 12: VAB, NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS E VOLUME DE NEGÓCIOS PELOS SETORES DA BIOECONOMIA EM PT

Setores da economia	VAB					Pessoas empregadas					Volume de negócios				
	2008		2017		tx. Var	2008		2017		tx. Var	2008		2017		tx. Var
	M€	%	M€	%	%	M€	%	M€	%	%	M€	%	M€	%	%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	3 085	31,5	3 682	31,6	19,4	113 989	13,2	113 712	16,6	-0,2	15 589	44,7	17 506	42,6	12,3
Agricultura	2 541	26,0	2 877	24,7	13,2	552 400	63,9	401 760	58,7	-27,3	6 231	17,8	7 074	17,2	13,5
Biotéxteis	1 044	10,7	1 211	10,4	15,9	87 219	10,1	70 109	10,2	-19,6	3 387	9,7	4 030	9,8	19,0
Produtos da madeira	1 067	10,9	1 144	9,8	7,2	66 099	7,6	50 425	7,4	-23,7	4 351	12,5	4 341	10,6	-0,2
Silvicultura	686	7,0	896	7,7	30,6	11 910	1,4	14 920	2,2	25,3	1 006	2,9	1 265	3,1	25,8
Papel	662	6,8	866	7,4	30,8	11 473	1,3	11 194	1,6	-2,4	2 537	7,3	4 175	10,2	64,6
Bioquímicos, Biofarmacêuticos, Bioplásticos e borracha (excepto biocombustíveis)	316	3,2	496	4,3	56,7	5 085	0,6	6 461	0,9	27,1	885	2,5	1 362	3,3	53,8
Pesca e aquacultura	290	3,0	334	2,9	15,4	16 070	1,9	14 990	2,2	-6,7	562	1,6	612	1,5	8,9
Bioelectricidade	82	0,8	111	0,9	34,6	183	0,0	405	0,1	121,2	168	0,5	239	0,6	42,6
Biocombustíveis líquidos	17	0,2	45	0,4	166,2	541	0,1	684	0,1	26,3	195	0,6	444	1,1	127,5
Total	9 790	100,0	11 660	100,0	19,1	864 968	100,0	684 659	100,0	-20,8	34 912	100,0	41 049	100,0	17,6

Fonte: JRC

POTENCIAL DA BIOECONOMIA PARA A CRIAÇÃO DE VALOR E DE EMPREGO SUSTENTÁVEL

“A União Europeia delineou em 2012 uma Estratégia e um Plano de Ação para a Bioeconomia com o objetivo de obter uma abordagem mais abrangente à forma como se produzem, consomem, transformam, armazenam, reciclam e descartam os recursos biológicos, no sentido de aumentar a eficiência na sua utilização e abrir **novos mercados de produtos de base biológica**.”

A Bioeconomia tem vindo a ganhar relevância crescente na agenda política internacional, em alinhamento com os objetivos da Economia Circular, por poder vir a assumir um papel de relevo em três vertentes cruciais: **uso sustentável de recursos, procura crescente de alimentos e energia e dissociação entre crescimento económico e degradação ambiental**.

A recente atualização da Estratégia Europeia (em outubro de 2018) propõe a elaboração de estratégias nacionais e regionais neste domínio. Deste modo, a presente publicação tem também o intuito de incentivar, a nível nacional, o processo de reflexão sobre a futura “Estratégia para a Bioeconomia em Portugal”. Esta visão abrangente e de interligação de todos os setores que utilizam e produzem recursos biológicos tem, em Portugal, um elevado potencial a explorar para as bioindústrias, designadamente para, ou a partir, dos setores agroalimentar, florestal e do mar.

A este respeito é de recordar a Comunicação da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, de novembro de 2017, que deu início à revisão da Política Agrícola Comum, denominada “O futuro da alimentação e da agricultura”, onde a aposta na Bioeconomia é encarada como uma prioridade:

*“O crescimento da bioeconomia num modelo empresarial sustentável deve, por conseguinte, tornar-se uma prioridade nos planos estratégicos da PAC e apoiar a estratégia da UE em matéria de economia circular e o desenvolvimento de novos modelos empresariais que beneficiem os agricultores e os silvicultores e criem novos empregos. O potencial de contribuição da PAC para a União da Energia e para a política industrial da UE ver-se-ia, assim, reforçado, promovendo a **produção de energia limpa e eficiente**, incluindo a mobilização de biomassa sustentável no respeito dos princípios fundamentais da estratégia da UE em matéria de economia circular.”¹⁷*

POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DE (SUB)PRODUTOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS COMO MATÉRIAS PRIMAS.

*“Portugal tem um potencial significativo na bioeconomia. Os seus setores agroalimentar e florestal, bem como das pescas, têm estado tradicionalmente entre os setores-chave da economia nacional. A quantidade total de resíduos agrícolas é de 1 456 000 ton/ano. **A grande quantidade de subprodutos e resíduos destes setores primários constitui uma fonte potencial de matéria-prima de biomassa para a bioeconomia.** Mais de 50% do valor da agricultura em Portugal provém da produção vegetal¹⁸, especialmente frutas e legumes (60% da produção vegetal), e 41,2% da produção animal¹⁹, na qual a produção de leite é responsável por 25%.*

***O setor de base biológica pode contribuir para o desenvolvimento de produtos inovadores e de processos industriais criadores de emprego a nível local.** Pode também mobilizar as partes interessadas públicas e privadas a fim de melhorar o acesso ao financiamento. Por exemplo, a parceria público-privada entre a Comissão Europeia e o Bio-based Industries Consortium (a Bio-based Joint Undertaking, BBI JU), tem sido fundamental para o desenvolvimento e implantação de novas cadeias de valor de base biológica centradas na utilização de recursos renováveis, nomeadamente resíduos.*

¹⁷ A partir do editorial da Publicação Cultivar nº 15 “Bioeconomia” (março de 2019); disponível em:

https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_15/revistaCULTIVAR15.pdf

¹⁸ “De acordo com as estimativas realizadas no âmbito do presente trabalho, a biomassa residual da produção agrícola potencialmente disponível pode ascender a 3 Mt, por ano, sendo que 59% concerne a sobrantes da poda de culturas permanentes, sobretudo vinha, olival e pomares, e os restantes 41% a resíduos de culturas temporárias, designadamente sobrantes do milho e do girassol, e palha do arroz.” (Fonte: 1º Relatório draft “Linhas estratégicas dos sectores de produção primária no contexto do desenvolvimento da estratégia nacional para a bioeconomia sustentável 2030”)

¹⁹ “A principal biomassa residual produzida pela atividade pecuária consiste, essencialmente, nos estrumes e nos chorumes, sendo as fontes mais relevantes: i) as suiniculturas (1,25 t/animal/ano); ii) as aviculturas (25t/1000 frangos/ano); iii) as vacarias de bovinos de leite (17,5 t/animal/ano) e iv) as unidades de engorda de bovinos de carne de maior dimensão. Parte considerável desta biomassa primária residual tem já como destino a valorização agrícola e é importante para a sustentabilidade de alguns sistemas, nomeadamente para a Agricultura Biológica, promovendo o aumento da matéria orgânica dos solos e a reciclagem de nutrientes.” (Fonte: 1º Relatório draft “Linhas estratégicas dos sectores de produção primária no contexto do desenvolvimento da estratégia nacional para a bioeconomia sustentável 2030”)

Portugal é um dos países parceiros do projeto gerido pela BBIJU, FUNGUSCHAIN, que extrai **valor dos resíduos agrícolas gerados na produção comercial de cogumelos**, dando origem a produtos de base biológica, nomeadamente suplementos alimentares para idosos e produtos de plástico. Trata-se de um exemplo de uma boa técnica favorável ao ambiente que as PME e as indústrias locais podem adotar, estimulando assim o empreendedorismo local e o desenvolvimento das zonas rurais.

A bioeconomia pode transformar as algas em combustível, reciclar plásticos, converter resíduos em novo mobiliário ou vestuário, ou transformar subprodutos industriais em adubos de base biológica. Portugal tem um grande potencial de biomassa que poderia ser mais bem explorado em produtos rentáveis. A biomassa de algas (cultivadas e marinhas) é já utilizada em aplicações alimentares e nutracêuticas. Pode também ser usada para a produção e comercialização de ingredientes naturais que contribuem para a perda de peso e para a saúde do cérebro. É o caso da MICROPHYT SA, uma PME inovadora com sede na Madeira. O interesse nas microalgas está a aumentar em Portugal, mas existe ainda muito potencial por explorar.

Mais de 35% do território continental português é coberto por florestas, estando disponíveis **todos os anos 2 milhões de toneladas de resíduos florestais²⁰**, o que constitui uma interessante **fonte potencial de biomassa** que não entra em competição com o uso do solo para fins alimentares. Esta disponibilidade de biomassa pode contribuir para a diversificação, desenvolvimento e implantação de novas soluções de base biológica. Poderá também facilitar o desenvolvimento de **biorrefinarias sustentáveis** e impulsionar o crescimento e o emprego.

Atualmente ainda se verifica alguma dificuldade de aproveitamento da biomassa florestal pela localização das centrais de biomassa e oferta de biomassa variável por falta de organização da produção, inviabilizando economicamente o desenvolvimento deste tipo de aproveitamento de produtos da bioeconomia.

Portugal é líder mundial na produção de cortiça, com 49% da produção total (dados da APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça). A indústria da cortiça produz 100 000 toneladas por ano, gera cerca de mil milhões de euros em volume de negócios e emprega 60 000 pessoas. Para além

²⁰ “De acordo com estimativas recentes (Cunha e Marques, 2019), as florestas portuguesas disponibilizam anualmente 9,3 Mt de biomassa florestal (toros de madeira mobilizável). Deste volume, apenas 763 kt (a biomassa respeitante às lenhas) poderão ser contabilizadas para efeitos de biomassa residual, uma vez que a biomassa primária se destina principalmente a abastecer a indústria nacional (produção de madeira serrada, produção de painéis, pasta de papel, entre outras indústrias). Em contrapartida, os resíduos florestais (resíduos lenhosos resultantes da instalação, gestão e exploração florestal), incluídos na categoria de biomassa florestal residual, deverão ascender a cerca de 2 Mt/ano.” (Fonte: 1º Relatório draft “Linhas estratégicas dos sectores de produção primária no contexto do desenvolvimento da estratégia nacional para a bioeconomia sustentável 2030”)

das rolhas de cortiça, que ainda representam três quartos da produção, a cortiça é cada vez mais importante como material de construção. Até mesmo a indústria da moda descobriu as qualidades da cortiça, com uma procura elevada de malas, chapéus, utensílios de escrita e aventais. A cortiça é também utilizada pela indústria espacial como isolamento e é muito apreciada na indústria aeronáutica devido à sua grande leveza. Além disso, a cortiça está a tornar-se particularmente indispensável na construção, podendo ser utilizada como pavimento ou revestimento de paredes de alta qualidade, já que protege do ruído, do frio e da humidade. **Em conjunto, os setores do fabrico de produtos de cortiça e de artigos de couro geram enormes quantidades de fluxos residuais, que são matéria-prima potencial para as indústrias de base biológica portuguesas.**

Em conclusão, **as grandes atividades industriais dos setores primários (indústrias agroalimentar, florestal e pesqueira) fazem de Portugal um dos países europeus com grandes quantidades de matéria-prima potencial para a indústria de base biológica.** Além disso, Portugal pode beneficiar da existência de instituições de investigação de alto nível, incluindo centros de excelência para a biotecnologia e as microalgas. O trabalho em curso para uma Estratégia Nacional para a Bioeconomia deverá fornecer o apoio político e regulatório necessário para uma rápida implantação de uma economia sustentável e circular em Portugal.”²¹

O Relatório *draft* “Linhas estratégicas dos sectores de produção primária no contexto do desenvolvimento da **estratégia nacional para a bioeconomia sustentável 2030**” preconiza a seguinte visão para 2030 **“Em 2030, os sectores de produção primária de recursos biológicos desempenham um papel-chave estratégico, orientador e catalisador de ação no contexto da bioeconomia sustentável, em Portugal, e capitalizam ganhos de eficiência, de competitividade e de valor.”** A construção desta visão encontra-se sujeita a uma série de desafios nomeadamente a grande heterogeneidade e fragmentação dos produtores agrícolas e florestais (e.g. grande número de produtores de pequena dimensão com baixa capacidade de investimento/financiamento; baixa organização da produção; envelhecimento e baixa qualificação da mão-de-obra; pouca cooperação entre os vários intervenientes da cadeia de valor; baixa transferência de inovação para a produção), falta de informação sobre as disponibilidades e localização de biomassa agrícola/florestal, complexidade do enquadramento legal, apoios públicos pouco direcionados para o aproveitamento da biomassa, competição por biomassa para diferentes utilizações).

²¹ A partir do artigo: JOHN BELL (março de 2019); *A Bioeconomia Europeia*; Publicação Cultivar nº 15 “Bioeconomia”; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_15/revistaCULTIVAR15.pdf

“A concretização da visão 2030 passa por promover a maximização do valor associado à produção, processamento e utilização dos recursos biológicos, ao longo de toda a cadeia de valor e pelo maior tempo possível, antes de os enviar para a recuperação energética, enquanto se preserva e regenera o capital natural. As ações a empreender para promover a bioeconomia junto dos sectores de produção primária devem, assim, alicerçar-se nos seguintes **pilares**:

- *Proteção e reforço da biodiversidade*
- *Valorização dos recursos biológicos endógenos e redução da dependência de recursos não renováveis*
- *Gestão sustentável dos recursos biológicos, respeitando os limites ecológicos*
- *Prossecação do objetivo da neutralidade carbónica*
- *Capitalização das vantagens da digitalização para a bioeconomia e promoção de processos produtivos inovadores, inteligentes e competitivos*
- *Promoção do desenvolvimento do espaço rural*
- *Adoção do princípio da utilização da biomassa em cascata.*

O Plano de ação para 2030 integra cinco eixos estratégicos de ação (Informação, Regulamentação, Investigação e Inovação, Mercado e 4C - Conhecimento, Cooperação, Capacitação e Concretização) que se articulam e reforçam com vista a concretizar a visão 2030.”

DIFICULDADE NA DESCLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS COM VISTA À SUA VALORIZAÇÃO ENQUANTO SUBPRODUTOS

“para um pleno aproveitamento deste potencial existem ainda diversos constrangimentos, custos de contexto e, nalguns casos, políticas divergentes ou pouco incentivadoras para este modelo bioeconómico circular”, nomeadamente ao nível da **madeira nos resíduos urbanos** uma “complexidade excessiva nos processos de desclassificação como resíduo cria custos de contexto desnecessários, desincentivando uma gestão otimizada e a valorização plena dos resíduos; reduzida ação de reutilização e reciclagem; preferência pela valorização energética de resíduos urbanos por incineração que desincentiva uma economia circular para os resíduos de madeira e a utilização em cascata otimizada de madeira como recomendado pela Comissão Europeia”.²²

A Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 aprovada recentemente pelo Governo que pretende dar uma orientação e contributo decisivo para uma futura Agricultura moderna e inovadora e para dar resposta aos grandes desafios que Portugal enfrentará nos próximos 10

²² A partir do artigo: NUNO CALADO (março de 2019); *Bioeconomia sustentável e circular: a reciclagem de madeira na Sonae Arauco*; Publicação Cultivar nº 15 “Bioeconomia”; disponível em: https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_15/revistaCULTIVAR15.pdf

anos em matéria de agricultura e alimentação, tem como preocupações a saúde e o bem-estar da sociedade, a valorização dos seus recursos endógenos tendo em conta as especificidades de todo o território nacional e das diferentes tipologias de agricultores, desde a pequena agricultura familiar à agricultura empresarial, apresentando várias iniciativas emblemáticas nas quais se incluem:

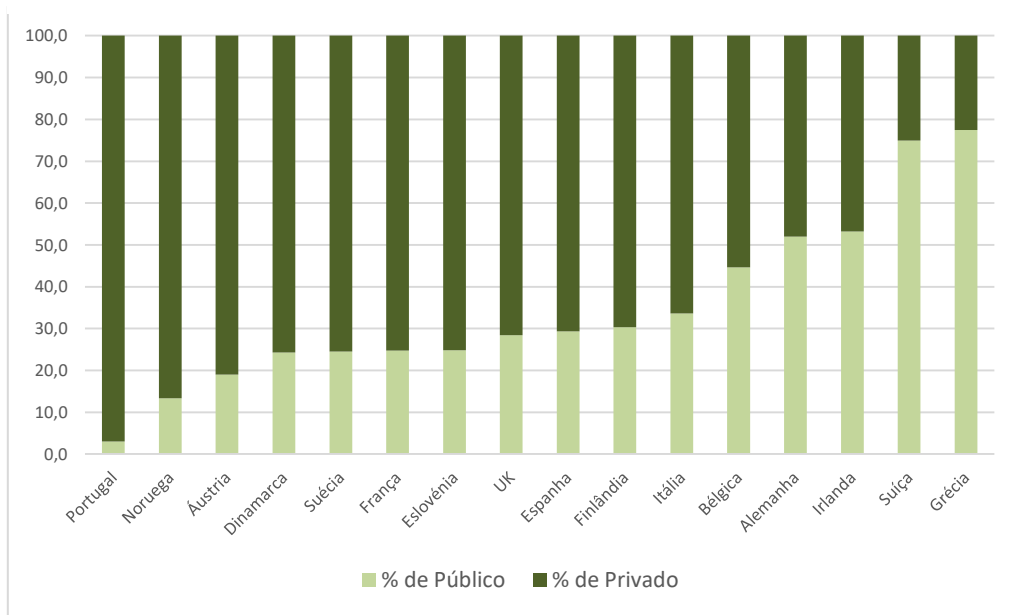
- Iniciativa Agricultura circular – A transição para uma agricultura circular e mais sustentável impõe uma gestão otimizada dos recursos no sistema alimentar, numa abordagem circular dos sistemas de produção vegetal e animal, potenciando a cascata de valor. A iniciativa Agricultura circular promoverá soluções integradas de tratamento dos efluentes pecuários associadas à produção de biogás, a implementação de biorrefinarias e pequenas centrais de biomassa sem competição com a cadeia alimentar e desenvolverá o aproveitamento dos subprodutos agrícolas, pecuários e agroindustriais, de forma integrada e sustentável do ponto de vista económico e ambiental.
- A iniciativa Transição Agro energética - visa promover a adoção de energias limpas como a fotovoltaica, a eólica ou a biomassa na produção agroalimentar, numa base descentralizada e através do autoconsumo de energias renováveis ou do estabelecimento de Comunidades de Energia Renovável, contribuindo para a descarbonização, para o investimento em energias renováveis provenientes de recursos locais, aumentar a eficiência energética e para a diminuição dos custos de contexto junto dos agentes que integram as cadeias de valor.

VI SILVICULTURA SUSTENTÁVEL

VI1 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA SILVICULTURA (CONTINENTE/MADEIRA/AÇORES)

A Floresta em Portugal, ao contrário da grande maioria dos Países do Mundo e da UE, é principalmente privada, apenas cerca de 2% da superfície florestal total pertence ao domínio privado do Estado.

GRÁFICO 33: PERCENTAGEM DE FLORESTA PÚBLICA E PRIVADA

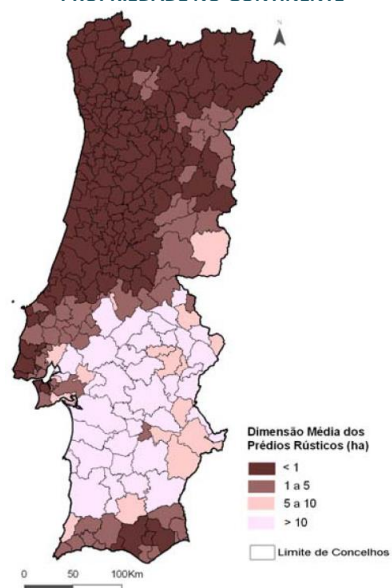


Fonte: TBFRA, 2015-FAO

A restante superfície florestal é privada, na sua grande maioria pertencente a pequenos proprietários de cariz familiar, apenas 6,5% da superfície florestal do Continente é pertencente a empresas industriais e em relação aos baldios com uso florestal, eles ocupam aproximadamente 14% da área florestal, estando organizados em 115 Perímetros Florestais distribuídos, sobretudo, pelas serras do Norte e Centro do País.

A dimensão da propriedade, em particular dos proprietários privados de cariz familiar, e a fragmentação das mesmas a que se associa a ausência de cadastro de propriedade em especial a Norte do Tejo, são um dos fatores limitantes a muitas das dinâmicas necessárias no sector.

FIGURA 16 – CLASSES DE DIMENSÃO DA PROPRIEDADE NO CONTINENTE



Fonte: Estratégia Nacional para as Florestas (ENF).

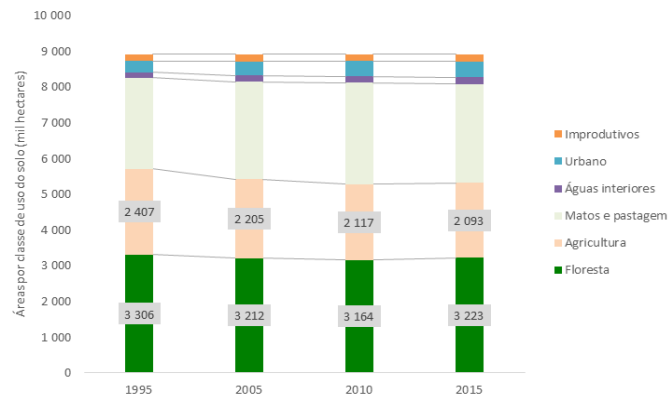
NO CONTINENTE REGISTA-SE UMA TENDÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE FLORESTA E DE AUMENTO DOS MATOS

No continente, a floresta²³ ocupava em 2015 aproximadamente 3,22 milhões de hectares, verificando-se uma inversão da tendência de diminuição da sua área, registando-se um aumento de 59 mil ha (+1,9%) face a 2010 e de 7 mil ha face a 2005 (+0,3 %).

²³ “Floresta” – Terrenos, com mais de 20 m de largura e área igual ou superior a 0.5 ha ocupados com povoamentos florestais, áreas áridas de floresta, áreas de corte raso ou outras formações lenhosas. “Povoamento Florestal” – Extensões de terreno com um mínimo de 0.5 ha e largura não inferior a 20m ocupadas com árvores florestais, que pelas suas características ou forma de exploração, tenham atingido, ou venham a atingir porte arbóreo (altura superior a 5m) e uma percentagem de coberto de no mínimo de 10%. Inclui : os povoamentos jovens (de regeneração natural, sementeira ou plantação), que no futuro atingirão uma densidade de pelo menos 10% de coberto e uma altura superior a 5m ; os pomares de sementes e os viveiros florestais; os quebra-ventos e as cortinas de abrigo, desde que respeitem os critérios estabelecidos pelo uso florestal.

Nota: Nos termos da Política Agrícola Comum existem espaços florestais identificados no IFN que poderão ser também ser classificados como espaço agrícola.

GRÁFICO 34: – EVOLUÇÃO DOS USOS DO SOLO (1995-2015)

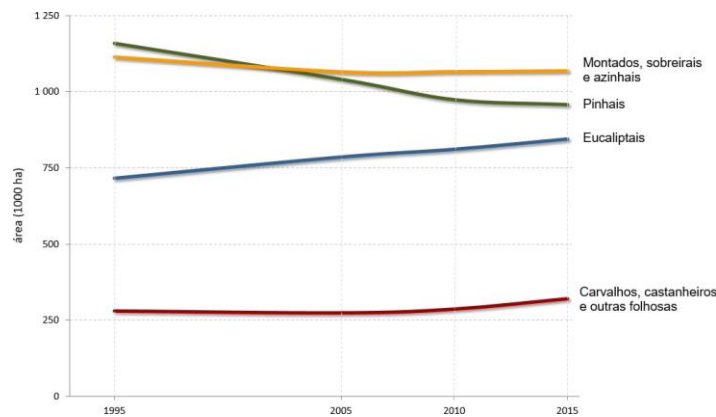


Ano de referência	Floresta	Agricultura	Matos e pastagem	Águas interiores	Urbano	Improdutivos
1995	3306	2407	2540	152	316	190
2005	3212	2205	2721	178	399	196
2010	3164	2117	2832	184	427	185
2015	3223	2093	2767	193	442	192
Taxa var. 2005-2015	0,3%	-5,1%	1,7%	8,4%	10,8%	-2,0%
Taxa var. 2010-2015	1,9%	-1,1%	-2,3%	4,9%	3,5%	3,8%

Fonte: ICNF, IFN6

Os matos e as pastagens representam a segunda categoria mais expressiva de uso do solo (31%), verificando-se no caso dos matos um aumento contínuo da sua área desde 1995. Pese embora se registre uma diminuição da representatividade da classe matos e pastagens de 2010 a 2015 (-2,3%), verifica-se que a área de matos aumentou 42 mil hectares em relação a 2010.

GRÁFICO 35: PRINCIPAIS FORMAÇÕES FLORESTAIS (1995-2015)



Fonte: ICNF, IFN6

Em termos de estruturais a floresta é dominada por “montados”, sobreirais e azinhais, ocupando as mesmas, no seu conjunto, cerca de 1,1 milhão de hectares seguidos dos pinhais com cerca de 1 milhão de hectares e dos eucaliptais com cerca de 844 mil hectares.

A evolução da representatividade das formações florestais aponta para uma diminuição expressiva da área de pinhais, resultante da redução da área de pinheiro-bravo, uma vez que se registou entre 2005 e 2015 um significativo aumento da área de pinheiro-manso (+21 mil ha) enquanto o Pinheiro Bravo viu reduzir a sua área (-85 mil ha) ²⁴.

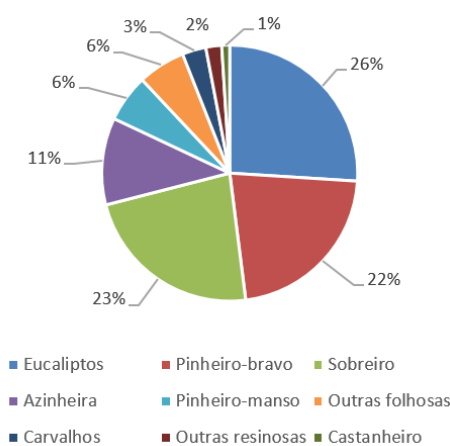
O sobreiro no mesmo período também viu reduzir a sua área em 11 mil ha ²⁵. No continente e relativamente aos eucaliptos foi verificado no período entre 2005 e 2015 um acréscimo de 59.000 hectares de área ocupada.

QUADRO 13: EVOLUÇÃO DA ÁREA OCUPADA PELAS PRINCIPAIS ESPÉCIES FLORESTAIS NO CONTINENTE

Espécie	1995	2005	2010	2015		Δ[2005-2015] (mil ha)
	(mil ha)	(mil ha)	(mil ha)	(mil ha)	Erro%	
Pinheiro-bravo	978	798	719	713	± 1,1	-85
Eucaliptos	717	786	811	845	± 1,0	+59
Sobreiro	747	731	717	720	± 1,1	-11
Azinhreira	367	336	349	349	± 1,6	+14
Carvalhos	92	66	67	82	± 3,4	+15
Pinheiro-manso	120	173	185	194	± 2,2	+21
Castanheiro	33	38	43	48	± 4,4	+10
Alfarrobeira	12	12	12	16	± 7,6	+4
Acácias	3	5	6	8	± 10,6	+4
Outras folhosas	155	170	176	190	± 2,2	+21
Outras resinosas	61	74	71	52	± 4,3	-21
STD s/espécie identificada	21	28	8	6	± 13,0	-22
Total: floresta	3 306	3 216	3 164	3 224	± 0,4	+8

Fonte: ICNF, IFN6

GRÁFICO 36: ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS CONTINENTE (%)



Fonte: ICNF, IFN6

²⁴ As razões apontadas para a diminuição da área de pinheiro-bravo prendem-se com a ocorrência de incêndios e pragas, sendo a mais expressiva o nemátodo da madeira do pinheiro. Os dados apresentados ainda não expressam o impacto dos incêndios de 2017 e 2018, em muitas áreas de fogo recorrente o pinheiro bravo perdeu a capacidade de se autorregenerar.

²⁵ Neste caso a redução de área resulta principalmente do declínio do montado, principalmente por razões sanitárias e falta de regeneração, o que origina que mantendo uma estrutura de montado com baixa densidade não cumpre contudo os requisitos de conceito de povoamento da FAO (10% de coberto).

As folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras) são a formação florestal menos representativa em área ocupada, embora se registre um aumento sistemático ao longo dos últimos 20 anos, sendo esta mais significativa no período entre os dois últimos inventários (2005 e 2015) (+46 mil ha; +17%).

Considerando as espécies florestais de forma isolada verifica-se que os eucaliptos são a espécie florestal mais representativa (26%) seguido do sobreiro (23%) e do pinheiro-bravo (22%).

A área ocupada por espécies resinosas corresponde a 30% da floresta portuguesa, sendo a restante (70%) ocupada por espécies folhosas.

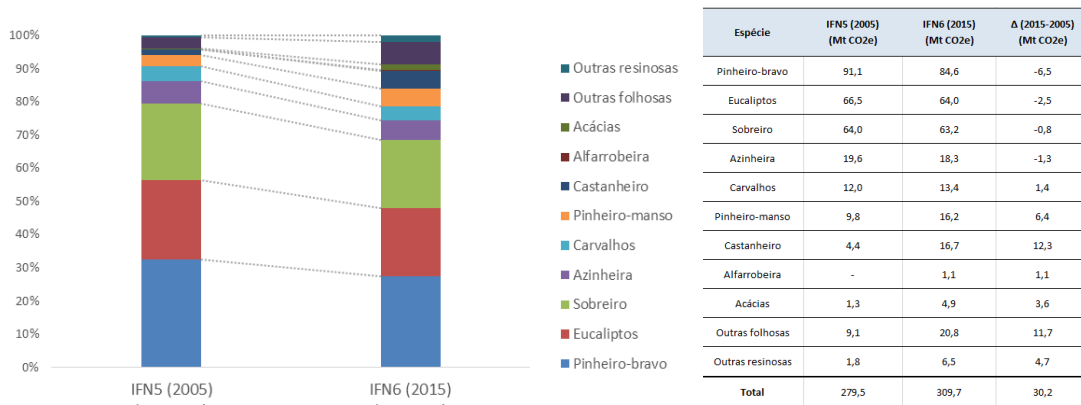
Tendo em conta as indústrias a jusante há a destacar a existência de fileiras florestais dinâmicas e integradoras de muito elevado nível de tecnologia industrial.

Quanto aos valores registados de carbono total armazenado verifica-se que as áreas de pinheiro-bravo, eucaliptos e sobreiros representam aproximadamente 68% do valor acumulado de carbono, tendo-se registado a um incremento de 10% neste indicador, no período compreendido entre 2005 e 2015.

De destacar o decréscimo de carbono armazenado registado no período de 2005 a 2015 no pinheiro-bravo e eucaliptos, -7,14% e -3,7%, respetivamente, resultado das perdas de área de povoamentos decorrente dos incêndios (não estando contabilizado os dados referentes a 2017 e 2018). Pela positiva há a destacar o incremento de carbono registado nos carvalhos, pinheiro-manso e castanheiro.

Ao nível do carbono armazenado nas árvores vivas em espaços florestais, verifica-se um aumento dos valores, resultante da alteração da composição específica da floresta, e parcialmente da melhoria dos métodos de avaliação. As estimativas de carbono armazenado em outros reservatórios na floresta, nomeadamente, sob-coberto, madeira morta e folhada, o que é diferente da taxa anual de fixação de carbono por espécie.

GRÁFICO 37: CARBONO TOTAL ARMAZENADO NAS ÁRVORES, POR ESPÉCIE FLORESTAL (% E VALOR) NO CONTINENTE



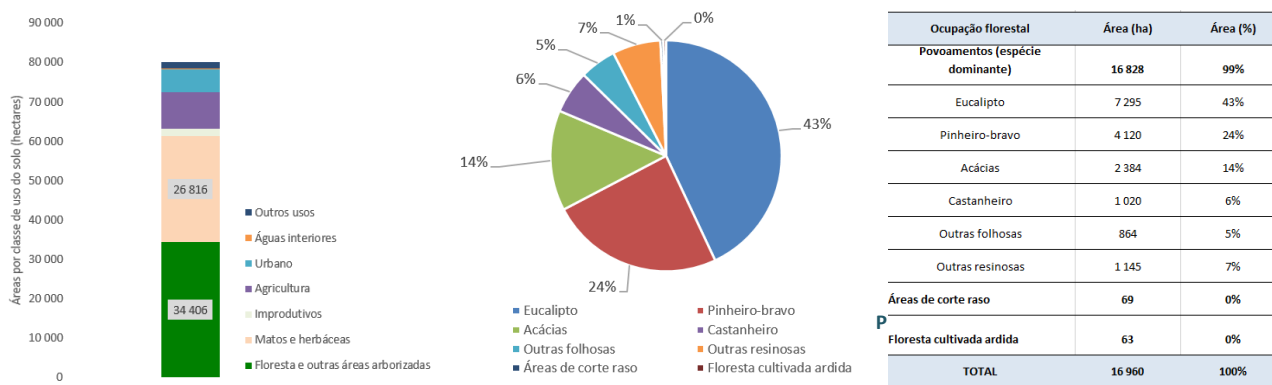
Fonte: ICNF, IFN6

NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PREDOMINAM AS ÁREAS OCUPADAS POR FLORESTA E OUTRAS ZONAS ARBORIZADAS

Na RA da Madeira a área ocupada por floresta e outras áreas arborizadas atinge 34 406 hectares (43% do total da superfície), seguindo-se os matos e herbáceas (33%) e as superfícies agrícolas (12%), conforme se constata na figura.

As florestas naturais e outras áreas arborizadas representam 51% da superfície florestal (17.446 ha) e a floresta cultivada o remanescente (49% da superfície cultivada e 16.961 ha). Na classe de floresta cultivada²⁶ existe um predomínio da utilização de eucalipto e de pinheiro-bravo que, no seu conjunto, totalizam 67% da sua área total, 43% e 24%, respetivamente.

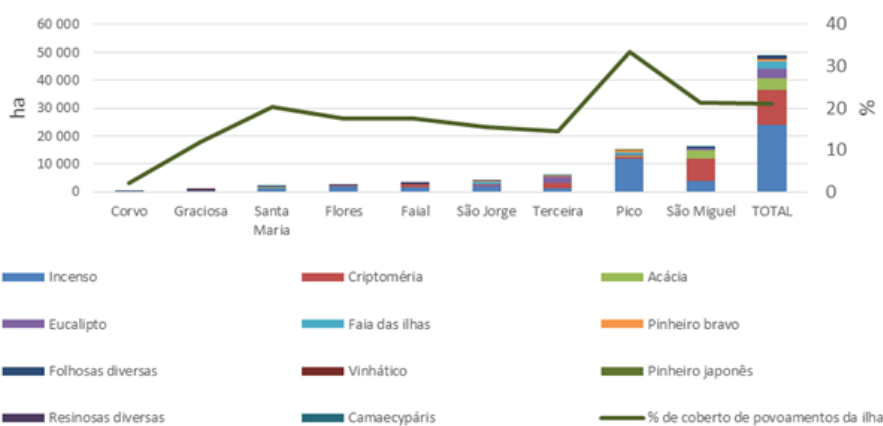
GRÁFICO 38: USOS DO SOLO (ESQ.) E ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS DA RA MADEIRA (% E HA) (CENTRO E DTA.)



Fonte: SRA (IF RAM, 2015)

²⁶ “Floresta cultivada” na RAM - Floresta composta por árvores florestais cultivadas, introduzidas pelo Homem, diretamente por plantação ou sementeira, ou por natural a partir de outras árvores florestais cultivadas. Inclui: povoamentos florestais e as áreas temporariamente desarborizadas de cortes rasos ou áreas ardidas (de floresta cultivada)

GRÁFICO 39: ÁREAS DAS ESPÉCIES FLORESTAIS NA RAA E % DE ARBORIZAÇÃO DAS ILHAS



Fonte: DRRF (IF RAA 2007)

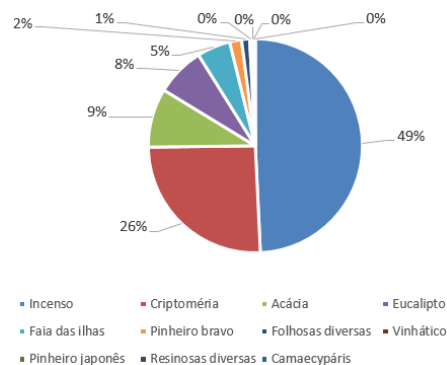
Os espaços florestais ocupam na RA dos Açores cerca de 48 504 hectares, destacando-se as ilhas de S. Miguel e do Pico, representando as mesmas 63% da superfície ocupada por espaços florestais ²⁷.

De referir que nestas duas ilhas, pese embora a área ocupada por espaços florestais seja idêntica na ilha de S. Miguel predomina a criptoméria (50%) e no Pico predomina o incenso (78%).

Em termos de representatividade por espécies verifica-se, para a globalidade das ilhas, uma predominância do incenso (49%), seguido da criptoméria (26%) e da acácia (9%) conforme se destaca na figura.

GRÁFICO 40: OCUPAÇÃO FLORESTAL (HA) (ESQUERDA) E REPRESENTATIVIDADE DAS ESPÉCIES FLORESTAIS DA RA AÇORES (%) (DIREITA)

Ocupação florestal	Corvo	Graciosa	Santa Maria	Flores	Faial	São Jorge	Terceira	Pico	São Miguel	TOTAL
Incenso	29	342	1173	1812	1757	2 021	1 348	11 705	3 701	23 888
Criptoméria	2	63	204	548	667	761	1 563	824	8 124	12 395
Acácia		3	303	75		325	174	508	2 929	4 322
Eucalipto		112	156	4		100	2 379	153	678	3 582
Faia das ilhas	1			44	141	1 035	29	956	236	2 442
Pinheiro bravo		3	83		4	20	104	658	2	874
Folhosas diversas	5		37	11	239	8	48	5	233	588
Vinhático		140	0		20				2	162
Pinheiro japonês			0					116	8	125
Resinosas diversas		59	0		5		19		24	106
Camaecypáris			1				6		15	21
Σ Espaços florestais	36,1	727,0	1 956,9	2 493,4	3 032,6	3 691,0	5 690,8	14 924,8	15 951,2	48 503,8
Espaços naturais e semi-naturais	13,2	262,7	346,7	4 456,2	737,9	4 200,4	3 773,6	4 241,8	4 927,1	22 959,6
Inclutos	3,8	24,2	314,9	159,4	341,3	75,7	691,9	16,5	1 577,7	3 205,4



Fonte: DRRF (IF RAA, 2007)

²⁷ O conceito de espaço florestal na RAA é igual ao conceito de floresta no continente excluindo as áreas de coberto florestal relativo às áreas dos parques e jardins, destinado ao recreio e os viveiros florestais.

301.PTC	VOLUMES POR ESPÉCIE				
Espécie	Volume em crescimento		Volume de mortas	Volume existente	
	Mm ³	Erro%	Mm ³	Mm ³	Erro%
Portugal continental	172,60	± 3,2	3,07	175,67	± 3,2
Pinheiro-bravo	66,52	± 5,6	1,54	68,06	± 5,6
Eucaliptos	43,31	± 6,2	0,47	43,78	± 6,1
Sobreiro	25,37	± 5,1	0,39	25,76	± 5,0
Azinhaira	6,97	± 6,2	0,11	7,08	± 6,1
Carvalhos	5,73	± 8,3	0,05	5,78	± 8,3
Pinheiro-manso	5,22	± 12,7	0,03	5,25	± 12,6
Castanheiro	2,96	± 36,4	0,26	3,22	± 33,3
Alfarrobeira	0,20	± 34,2	0,00	0,20	± 34,1
Acácias	1,98	± 6,3	0,09	2,07	± 6,1
Outras folhosas	9,01	± 23,3	0,07	9,08	± 23,3
Outras resinosas	5,33	± 18,4	0,06	5,39	± 18,3
Região Autónoma dos Açores	8,93	-	-	-	-
Pinheiro-bravo	0,16	-	-	-	-
Eucalipto	0,90	-	-	-	-
Incenso	1,40	-	-	-	-
Criptoméria	6,47	-	-	-	-
Região Autónoma da Madeira	2,97	-	0,39	3,36	-
Pinheiro-bravo	0,72	-	0,32	1,03	-
Eucaliptos	1,35	-	0,04	1,39	-
Castanheiros	0,14	-	0,00	0,14	-
Acácias	0,28	-	0,00	0,28	-
Outras folhosas	0,17	-	0,01	0,18	-
Outras resinosas	0,32	-	0,02	0,34	-

Fonte: 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6), ICNF

316.PTC	VOLUMES E BIOMASSA AFETADOS PELOS INCÊNDIOS 2016-2018			
Espécie	Volume em crescimento [2015]	Volume afetado [2016-2018]	Biomassa arbórea [2015]	Biomassa afetada [2016-2018]
	Mm ³		Gg	
Pinheiro-bravo	66,5	15,2	45,0	10,3
Eucaliptos	43,3	8,9	34,7	7,1
Sobreiro	25,4	0,5	34,3	0,7
Azinhaira	7,0	0,0	9,8	0,0
Carvalhos	5,7	0,3	7,2	0,3
Pinheiro-manso	5,2	0,3	9,3	0,4
Castanheiro	3,0	0,1	8,3	0,2
Alfarrobeira	0,2	-	0,6	-
Acácias	2,0	0,3	2,6	0,3
Outras folhosas	9,0	0,8	11,3	1,0
Outras resinosas	5,3	0,5	3,6	0,3
total: floresta	172,6	26,9	166,7	20,5

Fonte: 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6), ICNF

QUADRO 15 TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA FLORESTA

412.PTC	PERCENTAGEM DOS POVOAMENTOS COM SINAIS DE INTERVENÇÕES SILVÍCOLAS RECENTES							
	Espécie	Desbaste	Seleção de varas	Desramação ou Podão	Tiragem de cortiça	Adensamento	Resinagem	Mobilização do solo
Pinheiro-bravo	8%	1%	3%	2%	1%	2%	2%	8%
Eucalipto	8%	5%	1%	1%	1%	1%	4%	12%
Sobreiro	2%	1%	10%	29%	2%	0%	7%	15%
Azinhreira	2%	0%	8%	5%	1%	0%	6%	8%
Carvalhos	3%	1%	2%	1%	0%	0%	2%	7%
Pinheiro-manso	9%	1%	17%	11%	1%	1%	8%	16%
Castanheiro	3%	1%	6%	1%	1%	0%	15%	9%
Alfarrobeira	5%	0%	7%	0%	0%	0%	16%	30%
Acácias	5%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	7%
Outras folhosas	4%	0%	1%	2%	0%	0%	3%	4%
Outras resinosas	2%	1%	9%	2%	0%	1%	7%	3%

Fonte: 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6), ICNF

QUADRO 16 COBERTURA ARBÓREA

202.PTC	ÁREAS DE POVOAMENTOS POR CLASSE DE PERCENTAGEM DE COBERTO ARBÓREO				
	Espécie	Composição	Juvenis (sem % coberto)	Floresta esparsa (10-30%)	Floresta aberta (30-50%)
mil ha					
Pinheiro-bravo	puro	4,7	57,1	100,3	345,1
	misto dominante	0,2	8,0	20,0	79,1
	misto dominado	0,1	8,5	17,0	60,1
Eucaliptos	puro	20,6	88,1	159,3	420,7
	misto dominante	0,4	4,8	14,4	58,5
	misto dominado	0,2	2,9	8,9	40,5
Sobreiro	puro	14,7	331,7	243,7	68,0
	misto dominante	0,8	21,4	18,9	5,9
	misto dominado	0,5	16,8	14,5	6,7
Azinhreira	puro	0,5	233,9	84,9	9,3
	misto dominante	0,1	6,9	4,9	1,5
	misto dominado	0,7	7,8	5,5	1,7
Carvalhos	puro	0,3	6,1	9,9	33,9
	misto dominante	0,0	1,2	4,1	21,3
	misto dominado	0,1	0,9	2,6	10,4
Pinheiro-manso	puro	2,9	83,1	47,3	26,6
	misto dominante	0,3	12,0	11,1	5,8
	misto dominado	0,1	10,9	10,9	4,4
Castanheiro	puro	4,9	7,3	13,9	17,3
	misto dominante	0,1	0,4	0,9	1,9
	misto dominado	0,0	0,3	0,7	1,9
Alfarrobeira	puro	0,1	13,6	0,9	0,1
	misto dominante	0,0	1,5	0,2	0,0
	misto dominado				
Acácias	puro	0,0	0,0	0,2	4,6
	misto dominante	0,0	0,1	0,3	2,8
	misto dominado	0,1	0,1	0,9	7,2
Outras folhosas	puro	0,7	20,1	26,3	88,9
	misto dominante	0,0	2,5	7,8	32,5
	misto dominado	0,1	9,8	18,1	69,0
Outras resinosas	puro	1,1	6,9	8,1	19,7
	misto dominante	0,0	1,0	1,7	4,9
	misto dominado	0,1	1,5	5,2	12,1

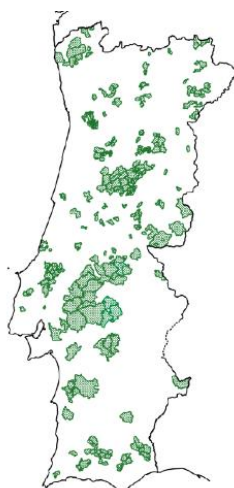
Fonte: 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6), ICNF

VIZ ORDENAMENTO FLORESTAL

O sistema de estratégia e planeamento florestal assenta na Lei de Bases da Política Florestal e tem como linha de orientação a Estratégia Nacional para as Florestas. Desenvolve-se regionalmente através dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF, 7 no Continente e 1 na RAM) e ao nível local executa-se através dos planos de gestão florestal (PGF, cerca de 3000 no total) nas áreas públicas e comunitárias, nas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e nas propriedades de maior dimensão.

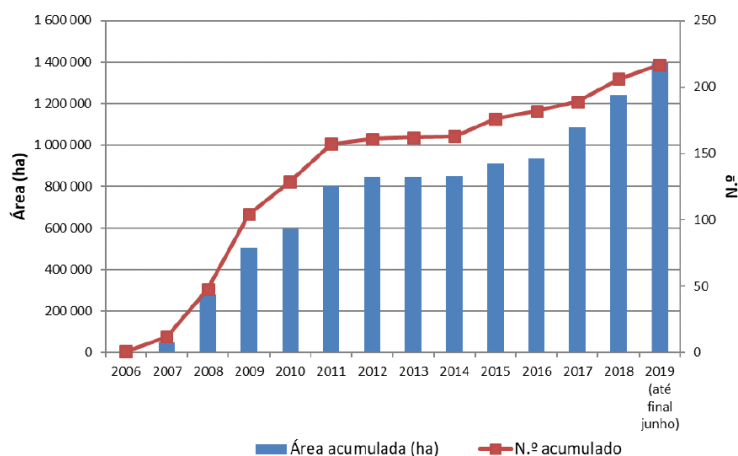
No final do primeiro semestre de 2019 encontravam-se constituídas 217 ZIF correspondendo a uma área sob gestão conjunta de 1,39 Mha, sendo geridas por 80 entidades gestoras distintas e englobando cerca de 25.000 aderentes.

**FIGURA 17– ZIF CONSTITUÍDAS
(JUNHO DE 2019)**



Fonte: ICNF, 2019

**GRÁFICO 41: EVOLUÇÃO DAS ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL (ZIF)
2006 A 2019**



Fonte: ICNF, 2019

A Estratégia Nacional para as Florestas é a referência das orientações e planos de ação Públicos e privados para o desenvolvimento do setor florestal nas próximas décadas. Tem como visão prosseguir uma dinamização da floresta vital, produtiva e multifuncional, que contribua efetivamente para o desenvolvimento sustentável, assegurando o bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico, estabelecendo os seguintes objetivos estratégicos: Minimização dos riscos de incêndios e de agentes bióticos nocivos; Especialização do território; Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; Internacionalização e aumento do valor dos produtos; Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Destaque para a recente legislação setorial que desenvolveu o enquadramento que vem permitir uma maior intervenção na gestão e ordenamento no espaço florestal.

No Continente, os ecossistemas com maior produtividade primária líquida concentram-se, essencialmente, nas regiões de influência atlântica do litoral e nas maiores altitudes, onde existe um maior potencial para produção lenhosa. Nas regiões do sul e interior ocorrem frequentemente sistemas agroflorestais (montados), adaptados a condições climáticas mais desfavoráveis ao crescimento arbóreo, mas produtores de bens de elevado valor (cortiça, frutos, etc.), em modelo de uso múltiplo. Nas áreas costeiras concentram-se as poucas áreas florestais do domínio privado do Estado (as matas nacionais) que, com as matas autárquicas, constituem um espaço privilegiado para a fruição das populações e valorização paisagística, vocacionando o território para as atividades de recreio e lazer. Todavia, essas áreas são alvo de pressão para a sua desafetação ao uso florestal, pelo que a sua superfície, o seu interesse para a qualificação da paisagem e a oferta de oportunidades de recreio e lazer têm vindo a diminuir.

Procura-se, igualmente, uma política florestal mais adaptada às alterações climáticas, destacando-se como principais impactes potenciais para o setor, o aumento dos riscos bióticos e abióticos, variações na distribuição potencial das principais espécies e alterações na produtividade potencial lenhosa.

Do ponto de vista territorial, a ENF tem como objetivos (no horizonte 2030) a manutenção ou ligeiro aumento da superfície arborizada (até 3,5 milhões de hectares), mantendo a diversidade na ocupação florestal do território.

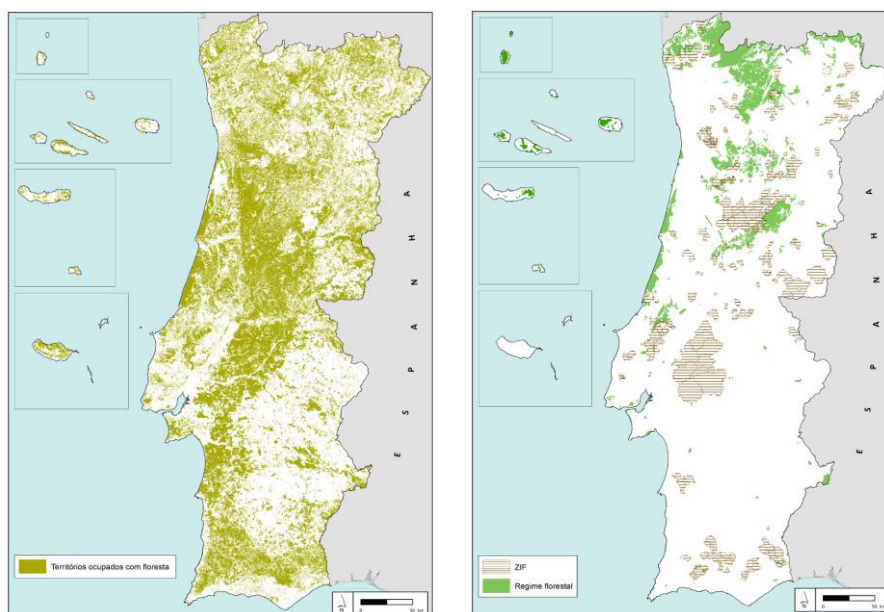
Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) revistos recentemente representam um instrumento de política essencial tendo em conta nomeadamente a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Florestal, a aplicação das Normas de Intervenção nos Espaços Florestais e o cumprimento dos limites de área.

Os Planos de Gestão Florestal (PGF), atualmente em vigor, abrangem uma área superior a 1,7 milhões de hectares (18% da área do Continente e 29% da área de floresta). Relativamente ao total nacional ocupado pelas espécies florestais, encontra-se abrangida por PGF cerca de 43 % da área de pinheiro-manso, 34 % da área de eucalipto, 34 % da área de sobreiro e 23 % da área de pinheiro-bravo.

As áreas sujeitas a Regime Florestal ocupam 6% do território do continente, contribuindo para a valorização ambiental e a conservação dos recursos naturais, reforçando e complementando

as funções da Rede Fundamental de Conservação da Natureza. Inserem-se neste regime cerca de 50 mil hectares de áreas do domínio privado do Estado, cerca de 30 mil hectares de matas pertencentes a autarquias e cerca de 444 mil hectares de matas comunitárias. Estas áreas asseguram funções de proteção da orla costeira e de recreio nas matas do litoral, de proteção do regime hídrico nas cabeceiras das bacias hidrográficas, de conservação do solo e da água nas zonas suscetíveis à desertificação, ou de conservação da biodiversidade nas áreas da Rede Natura 2000.

FIGURA 18: TERRITÓRIOS OCUPADOS COM FLORESTA E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS SUJEITAS A REGIME FLORESTAL E INTEGRADOS EM ZIF



Fonte: PNPOT, 2018

Portugal tem das menores percentagens, a nível mundial, de áreas florestais públicas, do domínio do Estado e de outras entidades públicas. A floresta portuguesa é, assim, maioritariamente detida por proprietários privados (cerca de 92%), as autarquias e comunidades locais (baldios) detêm cerca de 6% e o Estado apenas 2%. As matas públicas pertencentes ao Estado, às autarquias locais e os terrenos com gestão pública, terrenos comunitários (baldios) submetidos ao Regime Florestal, constituem uma reserva de permanência, no muito longo prazo, dos povoamentos florestais mais valiosos, onde são aplicadas normas especiais de gestão silvícola para o uso racional e sustentável dos recursos florestais (madeira, águas, solo, fauna e flora, caça) pelas comunidades. A manutenção destes espaços é uma prioridade no âmbito da Política Florestal, estando também consagrada na Lei de Bases da Política Florestal a orientação de ampliação do património florestal público.

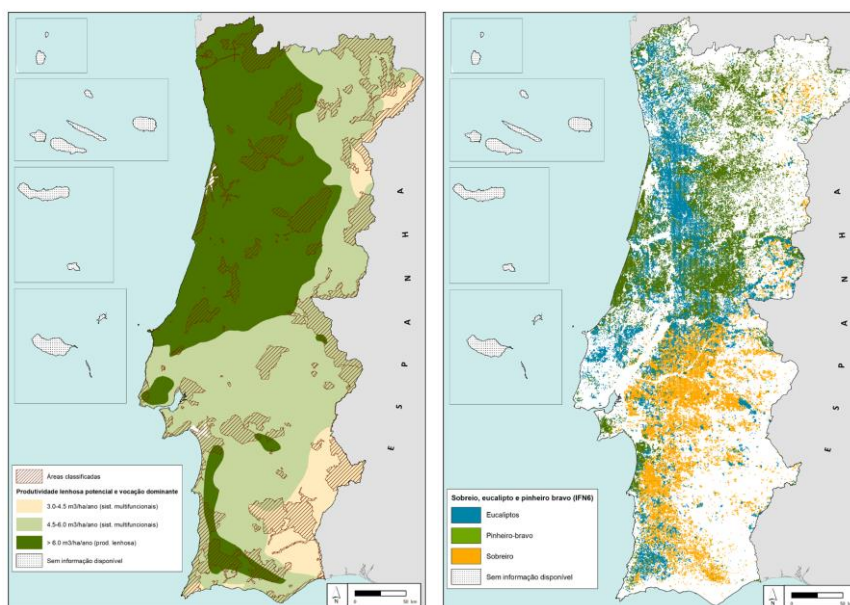
Do ponto de vista florestal, o território continental português poderá ser especializado em dois tipos de áreas, com base no conceito de vocação dominante: uma área de produção lenhosa e uma área de gestão multifuncional. Observa-se a maior concentração de pinheiro-bravo e eucalipto na área de produção lenhosa e do sobreiro na área multifuncional. De importância fulcral para a economia nacional é a produção, por esta espécie, de cortiça – classificada como outro produto não lenhoso nos valores de uso direto. Ressalva-se a natureza indicativa desta abordagem, não devendo, por essa razão, ser entendida de forma rígida e estanque uma vez que não considera pressupostos próprios de escalas de planeamento regionais e locais.

A área de produção lenhosa corresponde ao território onde se preconiza como função dominante a produção lenhosa, devendo o seu objetivo prioritário ser o aumento da competitividade por via de uma silvicultura adequada ao incremento da produtividade lenhosa pela utilização das tecnologias e pelo acesso a recursos edáficos que permitam expressar melhor aquele potencial de produção. Neste âmbito destaque para a existência de povoamentos envelhecidos e decrépitos de eucalipto com menor capacidade produtiva e um menor rendimento das explorações florestais que deveriam ser substituídos para garantir o normal funcionamento da fileira associada que no caso do eucalipto o inventário florestal (IFN6) estima corresponder a mais de 160 mil ha.

A gestão ativa destas áreas terá obviamente de respeitar as condicionantes ambientais.

Outras espécies resinosas e as folhosas produtoras de madeiras nobres assumem, igualmente, grande importância estratégica. A maior produtividade lenhosa faz com que também lhe deva estar associada a função de sequestro de carbono.

FIGURA 19: MACROZONAGEM DAS FUNÇÕES DOMINANTES DO ESPAÇO FLORESTAL ESTABELECIDAS EM FUNÇÃO DAS PRODUTIVIDADES POTENCIAIS LENHOSAS E DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO CONTINENTAL DAS TRÊS ESPÉCIES FLORESTAIS – PINHEIRO BRAVO, EUCALIPTO E SOBREIRO – QUE ESTÃO INTEGRADAS EM FILEIRAS FLORESTAIS, EM PORTUGAL CONTINENTAL



Fonte: PNPOT, 2018

A área de gestão multifuncional corresponde a zonas de produtividade potencial lenhosa baixa, preconizando-se, por essa razão, uma lógica de multifuncionalidade do espaço florestal, potenciando, em complementaridade e de acordo com a especificidade local, os valores de uso direto os outros produtos não lenhosos, com destaque para a cortiça, a resina, e os frutos, nomeadamente a produção de pinhão, de castanha, de medronho e de alfarroba, mas também de pastagem, de caça e de recreio. Nos valores de uso indireto, deverá ser dedicada especial atenção, em particular nas zonas de grande suscetibilidade à desertificação, à proteção dos solos e do regime hídrico. A multifuncionalidade é, por tradição, uma prática cultural enraizada nos sistemas de exploração da terra, criando condições para a preservação da paisagem e da biodiversidade. Exemplos dessa prática são as explorações agroflorestais associadas aos montados de sobreiro e azinho no sul e aos soutos no norte. Neste âmbito há que destacar a possibilidade futura e o potencial da implementação de políticas ligadas ao pagamento de serviços de ecossistemas, como poderá ser o caso do montado multifuncional.

Ainda que transversal à floresta e à agricultura, a caça constitui um dos recursos associados aos espaços silvestres com maior relevância, dada a expressão dos aderentes à atividade (cerca de 120 000 caçadores praticam anualmente o ato venatório), e o seu impacto nas economias locais, em particular nas regiões mais deprimidas. Em termos de ordenamento cinegético, o território

encontra-se praticamente todo incluído em zonas de caça (ZC), em particular dos tipos municipal (37% da área total ocupada por ZC) e associativo (44% da área total ocupada por ZC), ambas geridas, maioritariamente, por associações de caçadores, exclusivamente para os seus associados e convidados, no caso das ZC do tipo associativo, ou não exclusivamente, como no caso das ZC do tipo municipal. As zonas de caça de interesse turístico, que representam cerca de 18% da área ocupada por ZC, encontram a sua maior expressão a sul do Tejo, estando particularmente associados às áreas de maior dimensão da propriedade rústica. Também as Matas e os Parques nacionais devem ser encarados como aproveitamento das florestas enquanto recursos turísticos nacionais muitas vezes associados a monumentos construídos.

A pesca nas águas interiores é praticada por cerca de 170 000 pescadores lúdicos e por 1 000 pescadores profissionais. A Estratégia Nacional para as Florestas, enquadra no objetivo específico “Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais”, a pesca nas águas interiores e estabelece como objetivo operacional “Aumentar o contributo (...) da pesca (...) no valor económico da floresta”. Também a Estratégia Nacional da lógica de multifuncionalidade do espaço florestal, pelo que será de atender às especificidades locais e, de forma complementar, dar o devido destaque aos produtos não lenhosos, sobressaindo a cortiça, a resina, e os frutos, nomeadamente a produção de pinhão, de castanha, de medronho, de alfarroba, de mel e de cogumelos silvestres, bem como a sua utilização para pastagem, caça e recreio.

ASSOCIATIVISMO FLORESTAL

As Organizações de Produtores Florestais (OPF) são e podem ser um elemento promotor de uma gestão florestal efetiva, quer pela prestação de serviços de proximidade e aconselhamento junto dos seus associados, promovendo as melhores técnicas e opções de gestão, quer assumindo diretamente a gestão dos espaços, como acontece em alguns casos, nomeadamente enquanto entidades gestoras de Zonas de Intervenção Florestal. Este papel que lhes está reservado vem expresso na já referida Lei de Bases da Política Florestal, que estabelece como um dos objetivos desta política “Promover a gestão do património florestal nacional, nomeadamente através do ordenamento das explorações florestais e da dinamização e apoio ao associativismo”. Neste âmbito destaque para a oportunidade de promover a gestão conjunta dos espaços florestais no minifúndio, designadamente através das ZIF.

Em 2009, através da Portaria n.º 118-A/2009, de 29 de janeiro, é criado um mecanismo de registo e reconhecimento das Organizações de Produtores Florestais (OPF) ²⁸, existindo atualmente 150 OPF registadas e reconhecidas, concentradas em mais de 80% nas regiões Norte e Centro. O mecanismo previsto obriga à renovação do registo de cinco em cinco anos, o que poderá justificar a redução do número de OPF, de 2013 a 2018.

As organizações de produtores florestais (OPF) são um elemento central na representação dos interesses dos proprietários e gestores florestais, desempenhando ainda um vasto leque de tarefas de aconselhamento e apoio aos proprietários e produtores florestais e de gestão florestal, de que se salienta a constituição e gestão de zonas de intervenção florestal (ZIF).

Sistema regulador do setor florestal continua a ser extremamente complexo com carga administrativa que se torna incompatível com a pequena dimensão criando grandes dificuldades aos pequenos produtores.

O número de organizações ligadas à atividade florestal tem vindo a registar nas últimas décadas (desde 1977) um considerável aumento, principalmente desde os últimos ciclos de apoios comunitários.

**QUADRO 17: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPFS
(1977 A 2018)**

Ano	1977	1998	2002	2004	2005	2010	2013	2018
Nº de OPF	16	67	130	141	163	168	177	150

Fonte: GPP, Publicação “Cultivar” nº 14

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

A certificação florestal contribui para uma gestão ativa da floresta na medida em que promove a transferência de informação e a aplicação do melhor conhecimento técnico disponível pelos principais destinatários – produtores florestais e empresas de exploração e comercialização de matérias-primas de origem florestal.

Em termos práticos, um produtor florestal assume o compromisso de gestão da sua área florestal, obrigando-se a cumprir com a legislação que lhe seja aplicável e o conjunto de boas práticas florestais, definidas para o território em que se insere e que integram critérios de sustentabilidade ambiental, económicos, éticos e sociais.

²⁸ O universo das OPF engloba organizações florestais, organizações agroflorestais e cooperativas florestais e agrícolas com secção florestal, sendo maioritariamente do tipo «municipal». A grande maioria das OPF registadas estão associadas a OPF de âmbito nacional ou regional.

O processo de certificação inicia-se sempre com a localização da propriedade e o levantamento das responsabilidades de gestão, ou seja, de um cadastro florestal simplificado. Consoante a dimensão, composição do povoamento e outras condições aplicáveis, o produtor florestal poderá assumir o compromisso mais simples, de aplicação das boas práticas florestais, ou complementar o seu compromisso com um plano de silvicultura simplificado, ou mesmo um Plano de Gestão Florestal obrigatório por lei. A formação e qualificação dos intervenientes na gestão é uma forte componente do processo de certificação, bem como a monitorização e controlo por parte da entidade gestora do certificado.

Dado que as boas práticas florestais são comuns a todos os produtores florestais aderentes à certificação, os benefícios da sua aplicação são alcançados pelo efeito de escala, que será tanto maior quanto mais vasto for o território abrangido pelo sistema de certificação.

Em Portugal, existem atualmente disponíveis dois Sistemas de Certificação Florestal, o Sistema PEFC – *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* e o Sistema FSC – *Forest Stewardship Council*. Sendo a certificação uma questão relevante para os mercados, muitas áreas estão certificadas em simultâneo pelos dois sistemas, pelo que para determinar a área total certificada não é possível somar as áreas de cada um dos sistemas implementados, cujos resultados atuais são os seguintes:

QUADRO 18: ÁREA CERTIFICADA EM PORTUGAL (2018)

	PEFC novembro de 2018	FSC agosto de 2018
Área certificada (ha)	268 813	414 064
Proprietários florestais (Nº)	1 633	33
Certificados Cadeia de Responsabilidade(CdR)	151	277
Sites CdR abrangidos	407	

Fonte: GPP, Publicação “Cultivar” nº 14

GESTÃO FLORESTAL

Os espaços florestais, à semelhança das zonas agrícolas em particular nas regiões do interior do país tem estado sujeitas ao processo de abandono, com todos os riscos daí inerentes, quer em perda de rendimento, quer em perdas de habitats e biodiversidade, com incremento do risco de incêndio e de outras vulnerabilidades onde se inclui também as de origem sanitária.

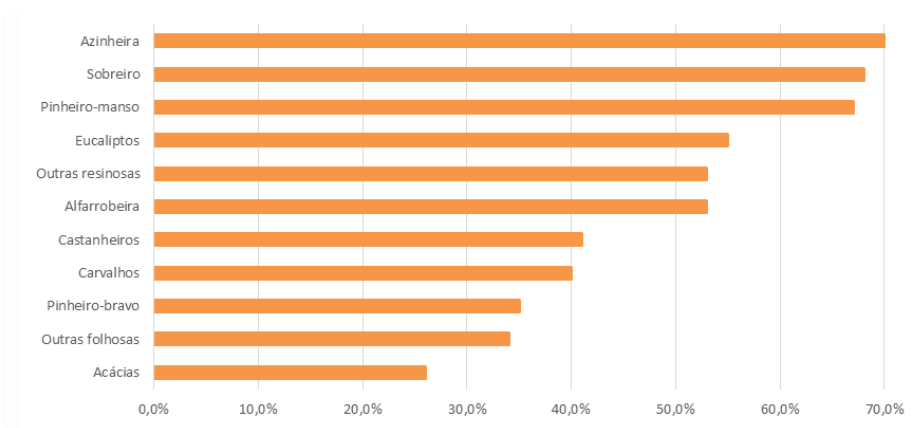
No processo de IFN6 os dados recolhidos no processo de parcelas de campo foram recolhidas informações relativamente a indícios de intervenção humana, tendo-se detetado uma grande disparidade relativamente às espécies em causa.

QUADRO 19: CATEGORIAS DE ATIVIDADE HUMANA POR ESPÉCIE

Espécie	Preparação do terreno	Gestão de combustível	Condução de povoamentos	Fluxo/passagem humana	Atividade humana
Acácias	2,0%	12,0%	4,0%	12,0%	26,0%
Outras folhosas	7,0%	24,0%	6,0%	11,0%	34,0%
Pinheiro-bravo	7,0%	19,0%	13,0%	9,0%	35,0%
Carvalhos	3,0%	29,0%	11,0%	15,0%	40,0%
Castanheiros	6,0%	27,0%	10,0%	17,0%	41,0%
Alfarrobeira	16,0%	44,0%	9,0%	28,0%	53,0%
Outras resinosas	16,0%	35,0%	11,0%	15,0%	53,0%
Eucaliptos	28,0%	20,0%	13,0%	20,0%	55,0%
Pinheiro-manso	34,0%	32,0%	33,0%	23,0%	67,0%
Sobreiro	17,0%	46,0%	34,0%	25,0%	68,0%
Azinheira	13,0%	46,0%	39,0%	34,0%	70,0%
					Média 49%

Fonte: ICNF

GRÁFICO 42: INDÍCIOS DE ATIVIDADE HUMANA POR ESPÉCIE



Fonte: ICNF

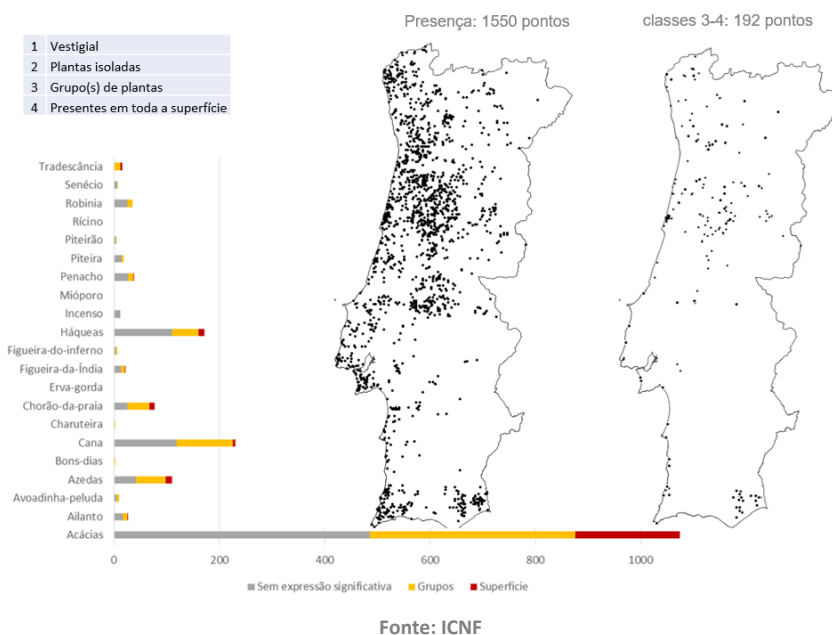
Como espectável dado o conceito de montado, de sistema agro-silvo-pastoril, e as produções anuais que geram, a azinheira, sobreiro e mesmo o pinheiro-manso são as espécies onde se verificou maiores indícios de intervenção humana, acresce que muitas novas plantações de sobreiro e pinheiro-manso foram apoiadas por fundos comunitários e para assegurar a continuidade de apoios os proprietários estão obrigados a intervir na manutenção dos povoamentos de acordo com os planos de gestão aprovados.

INVASORAS LENHOSAS

Na sequência dos trabalhos de campo desenvolvidos durante o IFN6 e dos resultados obtidos foi possível contruir a seguinte cartografia, onde se pode verificar que a principal infestante lenhosa presente no continente são as acácias, seguido das canas e háqueas. O IFN6 baseado em 360 mil pontos de análise e em recolhas no terreno de

cerca de 12 mil pontos, distribuídos por todo o território continental, e em 1,6% dos pontos foi detetado grupos de plantas, ou a sua presença em toda a superfície.

FIGURA 20: PRESENÇA DE INVASORAS LENHOSAS



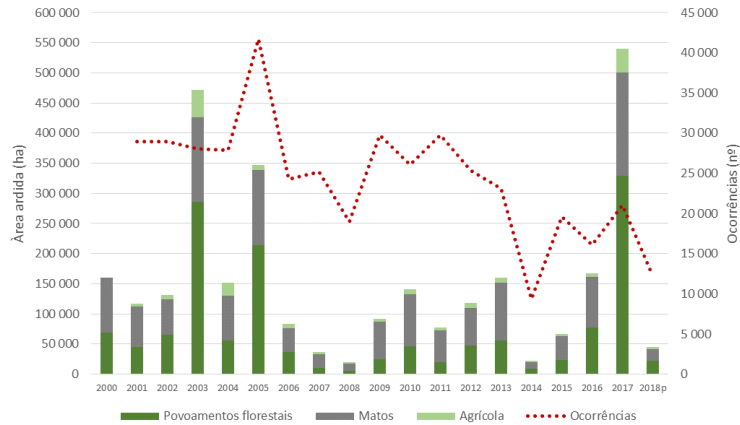
RISCOS BIÓTICOS E ABIÓTICOS

Crescente ameaça dos ecossistemas florestais relativamente a pragas e doenças, associado a questões de clima, gestão inadequada ou ausente e incêndios.

Os riscos bióticos (pragas e doenças) e os riscos abióticos (incêndios) constituem as principais ameaças que afetam os sistemas florestais, conforme expresso na Estratégia Nacional para a Floresta. Os principais instrumentos específicos para a sua abordagem encontram-se no Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF) 2014-2020 e no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) 2006-2018.

NO CONTINENTE REGISTA-SE UMA DIMINUIÇÃO DO Nº DE OCORRÊNCIAS EM TERMOS DE INCÊNDIOS RURAIS MAS A UMA MAIOR INCIDÊNCIA, NOS ULTIMOS ANOS, DA PROPORÇÃO DE FOGOS EM ÁREAS FLORESTAIS

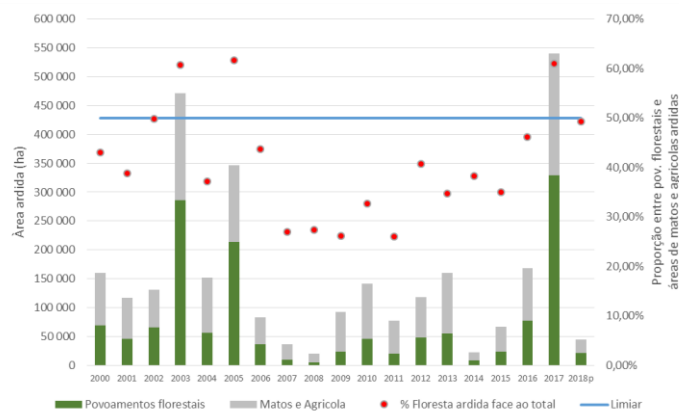
GRÁFICO 43: INCÊNDIOS RURAIS EM PORTUGAL CONTINENTAL: OCORRÊNCIAS (Nº) E ÁREA ARDIDA (HA)



p - Dados provisórios.
 Nota: A partir de 2001 são incluídos os incêndios em explorações agrícolas, alterando-se a denominação de "incêndios florestais" para "incêndios rurais".
 Fonte: ICNF, 2019

Em 2018 contabilizaram-se em Portugal continental 12.262 ocorrências de incêndios rurais (21.006 em 2017), resultando em cerca de 44.520 hectares de área ardida (539.921 hectares em 2017). A distribuição da área ardida por tipo de ocupação do solo verificada entre 2000 e 2018, evidencia que, com pequenas exceções, os incêndios consomem mais áreas de matos e pastagens do que povoamentos florestais (exceções nos anos de 2003, 2004 e 2017).

GRÁFICO 44: PROPORÇÃO ENTRE POVOAMENTOS FLORESTAIS ARDIDOS FACE ÀS ÁREAS DE MATOS E AGRÍCOLAS ARDIDAS

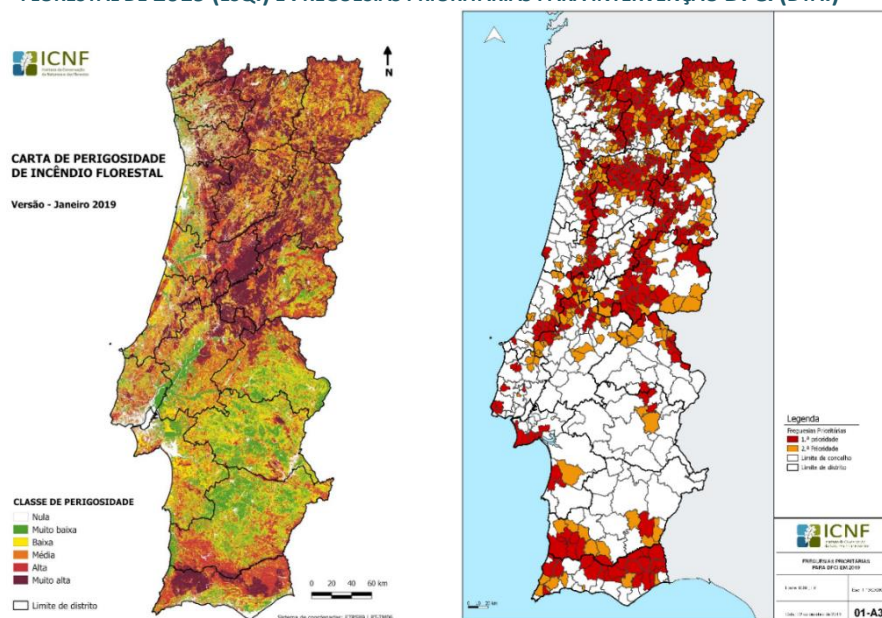


p - Dados provisórios.
 Fonte: ICNF, 2019

Pese embora se tenha assistido a uma redução recente da área ardida (2018 face a 2017) a representatividade das zonas de risco nas classes de risco alto e muito alto é ainda expressiva.

As alterações climáticas e a perspetiva de maior frequência de fenómenos de temperaturas extremas, aumenta o risco e impele à necessidade de uma maior intervenção na gestão dos

FIGURA 21: CARTA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL DE 2019 (ESQ.) E FREGUESIAS PRIORITÁRIAS PARA INTERVENÇÃO DFCI (DTA.)



Fonte: ICNF, 2019

territórios rurais, promovendo zonas de descontinuidade e de gestão dos povoamentos, que contribuam para uma maior capacidade de impedir incêndios de grande dimensão. Em resultado das alterações climáticas, poderão também verificar-se mudanças quanto ao domínio de algumas espécies e nas áreas de distribuição dos diversos tipos de floresta, como é o caso do declínio do montado, podendo por outro lado, algumas espécies florestais sofrer mortalidade acentuada no limite mais seco da sua atual área de distribuição. O referido declínio do montado e consequente perda de densidade do mesmo, é também promotor de um maior risco de desertificação.

O ciclo do fogo, e os crescentes problemas sanitários promovem também o abandono e a ausência de intervenção no restabelecimento de potencial produtivo de áreas afetadas.

Existência de grandes manchas contínuas e desordenadas da mesma espécie florestal, nomeadamente na região Centro do país, com impactos em termos de atuação preventiva e de combate a incêndios.

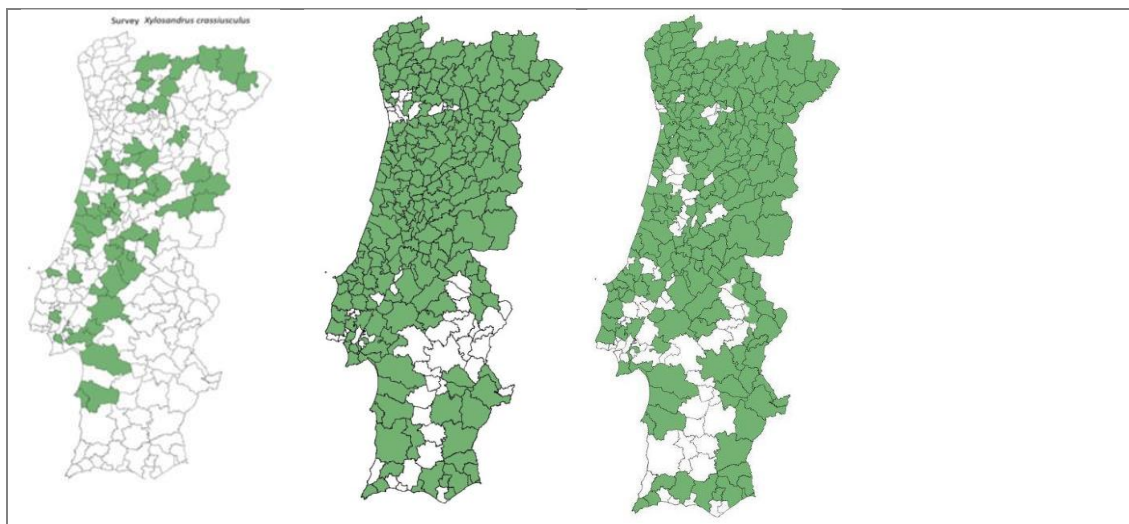
PROSPEÇÃO DE AGENTES BIÓTICOS NOCIVOS

No que refere à sanidade florestal e de acordo com o relatório de execução do Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF) ²⁹ (2016) foram prospetados 15 agentes bióticos nocivos tendo-se realizado 26.934 observações visuais, (superando as 20.841 observações inicialmente previstas), distribuídas pelos diferentes agentes bióticos nocivos .Salienta o relatório que foram recolhidas 11.994 amostras (97% associadas ao NMP, 2,5% ao cancro-resinoso-do-pinheiro e 0,5% à bactéria *Xylella fastidiosa*).

FIGURA 22: MAPA DOS CONCELHOS ONDE SE REALIZOU PROSPEÇÃO NO ÂMBITO DO COFINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

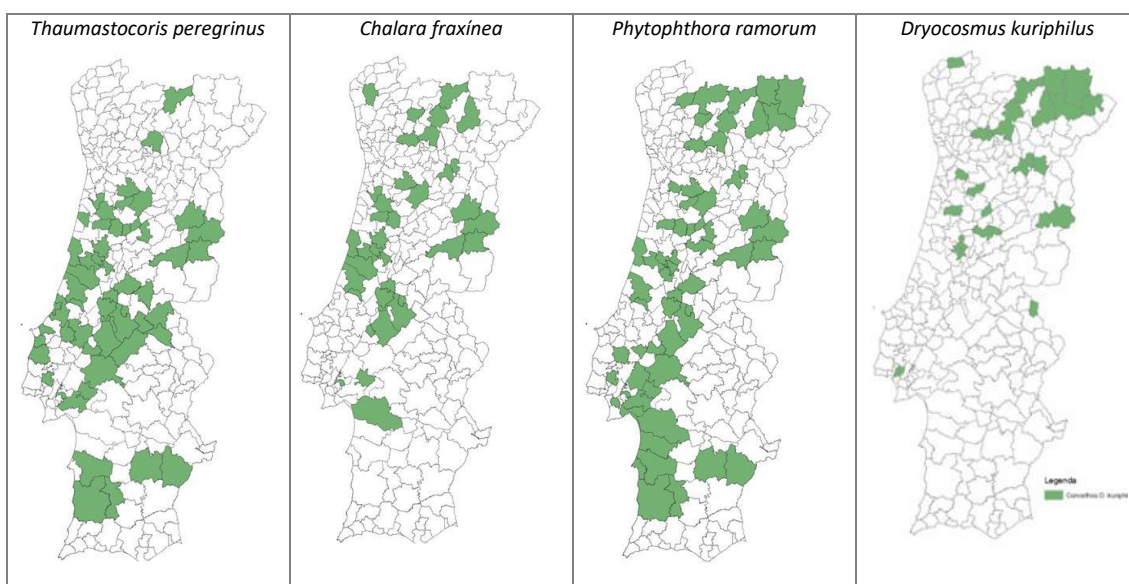


²⁹ Aprovado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril



Fonte: ICNF, 2016

FIGURA 23: MAPA DOS CONCELHOS ONDE SE REALIZOU PROSPEÇÃO DE AGENTES BIÓTICOS NOCIVOS NÃO COFINANCIADOS



Fonte: ICNF, 2016

CONTROLO DE AGENTES BIÓTICOS NOCIVOS

No que refere ao controlo biológico, designadamente da vespa-das-galhas-do-castanheiro e do gorgulho-do-eucalipto, foram desenvolvidas por diferentes entidades diversas ações de controlo, nomeadamente a largada de parasitoides. No que refere ao controlo da vespa-das-galhas-do-castanheiro estas operações foram realizadas em 19 concelhos de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes (região Norte) e 42 locais de 5 concelhos na região Centro.

Quanto ao gorgulho do eucalipto foram realizadas largadas em 2016 em 12 concelhos das regiões Norte e Centro. No que refere ao Percevejo-do-bronzeamento (*Thaumastocoris*

peregrinus) as populações do percevejo foram monitorizadas em duas regiões onde a praga está estabelecida (Abrantes e Setúbal).

Nas áreas da investigação e desenvolvimento há a destacar a constituição de seis Grupos Operacionais apresentados em 2016, na área da fitossanidade no âmbito do PDR2020 e a existência de outros três projetos de investigação associados a esta área (URGENTpine / PLURIFOR e LIFE “*Montado & Climate: A need to Adapt*”).

VI3 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DO COMPLEXO FLORESTAL

O complexo florestal, que abrange a silvicultura e as indústrias florestais³⁰ gera 1,8% do VAB (cerca de 3,3 mil milhões de euros, a preços correntes), 1,5% do emprego (cerca de 74 mil pessoas empregadas), 4,7% das exportações (4,3 mil milhões de euros) e 2,6% das importações (2,4 mil milhões de euros) de bens e serviços da economia. Saliente-se a perda de peso do VAB, do emprego e do comércio internacional florestal face a 2000. Destaque-se também o peso da indústria da madeira e da cortiça no VAB (0,5%) e no emprego (0,7%), e da indústria da pasta, papel e cartão no comércio internacional (1,5% das importações e 2,8% das exportações).

QUADRO 20: VAB, EMPREGO E COMÉRCIO INTERNACIONAL DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA EM 2019

	VAB				Emprego				Importações de bens e serviços				Exportações de bens e serviços				Saldo comercial	
	2000		2019P		2000		2017		2000		2019P		2000		2019P		2000	2019P
	M€	%	M€	%	mil pessoas	%	mil pessoas	%	M€	%	M€	%	M€	%	M€	%	M€	M€
Silvicultura	676	0,6	1 033	0,6	12	0,2	15	0,3	271	0,5	287	0,3	67	0,2	72	0,1	-204	-215
Indústria florestal	2 554	2,3	2 321	1,3	100	2,0	59	1,2	1 449	2,9	2 160	2,3	2 654	7,3	4 282	4,6	1 205	2 121
Indústria da madeira e da cortiça	982	0,9	975	0,5	56	1,1	32	0,7	450	0,9	788	0,8	993	2,7	1 664	1,8	542	875
Indústria da pasta, papel e cartão	1 023	0,9	879	0,5	17	0,3	12	0,2	992	2,0	1 363	1,5	1 653	4,6	2 597	2,8	661	1 234
Impressão e reprodução de suportes gravados	550	0,5	467	0,3	28	0,5	15	0,3	7	0,0	9	0,0	9	0,0	21	0,0	2	12
Complexo florestal	3 230	2,9	3 354	1,8	112	2,2	74	1,5	1 720	3,4	2 447	2,6	2 722	7,5	4 353	4,7	1 001	1 906
Economia	112 522	100,0	183 576	100,0	5 042	100,0	4 803	100,0	50 401	100,0	92 916	100,0	36 219	100,0	93 119	100,0	-14 182	203

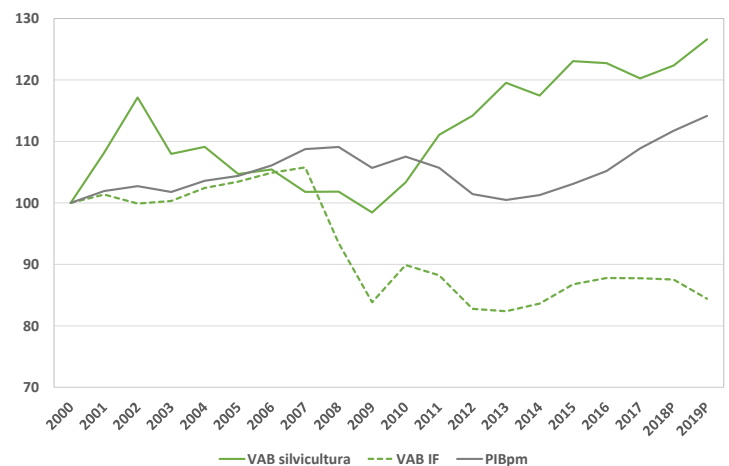
P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

ESTABILIZAÇÃO DO VAB FLORESTAL EM VOLUME DESDE 2010

No período 2010-2019, o VAB do complexo florestal manteve-se estável (0,1% ao ano) em resultado do contributo positivo do produto silvícola (2,3% ao ano) uma vez que o VAB gerado pelas indústrias florestais diminuiu (-0,7% ao ano).

GRÁFICO 45: EVOLUÇÃO DO VAB DA SILVICULTURA, IF E ECONOMIA, EM VOLUME (2000=100)



P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

³⁰ As indústrias florestais são constituídas pelos ramos de atividade económica: 16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria de espartaria; 17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; 18 - Impressão e reprodução de suportes gravados

QUADRO 21: EVOLUÇÃO DO VAB DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E PIBPM (MILHÕES DE EUROS)

	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019P	Taxa de Crescimento médio anual (%)				Taxa de variação (%)
													2000/2019	2000/2005	2005/2010	2010/2019	2018/2019
PIBpm																	
preços correntes - milhões de euros	128 414	158 553	179 611	176 096	168 296	170 492	173 054	179 713	186 490	195 947	204 305	212 254	2,7	4,3	2,5	1,9	3,9
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	177 302	185 111	190 667	187 432	179 828	178 169	179 580	182 798	186 490	193 029	198 119	202 413	0,7	0,9	0,6	0,7	2,2
Índice de preços implícitos	72	86	94	94	94	96	96	98	100	102	103	105	2,0	3,4	1,9	1,2	1,7
VAB Complexo Agroflorestal																	
preços correntes - milhões de euros	8 420	8 742	9 231	8 578	8 362	8 958	9 112	9 738	9 739	10 179	10 406	10 587	1,2	0,8	1,1	1,5	1,7
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	9 517	9 633	9 425	9 465	9 301	9 418	9 509	9 899	9 739	10 098	10 091	10 176	0,4	0,2	-0,4	0,9	0,8
Índice de preços implícitos	88	91	98	91	90	95	96	98	100	101	103	104	0,9	0,5	1,5	0,7	0,9
VAB Complexo Agroalimentar																	
preços correntes - milhões de euros	5 190	5 694	6 073	5 534	5 468	5 990	6 170	6 550	6 578	6 961	7 061	7 232	1,8	1,9	1,3	2,0	2,4
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	6 211	6 204	6 353	6 379	6 331	6 419	6 494	6 762	6 578	6 956	6 940	7 073	0,7	0,0	0,5	1,2	1,9
Índice de preços implícitos	84	92	96	87	86	93	95	97	100	100	102	102	1,1	1,9	0,8	0,8	0,5
VAB Agricultura																	
preços correntes - milhões de euros	2 723	2 512	2 506	2 116	2 114	2 480	2 426	2 696	2 495	2 823	2 833	2 962	0,4	-1,6	0,0	1,9	4,6
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	2 847	2 666	2 641	2 529	2 475	2 553	2 559	2 801	2 495	2 804	2 687	2 799	-0,1	-1,3	-0,2	0,6	4,2
Índice de preços implícitos	96	94	95	84	85	97	95	96	100	101	105	106	0,5	-0,3	0,1	1,2	0,4
VAB IABT																	
preços correntes - milhões de euros	2 466	3 182	3 568	3 418	3 354	3 509	3 744	3 854	4 083	4 138	4 229	4 271	2,9	5,2	2,3	2,0	1,0
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	3 363	3 538	3 712	3 850	3 856	3 867	3 935	3 961	4 083	4 152	4 252	4 274	1,3	1,0	1,0	1,6	0,5
Índice de preços implícitos	73	90	96	89	87	91	95	97	100	100	99	100	1,6	4,2	1,3	0,4	0,5
VAB Complexo Florestal																	
preços correntes - milhões de euros	3 230	3 048	3 158	3 044	2 894	2 968	2 942	3 187	3 161	3 218	3 344	3 354	0,2	-1,2	0,7	0,7	0,3
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	3 306	3 430	3 072	3 086	2 969	2 999	3 015	3 137	3 161	3 142	3 151	3 103	-0,3	0,7	-2,2	0,1	-1,5
Índice de preços implícitos	98	89	103	99	97	99	98	102	100	102	106	108	0,5	-1,9	3,0	0,6	1,9
VAB Silvicultura																	
preços correntes - milhões de euros	676	695	700	771	792	861	867	914	907	896	987	1 033	2,3	0,5	0,1	4,4	4,6
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	739	774	764	821	844	883	868	909	907	889	904	935	1,2	0,9	-0,3	2,3	3,5
Índice de preços implícitos	92	90	92	94	94	97	100	101	100	101	109	110	1,0	-0,4	0,4	2,1	1,1
VAB IF																	
preços correntes - milhões de euros	2 554	2 353	2 458	2 273	2 102	2 107	2 075	2 273	2 254	2 322	2 357	2 321	-0,5	-1,6	0,9	-0,6	-1,5
preços constantes (2016=100) - milhões de euros	2 568	2 656	2 308	2 266	2 125	2 116	2 147	2 227	2 254	2 253	2 247	2 168	-0,9	0,7	-2,8	-0,7	-3,6
Índice de preços implícitos	99	89	106	100	99	100	97	102	100	103	105	107	0,4	-2,3	3,7	0,1	2,1

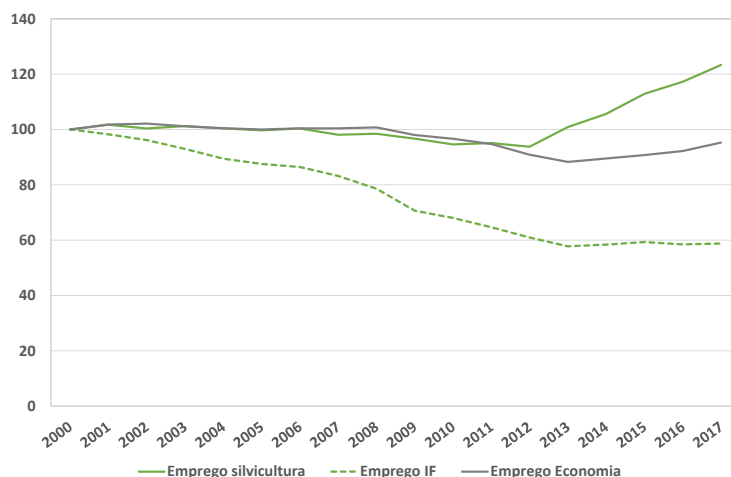
Nota: o VAB agrícola é valorizado a preços de mercado
P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS E CEA, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

GRÁFICO 46: EVOLUÇÃO DO EMPREGO DA SILVICULTURA, IF E ECONOMIA (2000=100)

FORTE CRESCIMENTO DO EMPREGO SILVÍCOLA DESDE 2012

O emprego da silvicultura, em número de pessoas, tem vindo a crescer de forma acentuada desde 2012, divergindo cada vez mais da evolução do emprego nas indústrias florestais. O complexo florestal continua a decrescer mais que o conjunto da economia.



FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE.
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

QUADRO 22: EMPREGO DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA (MIL PESSOAS)

	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Taxa de crescimento médio anual (%)	
										2000-2017	2010-2017
Emprego Florestal	112	80	76	72	70	71	73	73	74	-2,4	-1,1
Silvicultura	12	11	12	11	12	13	14	14	15	1,2	3,9
IF	100	68	65	61	58	58	59	58	59	-3,1	-2,1
Economia	5 042	4 871	4 777	4 581	4 450	4 513	4 576	4 650	4 803	-0,3	-0,2
<i>Silvicultura (mil ETC)</i>	<i>13</i>	<i>11</i>	<i>11</i>	<i>11</i>	<i>11</i>	<i>12</i>	<i>13</i>	<i>13</i>	<i>14</i>	<i>0,5</i>	<i>4,0</i>

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS E CES INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PRODUTIVIDADE DO TRABALHO CRESCER NAS INDÚSTRIAS FLORESTAIS E DECRESCER NA SILVICULTURA A PARTIR DE 2012

Quanto à silvicultura destaca-se, entre 2010 e 2017, um crescimento do VAB (0,4% ao ano) acompanhado de um acréscimo do volume de trabalho (4,0% ao ano), originando um decréscimo da produtividade do trabalho (-3,5% ao ano) neste período.

As indústrias florestais apresentaram um crescimento da produtividade do trabalho no período 2000-2016 de 2,4% ao ano a um ritmo superior ao verificado no conjunto da economia (0,9% ao ano). O aumento de produtividade nas indústrias florestais deve-se à diminuição do volume de trabalho (-3,1% ao ano).

GRÁFICO 47: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VABPB A PREÇOS CONSTANTES 2016/EMPREGO), 2000-2017 (2000=100)



P – DADOS PROVISÓRIOS

FONTE: GPP, A PARTIR DE CES, CN, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

QUADRO 23: PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VABPB/EMPREGO) DAS COMPONENTES DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA

	Unidade	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Taxa de crescimento médio anual (%)	
											2000-2017	2010-2017
Produtividade do trabalho na silvicultura												
VABpb a preços correntes/ETC	<i>mil euros/ETC</i>	97,0	75,2	79,9	82,3	79,7	75,4	74,5	68,1	64,4	-2,4	-2,2
VABpb a preços constantes 2016/ETC	<i>mil euros/ETC</i>	74,0	82,2	78,8	83,2	79,1	72,7	72,5	68,1	64,1	-0,8	-3,5
Produtividade do trabalho nas IF												
VABpb a preços correntes/emprego	<i>mil euros/pessoa</i>	25,5	36,1	35,1	34,5	36,4	35,5	38,3	38,5	39,5	2,6	1,3
VABpb a preços constantes 2016/emprego	<i>mil euros/pessoa</i>	25,7	33,9	35,0	34,9	36,6	36,7	37,5	38,5	38,3	2,4	1,8
Produtividade do trabalho na Economia												
VABpb a preços correntes/emprego	<i>mil euros/pessoa</i>	22,3	32,4	32,3	32,1	33,7	33,5	34,2	34,8	35,3	2,7	1,2
VABpb a preços constantes 2016/emprego	<i>mil euros/pessoa</i>	30,0	33,7	34,1	34,4	35,2	34,8	34,8	34,8	34,8	0,9	0,5

FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS E CES, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

EXPORTAÇÕES FLORESTAIS CRESCEM ACIMA DAS IMPORTAÇÕES CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DO SUPERAVIT COMERCIAL FLORESTAL

Quanto ao comércio internacional florestal entre 2010 e 2019, as exportações cresceram acima das importações (3,1% face a 2,7% ao ano) favorecendo o saldo comercial florestal. O saldo da balança comercial florestal, tradicionalmente positivo, tem vindo a melhorar, registando em 2013 um superavit de 1,9 mil milhões de euros (em 2010 o superavit correspondia a 1,4 mil milhões de euros) que se tem mantido relativamente estável até 2019, uma vez que as exportações têm registado a partir de 2013 menores crescimentos que as importações (2,5% ao ano face a 4,8% ao ano).

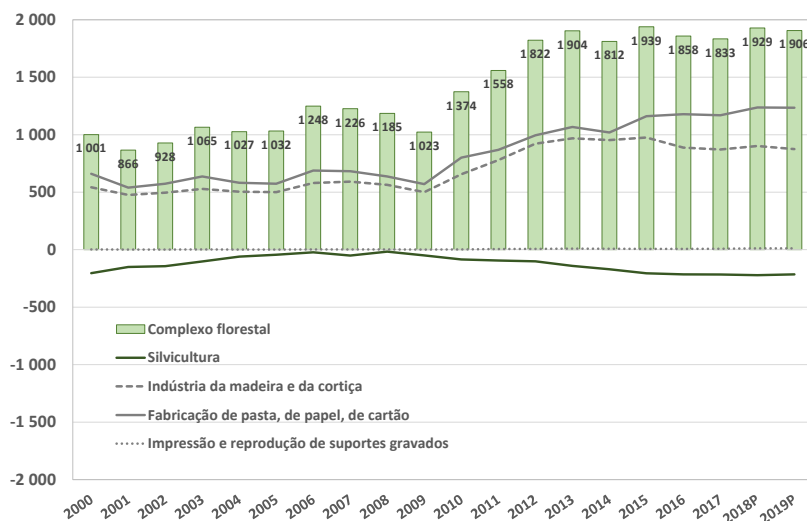
QUADRO 24: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO FLORESTAL E ECONOMIA (MILHÕES DE EUROS)

		2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019P	Taxa de Crescimento médio anual (%)				Taxa de variação (%)								
														2000/2019				2000/2005				2005/2010				2010/2019
														2000/2019	2000/2005	2005/2010	2010/2019	2018/2019								
Silvicultura	IMP	271	158	188	216	208	264	267	253	267	272	285	287	0,3	-10,3	3,6	4,8	0,6								
	EXP	67	114	103	121	106	122	97	48	52	56	64	72	0,3	11,2	-2,1	-3,9	12,7								
	SC	-204	-44	-85	-94	-102	-141	-170	-206	-215	-215	-222	-215													
Indústrias Florestais	IMP	1 449	1 557	1 744	1 737	1 553	1 585	1 704	1 776	1 843	1 971	2 122	2 160	2,1	1,4	2,3	2,4	1,8								
	EXP	2 654	2 632	3 203	3 390	3 476	3 631	3 686	3 920	3 916	4 020	4 273	4 282	2,5	-0,2	4,0	3,3	0,2								
	SC	1 205	1 076	1 459	1 653	1 923	2 045	1 982	2 144	2 073	2 049	2 151	2 121													
Complexo Florestal	IMP	1 720	1 714	1 932	1 953	1 761	1 849	1 970	2 029	2 110	2 243	2 407	2 447	1,9	-0,1	2,4	2,7	1,7								
	EXP	2 722	2 746	3 306	3 511	3 582	3 753	3 782	3 968	3 969	4 076	4 336	4 353	2,5	0,2	3,8	3,1	0,4								
	SC	1 001	1 032	1 374	1 558	1 822	1 904	1 812	1 939	1 858	1 833	1 929	1 906													
Economia - bens e serviços	IMP	50 401	56 858	67 738	68 052	64 411	65 653	69 336	71 662	72 849	81 739	88 445	92 916	3,3	2,4	3,6	3,6	5,1								
	EXP	36 219	42 943	54 008	60 674	63 579	67 526	69 595	72 991	74 989	83 717	89 293	93 119	5,1	3,5	4,7	6,2	4,3								
	SC	-14 182	-13 915	-13 731	-7 378	-833	1 873	259	1 329	2 140	1 978	847	203													
Peso do Complexo florestal no comércio internacional de bens e serviços (%)	IMP	3,4	3,0	2,9	2,9	2,7	2,8	2,8	2,8	2,9	2,7	2,7	2,6													
	EXP	7,5	6,4	6,1	5,8	5,6	5,6	5,4	5,4	5,3	4,9	4,9	4,7													

P – dados provisórios

FORNTE: GPP, A PARTIR DE CN (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

GRÁFICO 48: SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO FLORESTAL (MILHÕES DE EUROS)

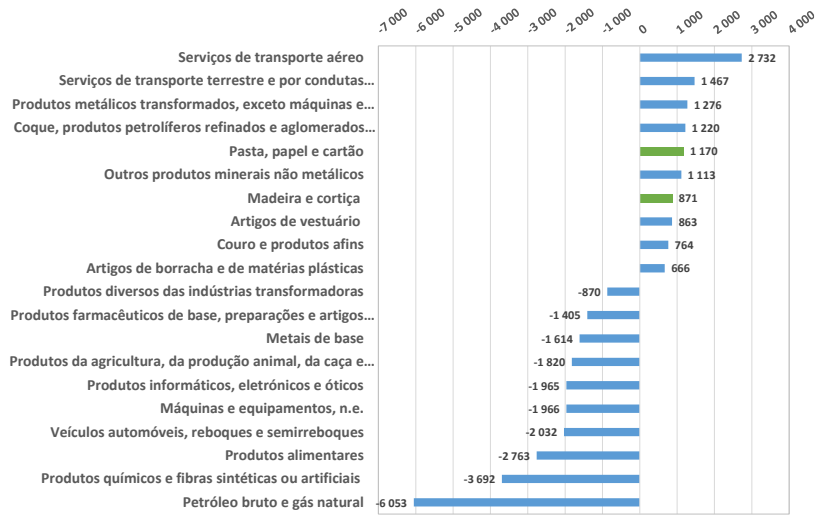


FORNTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS DA PASTA DE MADEIRA E PAPEL ASSIM COMO DA MADEIRA E DA CORTIÇA POSICIONAM-SE ENTRE OS 10 MAIORES SUPERAVITS COMERCIAIS DA ECONOMIA

A indústria da pasta, papel e cartão, conexas à produção de madeira de eucalipto, contribui para 2,8% das exportações (2,6 mil milhões de euros) e 1,5% das importações (1,4 mil milhões de euros) de bens e serviços da economia, posicionando-se entre os 10 maiores *superavits* comerciais (1,2 mil milhões de euros), tendo vindo a assumir crescimentos sucessivos a partir de 2009 (1,0 mil milhões de euros) acompanhando a tendência do complexo florestal no seu conjunto. Já a indústria da madeira e da cortiça apresenta um *superavit* comercial de 0,9 milhões de euros, o 7º maior da economia.

GRÁFICO 49 SALDO COMERCIAL DOS SETORES DE ATIVIDADE – OS 10 MAIORES SUPERAVITS E DEFICITS EM 2017 (MILHÕES DE EUROS)

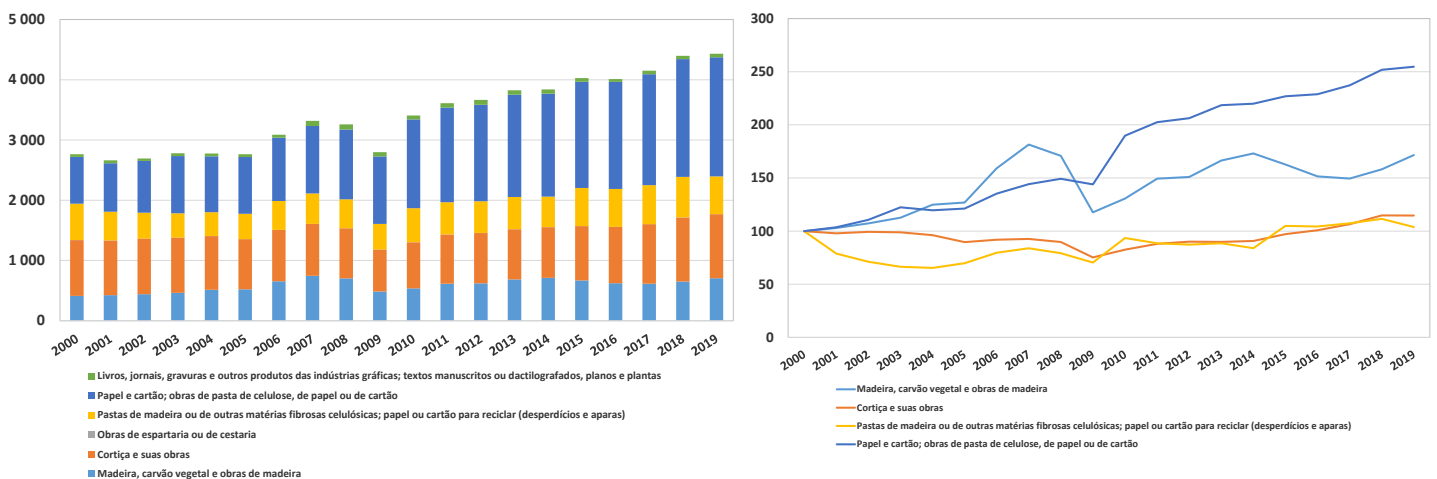


FONTE: GPP, A PARTIR DE CONTAS NACIONAIS, INE
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: 28 DE FEVEREIRO DE 2020

OS PRODUTOS MAIS REPRESENTATIVOS DAS EXPORTAÇÕES FLORESTAIS SÃO O PAPEL, CARTÃO E CORTIÇA E DAS IMPORTAÇÕES O PAPEL, CARTÃO E MADEIRA

Em 2019, os produtos mais representativos das **exportações florestais** foram o papel e cartão (44,6%) e a cortiça (24%). Saliente-se o ganho de peso do papel e cartão (+17 p.p.) e a perda de peso da cortiça (-10 p.p.) na estrutura das exportações florestais face a 2000. Em termos evolutivos verificou-se, desde 2010, um crescimento das exportações com destaque para a

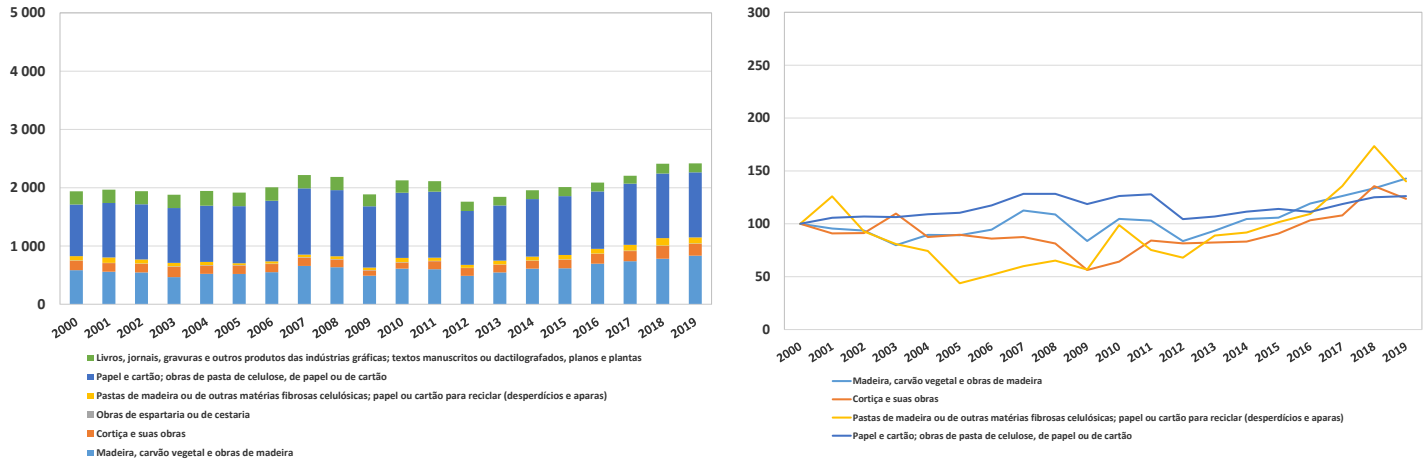
GRÁFICO 50: EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS FLORESTAIS POR PRODUTO - MILHÕES DE EUROS E 2000=100



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do comércio internacional, INE

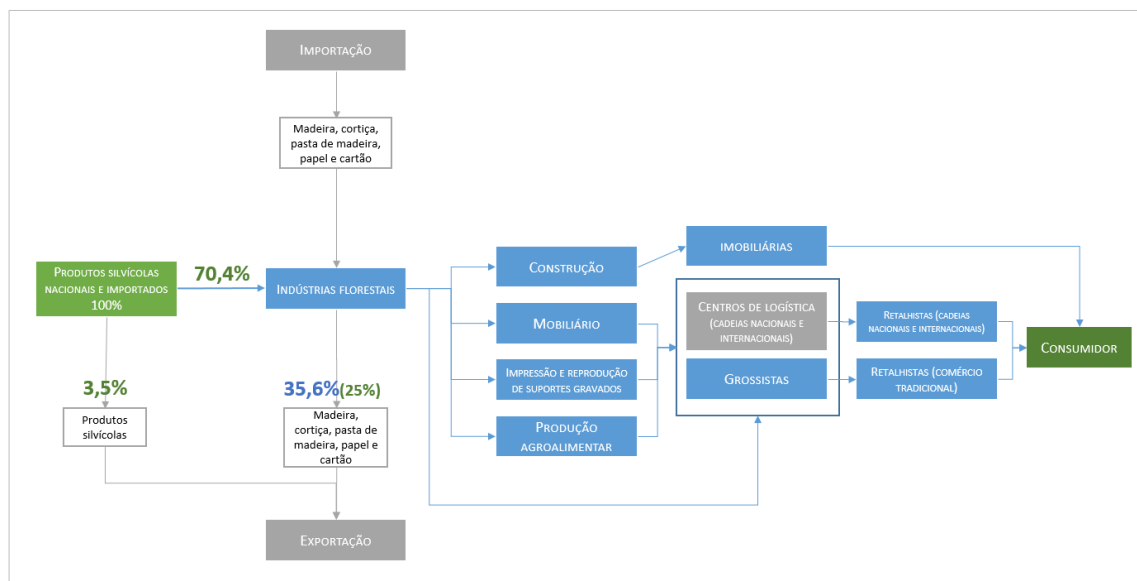
cortiça (3,7% ao ano) e para o papel e cartão (3,3% ao ano). Do lado das **importações** florestais salienta-se o papel e cartão (46,2%) e a madeira (34,6%).

GRÁFICO 51: IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS FLORESTAIS POR PRODUTO - MILHÕES DE EUROS E 2000=100



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do comércio internacional, INE

FIGURA 24: DESTINO DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS NACIONAIS E IMPORTADOS



NOTA: A PARTIR DOS DADOS FORNECIDOS PELA MATRIZ DE INPUT-OUTPUT, RESPEITANTES A 2017 (ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL), PODEMOS IDENTIFICAR O DESTINO DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS E, POR EXEMPLO, CONCLUIR QUE 25% DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS SÃO EXPORTADOS VIA INDÚSTRIAS FLORESTAIS.

FONTE: GPP, A PARTIR DE MATRIZ DE INPUT-OUTPUT 2017 DAS CONTAS NACIONAIS, INE

70,4% DOS PRODUTOS SILVÍCOLAS SÃO INCORPORADOS NA INDÚSTRIA FLORESTAL

Os produtos silvícolas também requerem algum grau de transformação para serem exportados (apenas 3,5% da produção silvícola é destinada diretamente para exportação). Saliente-se que 70,4% dos produtos silvícolas têm como destino as indústrias florestais, nomeadamente da

madeira e da cortiça, da pasta de madeira e do papel e cartão. Dos produtos gerados pelas indústrias 35,6% segue para exportação e o restante para os setores da construção, mobiliário, produção de jornais, revistas, livros e produção agroalimentar (e.g. rolhas para a indústria do vinho). Note-se que, se fossem consideradas as exportações silvícolas via indústria a orientação exportadora da silvicultura aumentava, à semelhança do que sucede na agricultura, sendo aproximadamente 29%.

GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO DE BENS FLORESTAIS RONDA OS 125%

O grau de autoaprovisionamento de bens florestais tem vindo a evoluir positivamente a partir de 2010 tendo registado 124,8% em 2018.

QUADRO 25: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO¹ DE BENS FLORESTAIS² (%)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P
Grau de autoaprovisionamento florestal (%)	119,7	121,9	127,0	128,3	125,8	126,1	125,0	123,2	124,8

¹Grau de Autoaprovisionamento=produção/consumo aparente=produção/(produção+importações-exportações)

² Corresponde ao agregado silvicultura e indústrias florestais (ramos 16, 17 e 18)

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

VI4 ECONOMIA SILVÍCOLA

CRESCIMENTO DO PRODUTO SILVÍCOLA EM VALOR SUPERIOR AO CONJUNTO DA ECONOMIA DESDE 2010

Entre 2000 e 2018, verificou-se um decréscimo do VAB silvícola em valor (-1,5% ao ano) e em volume (-0,4% ao ano). Contudo, no subperíodo 2010-2018, a evolução do produto silvícola foi positiva assumindo um crescimento em valor (2,2% ao ano) superior ao conjunto da economia (1,6% ao ano), e estabilização em volume (0,1% ao ano). Para a estabilização em volume foi determinante o **forte crescimento dos consumos intermédios** (2,7% ao ano) face ao crescimento do volume de produção (0,9% ao ano). Já o crescimento do VAB silvícola em valor (2,2% ao ano) revela-se mais acentuado dado que os preços implícitos também aumentaram (2,1% ao ano) com o contributo positivo dos preços à produção (1,8% ao ano), salientando-se a cortiça, e dos consumos intermédios (1,6% ao ano) com destaque para os serviços silvícolas.

QUADRO 26: TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB SILVÍCOLA E DO PIB (%)

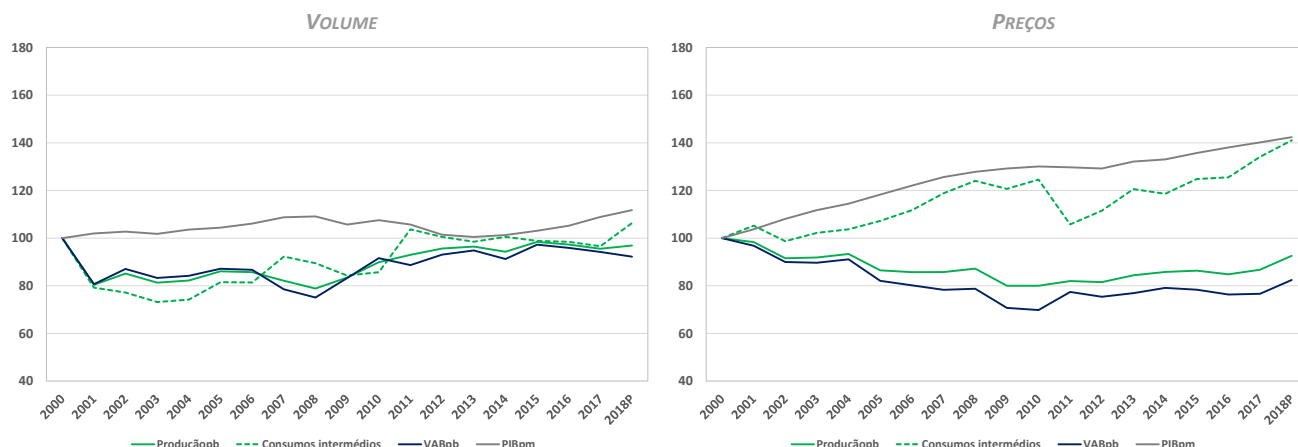
	2000/2018			2010/2018		
	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção silvícolapb	-0,2	-0,4	-0,6	0,9	1,8	2,8
Consumos intermédios	0,3	1,9	2,3	2,7	1,6	4,3
VABpb silvícola	-0,4	-1,1	-1,5	0,1	2,1	2,2
PIBpm	0,6	2,0	2,6	0,5	1,1	1,6

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CES (BASE 2016), INE.

DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

GRÁFICO 52: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PB, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VABPB SILVÍCOLA E PIBPM, VOLUME E PREÇOS (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CN E CES (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

QUADRO 27: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO SILVÍCOLA 2000/2010E 2018P E RESPECTIVA VARIAÇÃO FACE A 2000 E 2010 A PREÇOS BASE (%)

	Estrutura (%)			Taxa de crescimento médio anual 2000-2018P (%)			Taxa de crescimento médio anual 2010-2018P (%)			Taxa de variação 2017-2018P (%)		
	2000	2010	2018P	volume	preço	valor	volume	preço	valor	volume	preço	valor
Produção de Bens Silvícolas	77,4	71,5	64,0	-1,1	-0,6	-1,6	-0,4	1,8	1,4	-4,1	6,2	1,8
Crescimento das Florestas (variação de existências)	7,3	12,2	4,4	-8,1	5,1	-3,4	-9,9	0,4	-9,6	-36,1	5,3	-32,7
Madeira de Resinosas para Fins Industriais	17,6	11,0	10,8	-0,8	-2,5	-3,3	1,9	0,6	2,6	1,7	-4,7	-3,1
Madeira de Resinosas para Serrar	14,3	9,0	9,4	-0,6	-2,3	-2,9	2,5	0,9	3,5	2,0	-4,7	-2,8
Madeira de Resinosas para Triturar	2,7	1,5	0,9	-3,6	-2,8	-6,3	-2,3	-1,1	-3,3	0,9	-4,0	-3,1
Outra Madeira de Resinosas	0,6	0,5	0,4	0,4	-2,6	-2,2	0,7	-0,2	0,4	-2,2	-7,0	-9,1
Madeira de Folhosas para Fins Industriais	13,0	23,7	20,9	1,9	0,1	2,1	0,9	0,3	1,2	-4,9	2,0	-3,0
Madeira de Folhosas para Serrar	0,2	0,4	0,4	3,9	-1,7	2,2	-2,6	2,6	0,0	1,1	6,5	7,6
Madeira de Folhosas para Triturar	12,6	23,1	20,4	1,9	0,2	2,1	1,0	0,3	1,2	-5,0	1,9	-3,2
Outra Madeira de Folhosas	0,2	0,2	0,1	-0,4	-2,4	-2,8	-0,8	0,9	0,1	-6,5	0,0	-6,5
Madeira para Energia	5,7	4,2	3,5	-0,2	-3,0	-3,2	-0,5	1,1	0,6	-9,5	5,6	-4,4
Outros Produtos	33,8	20,3	24,4	-1,9	-0,5	-2,4	0,2	4,9	5,2	4,9	16,6	22,2
Cortiça	31,9	18,5	22,8	-2,0	-0,4	-2,4	0,0	5,5	5,5	6,0	18,0	25,1
Plantas Florestais de Viveiro	0,5	0,4	0,3	-1,5	-1,2	-2,7	1,9	-0,9	1,0	-19,4	-2,5	-21,4
Outros Produtos Silvícolas	1,4	1,4	1,2	0,1	-1,1	-1,1	1,4	-0,4	1,0	-3,3	-0,1	-3,4
Produção de Serviços Silvícolas e de Exploração Florestal	18,5	23,1	28,8	2,1	-0,2	1,9	3,7	1,9	5,7	12,9	7,8	21,7
Florestação e Reflorestação de Rendimento Regular	5,3	8,5	6,4	1,4	-0,9	0,5	-0,4	-0,5	-0,8	-13,7	1,6	-12,3
Outros Serviços Silvícolas e de Exploração Florestal	13,2	14,6	22,4	2,1	0,3	2,4	5,2	3,1	8,5	24,8	9,7	36,9
Actividades Secundárias Não Florestais (não separáveis)	4,1	5,4	7,2	2,1	0,4	2,5	4,6	2,0	6,7	15,0	7,9	24,2
Produção da Silvicultura (preços de base)	100,0	100,0	100,0	-0,2	-0,4	-0,6	0,9	1,8	2,8	1,4	6,8	8,3

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CES (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

CERCA DE 3/4 DA PRODUÇÃO SILVÍCOLA CORRESPONDE A SERVIÇOS, MADEIRA DE FOLHOSAS PARA TRITURAR E CORTIÇA; PERDA DE PESO DA CORTIÇA EM DETRIMENTO DA MADEIRA DE FOLHOSAS PARA TRITURAR A PARTIR DE 2000

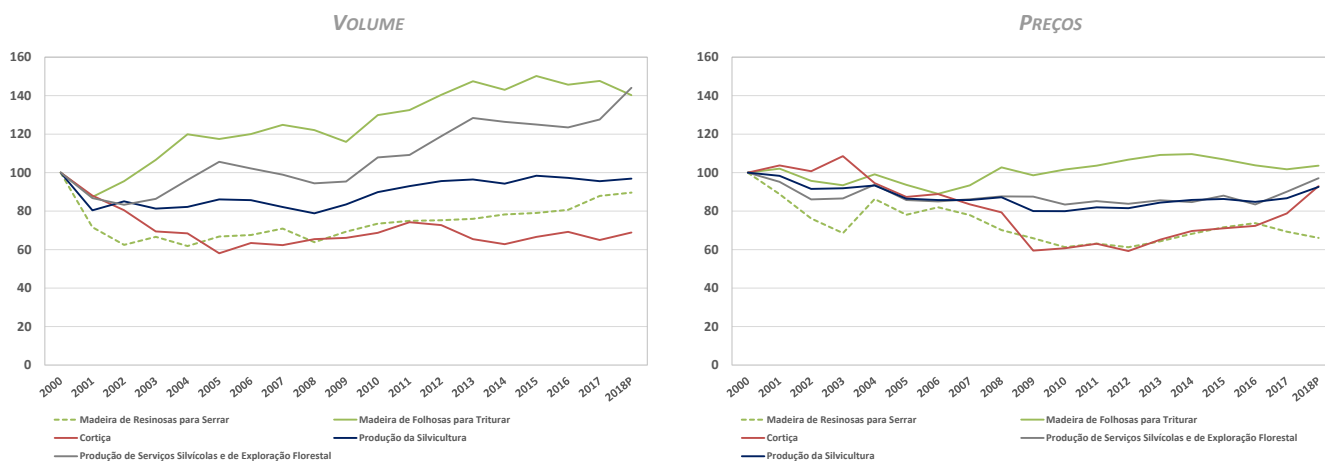
A análise da estrutura de produção silvícola, em 2018, permite constatar o predomínio da produção de “serviços silvícolas e de exploração florestal” (28,8%), da cortiça (22,8%) e de “madeira de folhosas para triturar” (20,4%), constituída fundamentalmente pelo eucalipto. Saliente-se por um lado o ganho de peso, na estrutura de produção, da “madeira de folhosas para triturar” (+7,8 p.p.), da produção de serviços silvícolas (+10,3 p.p.) e das atividades

secundárias (+3,1 p.p.) face a 2000 e, por outro lado, a perda de peso da cortiça (-9,1 p.p.) e da madeira de resinosas para serrar (-4,9 p.p.), com destaque para o pinheiro-bravo. Contudo, note-se que em 2018, pela primeira vez desde 2008, a cortiça superou a “madeira de folhosas para tritar” na estrutura de produção.

FORTE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO, EM VALOR, DE CORTIÇA (5,5% AO ANO) E DE MADEIRA DE RESINOSAS PARA SERRAR (3,5% AO ANO) DESDE 2010

Entre 2010 e 2018, a produção silvícola cresceu em volume (0,9% ao ano) e, de forma mais acentuada, em valor (2,8% ao ano) em resultado da evolução dos preços (1,8% ao ano). O crescimento em volume resultou, sobretudo, do contributo positivo dos **serviços silvícolas** (3,7% ao ano) e da **madeira de folhosas para tritar** (1,0% ao ano). Relativamente ao crescimento em valor, mais expressivo, é de destacar o impacto da produção de **cortiça** (5,5% ao ano), em resultado nomeadamente do relançamento deste produto nos mercados nacional e

GRÁFICO 53: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MADEIRA (RESINOSAS PARA SERRAR E FOLHOSAS PARA TRITAR), CORTIÇA E SERVIÇOS SILVÍCOLAS, VOLUME E PREÇOS (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CES (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

internacional³¹ sob a forma de rolas, material de isolamento acústico e térmico ou acessórios de moda traduzindo-se na evolução positiva do preço (5,5% ao ano), de **madeira de resinosas para serrar** (3,5% ao ano), de **serviços silvícolas** (5,7% ao ano) e de **atividades secundárias** (6,7% ao ano). De notar, em contraste, o decréscimo acentuado da produção, em valor, do “crescimento das Florestas (variação de existências)” (-9,6% ao ano) e dos serviços de “Florestação e Reflorestação de Rendimento Regular” (-0,8% ao ano).

³¹ Verifique-se que no período 2000-2010, o estado de envelhecimento de alguns montados e a diminuição dos preços pagos ao produtor contribuiu para uma situação de redução da extração de cortiça. Contudo, em 2011, a produção de cortiça, passa a contrariar a tendência de evolução negativa verificada no período anterior.

INCÊNDIOS FLORESTAIS DE 2017 GERARAM AUMENTO DA REMOÇÃO DE MADEIRA, COM DIMINUIÇÃO DOS RESPECTIVOS PREÇOS, E CRESCIMENTO DOS SERVIÇOS SILVÍCOLAS

Especificamente o ano de 2017, marcado por incêndios de grandes proporções (com a superfície ardida a crescer de 168 mil ha em 2016 para 502 mil ha em 2017), foi marcado pelo decréscimo do VAB silvícola em volume (-1,8%) e em valor (-1,3%). Estas variações deveram-se sobretudo ao **aumento das remoções de madeira** (9,0% de **madeira de resinosas para serrar**) e **diminuição do preço da madeira** (-6,0% de madeira de resinosas para serrar e -2,0% de madeira de folhosas para triturar) e, por outro lado, o **aumento do volume** (3,3%) e do **preço** (7,9%) **dos serviços silvícolas**. Contudo, a recuperação dos povoamentos florestais afetados pelos incêndios poderá demorar com efeitos na oferta de madeira no médio/longo prazo nomeadamente para as indústrias florestais de serração de madeira para mobiliário, construção e embalagens e de produção de pasta de madeira para papel. Já a produção de **cortiça**, tendo sido **menos afetada pelos incêndios**, registou um crescimento em valor (2,3%) devido à evolução positiva do preço (9,0%). Saliente-se também o crescimento do volume de madeira para fins energéticos (5,0%), considerando a maior disponibilidade de madeira queimada, com diminuição do preço (-3,9%).

EM 2018, AUMENTOU A PRODUÇÃO SILVÍCOLA EM VALOR (8,3%) EM RESULTADO DO CRESCIMENTO DOS PREÇOS (6,8%), SOBRETUDO DA CORTIÇA E DOS SERVIÇOS SILVÍCOLAS, E EM VOLUME (1,4%)

Em particular em 2018, verificou-se um crescimento do volume de produção silvícola (1,4%) em resultado da variação das componentes de **cortiça** (6,0%) e dos **serviços silvícolas** (12,9%), nomeadamente ao nível dos trabalhos de corte e recheia e construção de caminhos corta fogos. Em contraste com estas evoluções verificou-se um decréscimo do “**crescimento das florestas**” (-36,1%), de **serviços de florestação e reflorestação** (-13,7%), da “**madeira de folhosas para triturar**” (-6,5%), em particular após as remoções de madeira de eucalipto na sequência dos incêndios de 2017, e de “**madeira para energia**” (-9,5%), sobretudo em resultado da inatividade de algumas fábricas que ficaram destruídas ou danificadas pelos incêndios de 2017. Em termos de preço destaca-se o forte acréscimo do preço da cortiça (18%), mantendo a tendência de crescimento desde 2013, fruto da comercialização de cortiça de qualidade superior para produção de rolhas para o setor do vinho de qualidade, e dos serviços silvícolas (7,8%).

QUADRO 28: ESTRUTURA DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS SILVÍCOLAS 2000/2010 E 2018P E RESPECTIVA VARIAÇÃO FACE A 2000 E 2010 A PREÇOS BASE (%)

	Estrutura (%)			Taxa de crescimento médio anual 2000-2018P (%)			Taxa de crescimento médio anual 2010-2018P (%)			Taxa de variação 2017-2018P (%)		
	2000	2010	2018P	volume	preço	valor	volume	preço	valor	volume	preço	valor
Total	100,0	100,0	100,0	0,3	1,9	2,3	2,7	1,6	4,3	10,1	5,1	15,7
Plantas	2,5	1,3	0,9	-5,3	-0,7	-6,0	-2,1	-2,3	-4,4	106,7	-14,7	76,4
Energia e Lubrificantes	12,8	9,6	8,8	-1,7	1,1	-0,6	1,6	2,0	3,7	-1,3	8,7	7,3
Aduos e Corretivos do Solo	0,7	0,4	0,3	-4,1	6,1	1,8	-0,4	3,6	3,2	-0,8	4,0	3,2
Produtos Fitossanitários	1,2	5,1	2,6	4,7	0,8	5,4	-5,3	3,1	-2,4	-5,6	3,2	-2,5
Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas	7,1	4,7	5,0	-1,5	1,2	-0,3	3,5	-0,1	3,4	-0,7	-1,7	-2,4
Manutenção e Reparação de Edifícios Silvícolas e de Outra	5,0	3,6	2,5	-3,4	2,0	-1,5	-1,9	-0,2	-2,1	0,0	1,4	1,4
Serviços Silvícolas	25,5	28,6	41,7	3,1	2,6	5,8	7,7	1,0	8,8	24,6	9,8	36,8
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medi	3,2	2,2	1,8	-2,8	1,9	-1,0	0,2	4,1	4,3	0,0	0,0	0,0
Outros Bens e Serviços	40,8	45,2	36,1	-0,3	1,7	1,3	-0,1	1,8	1,7	1,4	0,8	2,2

P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CES (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

87,1% DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS SILVÍCOLAS CORRESPONDEM A SERVIÇOS

No que respeita aos consumos intermédios silvícolas, destacam-se os outros bens e serviços e os serviços silvícolas que perfazem cerca de ¾ dos consumos intermédios, tendo a componente “serviços agrícolas” ganho peso na estrutura (+16,2p.p.) face a 2000.

GRÁFICO 54: EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS SILVÍCOLAS SERVIÇOS E ENERGIA, VOLUME E PREÇOS (2000=100)



P – dados provisórios

FONTE: GPP, A PARTIR DE CES (BASE 2016), INE.
DATA DE VERSÃO DOS DADOS: JUNHO DE 2020

MAIOR CONTRIBUTO DOS SERVIÇOS PARA O CRESCIMENTO DO VOLUME DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS

O período mais recente (2010-2018) tem sido acompanhado de um crescimento dos consumos intermédios em valor (4,3% ao ano) em resultado da evolução do volume (2,7% ao ano),

sobretudo dos serviços silvícolas (7,7% ao ano), da energia e lubrificantes (1,6% ao ano) e da Manutenção e Reparação de Material e Ferramentas (3,5% ao ano), e, em menor grau, dos preços implícitos (1,6% ao ano). Especificamente em 2018, notou-se um forte acréscimo dos consumos intermédios em valor (15,7% ao ano), com destaque para a evolução positiva dos serviços silvícolas (24,6% ao ano), e em volume (10,1% ao ano).

CRESCIMENTO DO VOLUME DE TRABALHO SILVÍCOLA A PARTIR 2010

O volume de trabalho silvícola mantém a trajetória de crescimento dos últimos anos (3,8% ao ano entre 2010 e 2018), invertendo a tendência de estabilização que se vinha a verificar desde 2000.

QUADRO 29: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, EMPREGO E PRODUTIVIDADE SILVÍCOLA

	2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	Taxa de crescimento médio anual (%)		Taxa de	Taxa de	
											2000-2018	2010-2018	variação 2000-2018	variação 2010-2018	
Produção silvícola															
Preços correntes	100	72	76	78	81	81	85	83	83	90		-0,6	2,8	-10,3	24,8
Preços constantes 2016	100	90	93	96	96	94	98	97	96	97		-0,2	0,9	-3,1	7,8
IPI Produção	100	80	82	82	84	86	86	85	87	93		-0,4	1,8	-7,4	15,8
Consumos intermédios															
Preços correntes	100	107	110	112	119	119	123	124	130	150		2,3	4,3	50,0	40,5
Preços constantes 2016	100	86	104	100	99	101	99	98	97	106		0,3	2,7	6,3	24,1
IPI Consumos intermédios	100	125	106	111	121	119	125	126	134	141		1,9	1,6	41,0	13,2
VABpb silvícola															
Preços correntes	100	64	69	70	73	72	76	73	72	76		-1,5	2,2	-24,0	18,9
Preços constantes 2016	100	92	89	93	95	91	97	96	94	92		-0,4	0,1	-7,8	0,7
IPI VABpb	100	70	77	75	77	79	78	76	77	82		-1,1	2,1	-17,6	18,1
Emprego (ETC)	100	83	83	83	89	93	99	104	109	111		0,6	3,8	11,1	34,5
Produtividade*	100	111	106	112	107	98	98	92	87	83		-1,0	-3,6	-17,0	-25,2

* VABpb/ETC

P – dados provisórios

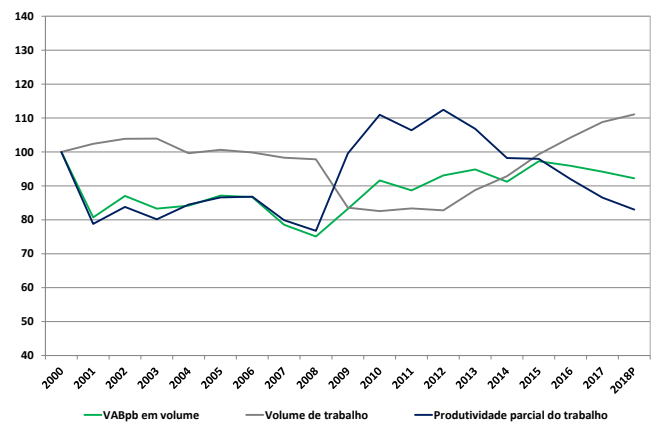
Fonte: GPP, a partir de CES (Base 2016), INE.

Data de versão dos dados: junho de 2020

DIMINUIÇÃO RECENTE DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO SILVÍCOLA

A produtividade do trabalho silvícola, que relaciona o VABpb em volume com o volume de trabalho, cresceu de forma acentuada no período 2008-2012, seguindo-se uma **diminuição até 2018**, em resultado do maior acréscimo do volume de trabalho em relação ao produto gerado pela atividade silvícola.

GRÁFICO 55: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA SILVICULTURA



P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir de CN e CES (Base 2016), INE.

Data de versão dos dados: junho de 2020

DIMINUIÇÃO DO RENDIMENTO DA ATIVIDADE SILVÍCOLA ENTRE 2010 E 2018

O **rendimento da atividade silvícola**, medido através da relação entre o rendimento real dos fatores (VALcf real) e o volume de trabalho silvícola, **diminuiu** 2,6% ao ano entre 2010 e 2018. Esta evolução dever-se-á à conjugação da diminuição da produtividade do trabalho e dos subsídios à produção (-17,7% ao ano).

ENTRE 2010 E 2018, VERIFICOU-SE UM CRESCIMENTO DO RENDIMENTO EMPRESARIAL SILVÍCOLA

O rendimento empresarial silvícola assumiu um crescimento no período 2010-2018 (1,7% ao ano, em valor), em resultado da evolução positiva do rendimento dos fatores (2,2% ao ano) e da diminuição dos juros a pagar (-5,5% ao ano), uma vez que a remuneração dos assalariados aumentou (5,5% ao ano) e as rendas a pagar cresceram ligeiramente(0,4% ao ano).

INVESTIMENTO EM CAPITAL FIXO NA SILVICULTURA DIMINUIU MAIS QUE O CONJUNTO DA ECONOMIA NO PERÍODO 2010-2018

Entre 2010 e 2018 o investimento na silvicultura tem vindo a decrescer em volume, mais que a economia no seu conjunto (-1,6% face a -1,4% ao ano). Em particular em 2018, registou-se um forte decréscimo em valor (-8,8%) e em volume (-9,2%) em consequência da florestação e reflorestação de sobreiro, pinheiro-manso e eucalipto.

NOTA METODOLÓGICA:

O QUE MUDA NAS CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA COM A NOVA BASE 2016?

Com a alteração da base metodológica 2011 para a base metodológica 2016 as CES passam a considerar:

- Alargamento do âmbito de **cálculo de plantações florestais**, englobando o pinheiro-manso;
- Atualização do **cálculo da Formação bruta de capital fixo** consistente com o cálculo de plantações;
- Utilização das declarações mensais de remunerações da Segurança Social enquanto **nova fonte de informação**
- **Reclassificação de unidades institucionais**;
- Alteração do método de cálculo do Consumo de capital fixo;

Esta alteração tem impactos nomeadamente na evolução do VABpb silvícola 2016/2017, em valor, registando um decréscimo de 1,0% na base 2011 e de 1,3% na base 2016.

VI5 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO FLORESTAL

Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) constituem os instrumentos de gestão territorial que estabelecem um conjunto de normas relativas ao uso, ocupação, utilização e ordenamento da floresta à escala regional tendo sido submetidos a um processo de revisão que culminou com a aprovação de 7 Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) ³² e vigorando durante o prazo máximo de 20 anos.

A entrada em vigor dos novos PROFs implica uma vinculação relativamente à obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Florestal ³³, à aplicação das Normas de Intervenção nos Espaços Florestais e ao cumprimento dos limites de área a ocupar por Eucalipto.

As áreas mínimas a partir das quais é obrigatória a elaboração de PGF para a explorações florestais e agroflorestais privadas variam entre os 20 hectares e os 100 hectares conforme tabela abaixo.

QUADRO 30: ÁREAS MÍNIMAS A PARTIR DAS QUAIS PASSA A SER OBRIGATÓRIO A ELABORAÇÃO DE PGF PARA EXPLORAÇÕES FLORESTAIS E AGRO-FLORESTAIS PRIVADAS

Região PROF	Legislação	Áreas mínimas para elaboração de PGF	Concelhos
Trás-os-Montes e Alto Douro	Port. 57/2019	20 ha	todos
Entre Douro e Minho	Port. 58/2019	20 ha	todos
Centro Litoral	Port. 56/2019	25 ha	todos
Centro Interior	Port. 55/2019	25 ha	todos
Lisboa e Vale do Tejo	Port. 52/2019	25 ha	Abrantes (parte), Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mação, Mafra, Nazaré, Odivelas, Óbidos, Oeiras, Ourém, Peniche, Rio Maior, Santarém, Sardoal, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Vila Nova da Barquinha
		100 ha	Abrantes (parte), Alcochete, Almada, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Barreiro, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Golegã, Moita, Montijo, Palmela, Salvaterra de Magos, Seixal, Sesimbra, Setúbal
Alentejo	Port. 54/2019	100 ha	todos
Algarve	Port. 53/2019	50 ha	todos

Fonte: ICNF

³² Publicados em Diário da República, 1ª série (n.º 29) em 11 de fevereiro de 2019

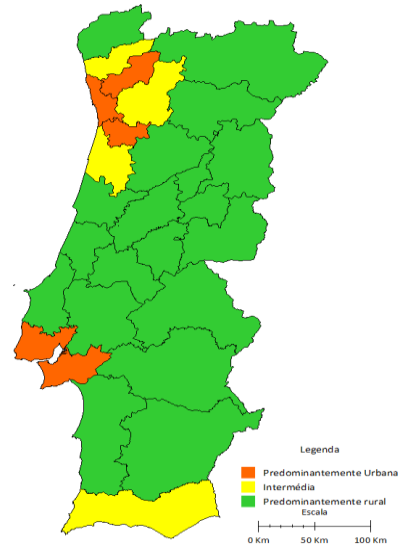
³³ Plano de gestão florestal» (PGF) : instrumento de administração de espaços florestais que, de acordo com as orientações definidas no PROF, determina, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos, visando a produção sustentada dos bens e serviços por eles proporcionados e tendo em conta as atividades e os usos dos espaços envolventes.

VII ANEXO - ZONAS RURAIS

A metodologia utilizada de estatísticas com possibilidade de comparação a nível europeu é a metodologia do utilizada pelo EUROSTAT diferenciação das zonas urbanas e que classifica as NUT III em:

- Predominantemente Urbanas (menos de 15% da pop. reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab./km²);
- Significativamente Rurais (=Intermedias) (entre 15 e 50% da pop. reside em freguesias com densidade demográfica <150 hab./km²)
- Predominantemente Rurais (mais de 50% da pop. Reside em freguesias com densidade demográfica < 150 hab./km²).

FIGURA 25: NOVA TIPOLOGIA URBANO-RURAL EUROSTAT (NUT3)



Fonte: GPP

Ao nível do Continente e para efeitos da aplicação do PDR 2020 foram definidas zonas rurais com base na seguinte metodologia:

A desagregação da classificação de zonas rurais para o nível da freguesia é realizada em vários passos. Realizam-se um conjunto de procedimentos de análise das freguesias consoante a classificação de ruralidade da NUTIII em que se localizam.

Esta análise, conceptualmente, assenta em três grandes pressupostos.

- A ruralidade dos grandes espaços (NUTIII) tal como definida pelo Eurostat é o ponto de partida para o enquadramento desta classificação.
- Aglomerados com mais de 15 000 habitantes, proporcionam matéria crítica suficiente a uma freguesia para ela perder o estatuto de rural.
- A ruralidade existente nos grandes espaços não rurais é avaliada pela proporção de população que vive em aglomerados com menos de 2000 habitantes.

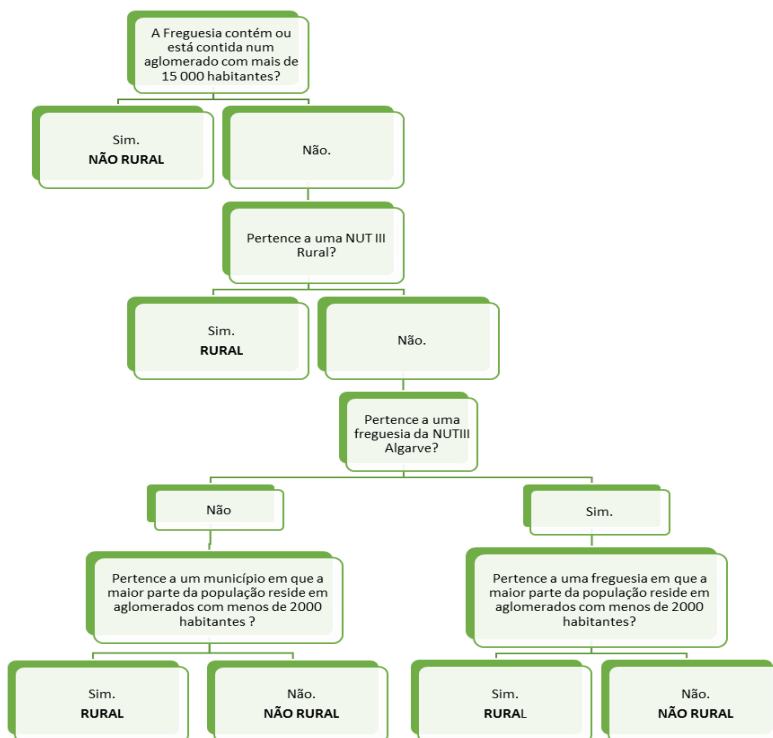
Esta análise foi realizada com base na divisão administrativa oficial de 2011, para a qual existem dados do Censos. Num passo posterior, a classificação foi convertida para a divisão administrativa das novas freguesias com base numa metodologia que à frente explicaremos.

CLASSIFICAÇÃO DAS FREGUESIAS A PARTIR DO MAPA EUROSTAT

Para se classificar cada uma das freguesias são verificados um conjunto de critérios de avaliação dos pressupostos atrás descritos.

Os critérios de classificação podem resumir-se na seguinte chave:

FIGURA 26: CLASSIFICAÇÃO DAS FREGUESIAS A PARTIR DO MAPA EUROSTAT



Fonte: GPP

AS FREGUESIAS CONTÊM OU ESTÃO CONTIDAS NUM AGLOMERADO POPULACIONAL COM MAIS DE 15 000 HABITANTES.

Em caso afirmativo estas freguesias são consideradas não rurais. Em caso contrário, a freguesia será avaliada consoante se insere num grande espaço (NUTIII) rural ou não.

PROCEDIMENTOS PARA AS FREGUESIAS LOCALIZADAS EM NUTIII RURAIS SEGUNDO O EUROSTAT

As freguesias classificadas em NUTIII rurais segundo o EUROSTAT, por se localizarem num espaço rural, são rurais.

PROCEDIMENTOS PARA AS FREGUESIAS LOCALIZADAS EM NUTIII INTERMÉDIAS E URBANAS

Neste caso contrário há duas possibilidades consoante o espaço de gestão local onde está inserida:

ZONA NORTE E CENTRO LITORAL E GRANDE LISBOA

Se as freguesias pertencerem a concelhos em que a população vive maioritariamente em aglomerados com menos de 2000 habitantes é classificada como rural, caso contrário como não rural.

ZONA DO ALGARVE

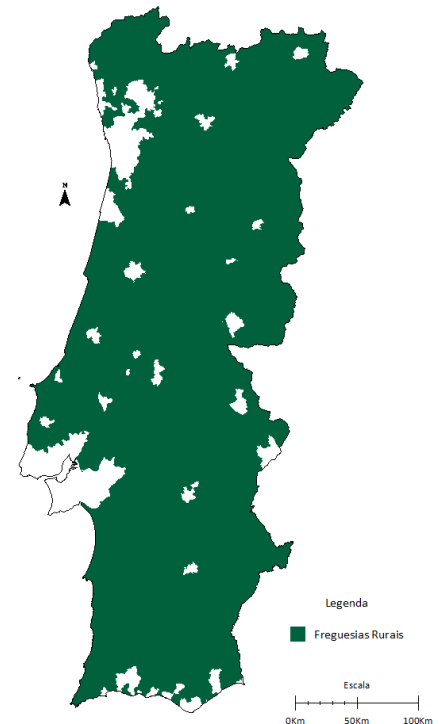
Na região do Algarve optou-se por fazer uma ligeira variação em relação à metodologia usada no resto do país uma vez que os concelhos nesta região têm características muito específicas, abarcando realidades muito distintas.

Assim, neste caso optou-se por centrar a análise do peso da população que vive em aglomerados com menos de 2000 habitantes na própria freguesia e não no concelho, como no resto do país. Portanto, se a maioria da população da freguesia residir em aglomerados com menos de 2000 habitantes a freguesia é rural, caso contrário é não rural.

Uma vez que a informação de base necessária para aplicação da metodologia prevista está referenciada às freguesias “antigas”, todo o processo teve de ser realizado tendo por base a CAOP de 2012.

Num passo posterior precedeu-se à conversão da classificação para a CAOP 2013 relativa às novas freguesias. Para esta conversão, a definição das Zonas Rurais 2013 teve por base o peso relativo da classificação registada nas freguesias de 2012 que lhes deram origem, ou seja a classificação da superfície territorial predominante dos territórios que lhes deram origem.

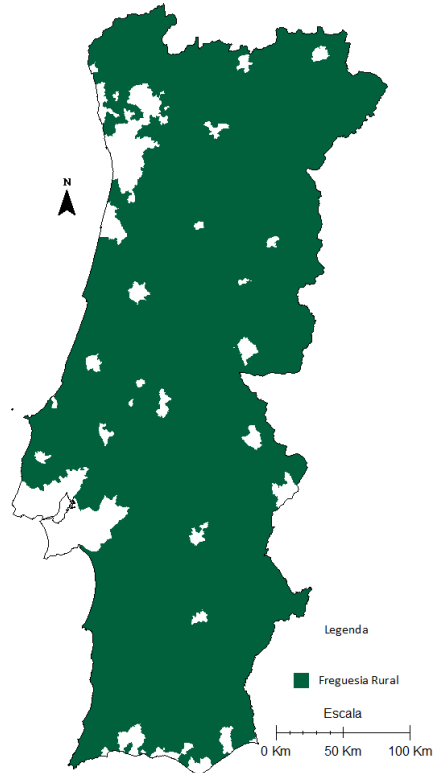
**FIGURA 27: FREGUESIAS RURAIS
PDR2020 (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**



Fonte: GPP

Exemplo: Assim, no caso dos limites administrativos de 2012 a freguesia de Condeixa-a-Velha estava classificada como “Rural” e a de Condeixa-a-Nova como “Não Rural”. Com a nova delimitação de freguesias deu-se a unificação de ambas, originando a União das freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova e como a superfície territorial de Condeixa-a-Velha representa 87,4% do território da nova freguesia então esta é classificada como “Rural”. Deste modo todas as novas freguesias foram classificadas de acordo com o tipo de superfície territorial predominante (50% ou mais “Rural” e “Não Rural”).

**FIGURA 28 FREGUESIAS RURAIS PDR2020
(NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**



Fonte: GPP

Total freguesias continente	Freguesias rurais continente	População total continente	População em freguesias rurais no continente	% População em freguesias rurais
2881	2445	10 047 621	4 126 511	41,1%